

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

pRó.paRental

Construção, implementação e avaliação de um Programa de
Formação Parental

Cláudia Sofia Dinis Camilo

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores

Orientadores:

Dra. Odete Sá

Professora Doutora Margarida Garrido, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL

Setembro, 2010

Agradecimentos

A realização deste trabalho recebeu o contributo de várias pessoas, que de diferentes formas, estiveram presentes no percurso da sua realização.

Ao Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, nomeadamente à Dra. Carla Dias, por ter acreditado neste trabalho e proporcionado o contexto para a sua aplicação.

A toda a Equipa de R.S.I. desta instituição, pelo empenho neste projecto, especialmente ao Dr. Carlos Spencer, pela motivação e envolvimento, e à Cristina, à São e à Ana pelo apoio, pelo suporte e disponibilidade.

Aos Técnicos e Ajudantes de Acção Directa da Equipa de R.S.I. do Centro Infantil da Trafaria – Santa Casa da Misericórdia de Almada, em especial à Leo pela disponibilidade.

Um agradecimento muito especial às famílias participantes no programa *pRó.paRental*, pelo facto de me terem proporcionado uma experiência tão enriquecedora e por se terem permitido a si próprias viverem esta experiência.

À Dra. Odete Sá e à Professora Doutora Margarida Garrido, por terem aceite este desafio, por terem acreditado em mim e no meu trabalho, pelo apoio e incentivo constantes e acima de tudo, pelos valiosos contributos durante a realização deste trabalho.

À Professora Doutora Maria Manuela Calheiros, cujas aulas desencadearam a minha paixão pela formação parental.

Aos meus colegas de mestrado, pelos momentos de partilha e discussão nas longas noites de sala de estudo. A todos os meus amigos e família, por serem tão especiais. Em especial à minha amiga Joana, pelo questionamento constante nas nossas reflexões sobre este projecto. À Rosa, ao Tiago e ao Mauro, pela força e encorajamento.

Ao Diogo, pelo respeito, amor e apoio incondicional.

Por último, a quem eu dedico este trabalho, aos meus pais, por tudo o que sou e que consigo todos os dias atingir, pelos ensinamentos, por serem uma referência e por me permitirem crescer, respeitando as minhas escolhas e caminhando sempre ao meu lado neste e noutros percursos da minha vida. Faltarão sempre palavras que demonstrem a minha gratidão para com eles.

Resumo

A intervenção com famílias em situação de carência socio-económica constitui um desafio para os agentes sociais, na medida em que a situação de carência é muitas vezes acompanhada de outros factores stressores que colocam estas famílias em situações de vulnerabilidade social, com riscos para o bem-estar dos seus membros, nomeadamente dos menores a cargo. A negligência parental aparece assim muitas vezes associada à escassez de recursos económicos das famílias, fundamentando assim a necessidade de intervenções que a par do suporte socio-económico por parte do Estado, potenciem as competências destas famílias, capacitando-as a desempenhar eficazmente as suas funções parentais.

O presente estudo teve por objectivo construir, implementar e avaliar um programa de formação parental, designado *pRó.paRental*, aplicado em contexto domiciliário durante oito sessões, com o fim de promover o desenvolvimento de competências parentais e de diminuir práticas negligentes para com os seus filhos menores. As metodologias deste programa são dinâmicas e activas, assentes na experimentação em contexto real, através de tarefas semanais que coloquem em prática as aprendizagens efectuadas.

O programa *pRó.paRental* foi implementado no âmbito dos serviços locais de acompanhamento de famílias do Rendimento Social de Inserção e Acção Social, junto de quatro famílias em situação de carência socio-económica. O desenho da investigação inclui um grupo de controlo e um grupo experimental, ambos avaliados antes do programa e o último após o programa, recorrendo a metodologias de avaliação quantitativas e qualitativas. Os resultados indicam que o programa teve um impacto positivo na maioria das competências parentais trabalhadas.

Palavras-chave: negligência parental, famílias em risco, competências parentais, formação parental

Classificação de categorias e códigos:

2956 - Childrearing & Child Care

3373 - Community & Social Services

Abstract

Intervention with families in socioeconomic distress is a challenge to social workers, to the extent that this impoverishment is often associated with other stressors that put these families in situations of socially vulnerability, endangering the well-being of its members, in particular their children. Child neglect appears often associated with lack of economic resources of families, substantiating the need for interventions that combined with the socio-economic support of the government, enhance the skills of these families and empower them to effectively perform their parental functions,.

This study aimed to develop, implement and evaluate a parent training program, named *pRó.paRental*, delivered in home contexts throughout eight sessions, in order to promote the development of parental skills and to reduce negligent practices towards their children. The methods of this program are active and dynamic, based on experimentation in a real context through weekly assignments that put into practice the learning acquisitions.

The *pRó.paRental* program was implemented within the local services that follow the families of the Rendimento Social de Inserção and Acção Social, with four families with socio-economic needs. The research design included a control and an experimental group both evaluated before the program end the latter also after the program through both quantitative and qualitative evaluation methodologies. Results indicate that the program had a positive impact over the majority of the targeted parental skills.

Keywords: parental neglect, at-risk families, parenting skills, parental training

Classification Categories and Codes:

2956 - Childrearing & Child Care

3373 - Community & Social Services

Índice

I. Introdução/ enquadramento teórico.....	1
1. Definição da problemática, prevalência e relevância social.....	2
2. Definição da negligência como forma de mau trato.....	4
3. Perspectivas interdisciplinares da negligência.....	6
4. Modelos de Suporte Teórico - Ecológico e Transaccional.....	7
5. Factores de risco e factores protectores.....	9
6. Programas de intervenção com famílias maltratantes.....	12
II. Construção do programa.....	18
1. Objectivos do Programa.....	18
2. Estrutura do Programa.....	19
3. Metodologia de Programa.....	20
III. Método.....	21
1. Selecção e caracterização da amostra.....	21
2. Desenho de avaliação.....	24
3. Instrumentos de avaliação.....	24
4. Procedimento.....	28
IV. Resultados e Discussão.....	30
1. Caracterização e análise comparativa dos grupos antes da intervenção.....	31
2. Caracterização e análise comparativa dos grupos após a intervenção.....	34
3. Análise comparativa do grupos experimental antes e depois da intervenção.....	36
4. Avaliação qualitativa: A percepção das Famílias e dos Técnicos envolvidos no pRó.paRental.....	44
5. Discussão dos resultados.....	52
V. Conclusões gerais.....	55
VI. Referências Bibliográficas.....	60
VII. Anexos.....	1
A. Manual do Programa.....	2
B. Guião dos grupos focais.....	44
C. Transcrição dos grupos focais.....	47
D. Grelha de análise de conteúdo.....	64

I. Introdução

O presente trabalho tem como principal objectivo desenvolver, implementar e avaliar um programa de formação, destinado à promoção de competências parentais para famílias negligentes, com filhos adolescentes, que vivem em situação de pobreza. Com base no presente objectivo propomo-nos a (i) desenvolver, com base na literatura existente, um programa de formação que aborde as principais problemáticas da negligência parental; (ii) implementar o programa junto de famílias em situação de carência socio-económica, com práticas parentais negligentes associadas, em contexto de visita domiciliária, e (iii) avaliar o impacto final do programa e do seu processo nas famílias, nomeadamente ao nível das suas práticas negligentes, competências parentais e satisfação familiar através da aplicação de metodologias quantitativas e qualitativas.

A opção pela temática da formação parental teve como propósito a crescente dependência das famílias portuguesas de um Estado Social que, cada vez mais, terá que transitar de um modelo assistencialista para uma lógica de *empowerment*, que dote as famílias de competências que lhes permitam quebrar sucessivos ciclos de pobreza. Trata-se então de construir uma resposta de intervenção para famílias em situação de carência socio-económica, muitas vezes associada a práticas maltratantes, que se complementar às respostas socio-económicas governamentais.

Numa fase inicial, procura-se contextualizar teoricamente a construção do programa, dando conta das principais perspectivas teóricas relativas à problemática da negligência parental, sendo que, seguidamente, são apresentadas as etapas relativas ao desenvolvimento, implementação e avaliação do Programa *pRó.paRental*.

Desta forma, foram definidos cinco capítulos: o enquadramento teórico, que pretende dar conta do referencial teórico utilizado para a construção do programa e fundamentar as opções metodológicas do presente estudo; a construção do programa, no qual são apresentados os objectivos, estrutura e metodologias de aplicação; o método, que congrega as opções metodológicas ao nível da amostra, dos instrumentos, da implementação e avaliação do programa; a avaliação de resultados e de processo, no qual se apresentam e discutem os principais impactos do programa sobre as famílias participantes; e, finalmente, a análise e discussão geral onde se identificam limitações e se apresentam sugestões conducentes à reformulação do programa e à sua optimização em aplicações futuras.

1. Definição da problemática, prevalência e relevância social

De acordo com a literatura, os factores stressores da situação de pobreza das famílias podem conduzir a práticas negligentes por parte dos pais aos seus filhos menores. Por motivos socio-económicos ou por défice de competências parentais, as dinâmicas familiares negligentes levam, muitas das vezes, à retirada dos menores das suas famílias e sua consequente institucionalização. Desta forma, e porque actualmente são muitos os estudos (e.g., Caldera, Burrell, Rodriguez, Crowne, Rohde, & Duggan, 2007; Fernández, Alvarez, & Bravo, 2003; Martins, 2005; Palacios, 2003; Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín, & Rodríguez, 2006) que evidenciam a importância da preservação familiar, a par dos apoios socio-económicos que o Estado social actual oferece às famílias, como é o caso do Rendimento Social de Inserção (Lei 13/2003, de 21 de Maio), torna-se necessário promover as competências parentais por forma a permitir às famílias quebrarem com os sequentes ciclos de pobreza e práticas maltratantes associadas.

No que diz respeito à negligência de crianças e jovens, note-se que a sua *prevalência* em Portugal, tem constituído um dos principais motivos de abertura de processos de promoção e protecção pelos serviços de protecção de menores – 36,5% dos processos são abertos por motivos de negligência. De acordo com a actividade processual das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Relatório CPCJ, 2009), 27,9% dos processos abertos por negligência são relativos a menores na faixa etária entre os 11 e os 14 anos e 18,3% são relativos a jovens entre os 15 e os 17 anos. Também o abandono escolar tem uma elevada representatividade nos processos das comissões, com um total de 14,6%, nomeadamente entre os 11 e os 17 anos. Ainda de acordo com o mesmo relatório, a segunda fonte de rendimento das famílias acompanhadas pelas CPCJ é o Rendimento Social de Inserção, tendo aumentado para o dobro de 2006 (7,1%) para 2008 (14,7%).

Note-se contudo que, a medida de “apoio junto dos pais” tem uma forte representatividade nas faixas etárias anteriormente referidas, representando cerca de 80% das medidas aplicadas pelas CPCJ, ao contrário do acolhimento institucional, com uma representatividade de cerca de 6% para os mesmos escalões etários. Estes indicadores sugerem que os serviços estão em crescente esforço pela preservação familiar fundamentada no superior interesse da criança.

Neste contexto, a intervenção junto das famílias assume particular *relevância social*, na medida em que promove a permanência dos menores junto das suas famílias,

evitando (ou adiando) o processo de institucionalização cujas consequências psicológicas, sociais e económicas se encontram largamente documentadas.

Durante os últimos anos, inúmeros estudos relativos à intervenção dos serviços de protecção de menores têm apontado para alternativas à separação da família e institucionalização da criança, propondo medidas como a intervenção com as famílias. A intervenção directa com as famílias tem demonstrado inúmeras vantagens, nomeadamente porque evita a separação da criança da sua família, a subsequente adaptação por parte da criança a novos contextos, bem como as ambivalências no reconhecimento das figuras parentais e na construção da relação de vinculação (e.g., Fernández, Alvarez, & Bravo, 2003; Martins, 2005; Palacios, 2003). Face aos graves danos psicossociais que a separação do agregado familiar de origem pode provocar, torna-se necessária uma intervenção consistente junto da criança/jovem e da sua família, no sentido de evitar a ruptura definitiva (Tribuna & Relvas, 2002; Martins, 2005).

Todavia, a parentalidade abusiva representa um risco (ou perigo) elevado para a criança que, após sinalizada, permanece no seu agregado familiar, sendo necessário compreender o contexto de cada família e as suas características de forma a intervir adequadamente, no sentido de promover a segurança e o bem-estar da criança no seu contexto familiar.

Segundo Calheiros (2006), as variáveis exossistémicas (estatuto socio-económico e acontecimentos de vida negativos) e de estrutura familiar influenciam significativamente as práticas de mau trato e negligência, mostrando-nos que os programas de intervenção deverão ter em conta questões relativas às necessidades socio-económicas (nomeadamente a habitação, rendimento mensal da família, alimentação, despesas com saúde, entre outras) e às relações familiares, principalmente a relação marital, na medida em que, segundo a mesma autora, as mães maltratantes são, sobretudo, mulheres que vivem segundas relações maritais. Os padrões relacionais familiares constituem, segundo Calheiros (2006), importantes factores preditores da parentalidade abusiva, na medida em que regulam o meio educativo através de um “processo de generalização de stress” (Calheiros, 2006, p.367). Os recursos pessoais, suporte social e as competências maternas apresentam também um papel fundamental na mediação entre os sub-sistemas envolvidos, devendo ser efectuadas intervenções com as famílias que contemplem estas necessidades no seu todo, e não somente as competências parentais. A satisfação com o trabalho e o nível socio-

económico mais elevada da família constituem também factores substractivos do risco de mau trato, nomeadamente tendo presente o suporte institucional (Calheiros, 2006).

2. Definição da negligência como forma de mau trato

Apesar de o mau trato infantil ter começado a ser considerado e conceptualizado durante o séc. XIX, a negligência apenas é considerada e definida como um problema social no séc. XX e o mau trato psicológico reconhecido na década de 80 como independente das outras formas de abuso (Miller-Perrin & Perrin, 1999).

Apesar de, a nível nacional, a investigação sobre a problemática dos maus tratos ser ainda escassa, os trabalhos de Amaro (1986) destacam-se no estudo desta temática. Ainda que circunscrito às duas principais cidades do país, Lisboa e Porto, os resultados destes estudos apontam para uma taxa de negligência superior à de outros tipos de mau trato infantil (48% dos casos). Apesar de constituir um estudo inovador a nível nacional, os resultados obtidos poderão no entanto apresentar algumas limitações relativas à recolha da amostra (Azevedo & Maia, 2006).

Atendendo a alguma falta consenso (Zigler & Hall, 1989) quanto à definição dos conceitos que descrevem operacionalmente o abuso (mau trato, negligência e abuso sexual), passemos seguidamente a analisar algumas das definições propostas sobre a problemática em questão.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o mau trato infantil constitui um problema de saúde pública (Loredo, 2004; Gonzalez, 2007). Mau trato diz respeito a “qualquer forma de trato físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder” (Magalhães, 2004, p.33) que perturbem o desenvolvimento físico, psicológico ou emocional considerado como normal para a criança (Roig & De Pául, 2000; Pontón, Franco, & Ramirez, 2006). Barudy (1998) faz a distinção entre maus tratos activos e passivos. Os maus tratos activos referem-se às atitudes e verbalizações que incluem o uso da força física, sexual ou psicológica que devido à sua intensidade e frequência provocam prejuízos à criança. A omissão e a falha nos cuidados que condicionam o bem-estar da criança são entendidas por maus tratos passivos. Cicchetti e Lynch, (1995) e Barnett, Manly e

Cicchetti (1993) diferenciam quatro categorias de mau trato infantil: o mau trato físico, o abuso sexual, a negligência infantil e o mau trato emocional

Por outro lado, Calheiros (2006) após uma extensa revisão de literatura, considerou o mau trato infantil subdividido em: mau trato (físico e psicológico), negligência (física e psicológica) e abuso sexual. A negligência, do latim *negligentia*, significa descuido e falta de cuidado. Negligência é descrita como uma forma frequente de mau trato infantil que se traduz na dificuldade ou na incompetência dos pais para salvaguardarem a saúde e o bem-estar da criança (Delgado, 1996).

Segundo Roig e De Paúl (1993) este tipo de mau trato infantil pode dar-se de forma consciente ou inconsciente por parte das figuras maltratantes, devido à falta de informação, pobreza ou incapacidade para lhes fornecer o cuidado que necessitam. Wolock e Horowitz (1984) definem a negligência como uma falha na provisão de necessidades básicas às crianças, que pode dar origem a danos no desenvolvimento e bem-estar da mesma. Esta pode ser dividida em três sub-tipos: negligência nos cuidados de saúde, higiene e necessidades físicas, negligência nos cuidados físicos e ambientais e negligência na supervisão. Calheiros e Monteiro (2000) consideraram a “negligência psicológica definida por omissões dos adultos em relação à supervisão na organização da vida diária e actividade escolar da criança. A negligência física engloba a falta de supervisão em relação à segurança e falta de provisão em relação às necessidades de desenvolvimento físico da criança relacionadas com a aparência e bem-estar, higiene, alimentação e saúde” (p. 163). Moreno (2002) caracteriza a negligência infantil como uma situação de desprotecção onde não são consideradas, pontual ou permanentemente, as necessidades físicas básicas das crianças como a alimentação, higiene, vestuário, protecção e supervisão em situações perigosas, educação e cuidados médicos, por nenhum dos cuidadores. A literatura refere ainda diferentes tipos de negligência: física, médica, educacional, de segurança, de supervisão, emocional, nutricional, de abandono. No entanto, estas tipologias de negligência tendem a ser agregados maioritariamente em três grandes grupos: física, segurança e educacional. A negligência educacional consiste na falta de acompanhamento escolar da criança de forma a assegurar um correcto desenvolvimento escolar. A negligência de segurança no meio, sendo a mais difícil de identificar, centra-se no ambiente social da criança e caracteriza-se pelas condições em que a criança está exposta como a exposição a factores de risco, armas e drogas. A negligência física caracteriza-se

por uma lacuna na provisão das necessidades básicas da criança como sendo, alimentação, vestuário, cuidado médico e supervisão (González, 2007).

As consequências da negligência foram também alvo de estudo e de sistematização (González, 2007; Azevedo & Maia, 2006), e encontram-se brevemente resumidas no Quadro 1.

Quadro 1. *Exemplos de consequências da negligência* (Crittenden, 1999; Azevedo & Maia, 2006; González, 2007).

Tipos de Negligência	Consequências
Negligência Física	Problemas de má nutrição, hipo-crescimento cerebral; marginalização, infecções respiratórias ou gastrointestinais recorrentes problemas auditivos, visuais, auto-mutilação
Falta de Supervisão	Ameaça à integridade física da criança
Negligência Educacional	Absentismo e abandono escolar
Negligência emocional	Auto-suficiência compulsiva; apresentam uma falsa maturidade; dificuldades nas relações sociais; isolamento

3. Perspectivas interdisciplinares da negligência

Ao longo dos anos, várias têm sido as disciplinas a debruçarem-se sobre a temática dos maus tratos e da negligência. Desta forma, a revisão de literatura apresenta-nos quatro grandes perspectivas sobre a definição da criança maltratada: médica, psicológica, legal e sociológica.

A perspectiva médica centra a definição de mau trato como sintoma de uma patologia dos pais. É considerada na literatura como uma definição minimalista, uma vez que se foca, essencialmente, nos aspectos individuais dos pais maltratantes e nas consequências dos seus actos para as crianças. Nesta perspectiva a sinalização só é feita se a criança maltratada apresentar sequelas físicas ou atrasos no desenvolvimento normal para a idade (Giovannoni, 1989; Azevedo & Maia, 2006).

Na perspectiva sociológica, o mau trato e negligência dependem de um contexto e de um julgamento social (Calheiros, 2006) influenciando a dinâmica da família (Azevedo & Maia, 2006). Assim, a definição à luz desta perspectiva integra os actos parentais que são considerados inadequados pelas práticas e padrões da comunidade, defendendo que

essa definição dos actos é melhor compreendida se construída por profissionais e pelo senso comum (Barnett, Manly, & Cicchetti, 1993).

Já a perspectiva legal pretende regular padrões claros e inequívocos das acções parentais ou dos cuidadores de forma a estabelecer o âmbito de intervenção dos tribunais relativamente ao mau trato (Barnett et al., 1993). Transpondo esta perspectiva para o sistema português, Calheiros (2006) refere que a definição legal integra as situações passíveis de perigo para a criança e os danos ou consequências observadas na mesma, agindo a lei contra os pais (arts. 1913.º, 1915.º e 1918º do Código Civil, e 19.º e 194.º da OTM Dec. lei n.º 314/78). Também determina objectivos e diferentes níveis de intervenção do Direito da Família (1995), da Organização Tutelar de Menores (1992) e do Código Penal (1996) (Calheiros, 2006), tendo em consideração o tipo de actos parentais, as consequências para a criança e a intencionalidade do acto, sendo este último o principal critério utilizado entre a negligência e mau trato.

A perspectiva psicológica, orientada pela psicologia clínica, é a responsável pela definição de constructos de mau trato psicológico e de negligência. No entanto, e com a influência da perspectiva médica, aqui a tónica é colocada na análise intra-individual (aspectos idiossincráticos), nos traços de personalidade dos pais ou de outros adultos como perpetradores de actos abusivos sobre a criança (Calheiros, 2006). Mais recentemente, as abordagens desenvolvimentistas (Maccoby & Martin, 1983) e ecológicas (Belsky, 1980; Bronfenbrenner, 1979) têm trabalhado sobre esta problemática. A abordagem desenvolvimentista considera aspectos relacionados com todo o desenvolvimento da criança (desenvolvimento intelectual, físico, emocional e social) fornecendo-nos uma abordagem biopsicossocial, que distingue os diferentes métodos disciplinares entre métodos ajustados e métodos coercivos/punitivos ou negligentes, que conduzem ou não a situações de mau trato e negligência (Maccoby & Martin, 1983). A abordagem ecológica encara o desenvolvimento humano como resultado da constante interacção com os meios circundantes, necessitando de ser compreendido tal como se manifesta na realidade (Belsky, 1980; Bronfenbrenner, 1979).

4. Modelos de Suporte Teórico – Ecológico e Transaccional

No âmbito da Psicologia Comunitária, são os modelos que percebem o indivíduo em constante interacção com o meio que permitem, na nossa opinião melhor compreender

esta problemática e consistentemente intervir nestes *settings*. Os Modelos Ecológico e Transaccional têm adquirido, ao longo dos anos, uma importância crescente no estudo e compreensão do desenvolvimento humano.

O modelo defendido por Bronfenbrenner (1979), Modelo Ecológico de desenvolvimento humano, é considerado como um dos mais relevantes na interacção do indivíduo com o meio. Segundo esta proposta, os indivíduos desenvolvem-se na interacção com os vários cenários da sua vida, existindo uma influência constante e progressiva entre o ambiente e o sujeito e entre os próprios âmbitos de desenvolvimento. Estes cenários são os contextos ou sistemas sociais, mais próximos ou distantes do sujeito: microsistema (cenários directos de interacção do sujeito); mesosistema (relação entre os cenários directos); exosistema (estruturas sociais com as quais o sujeito se relaciona indirectamente); e macrosistema (sistema de crenças e ideologias da cultura ou sub-cultura que são alicerce dos sistemas sociais nos quais se desenvolve o sujeito).

Tendo como base o modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979), o modelo de Belsky (1993), integra vários componentes que contribuem para a compreensão do mau trato e negligência. O autor descreve um sistema de níveis interactivos que levam ao desenvolvimento de comportamentos abusivos. Estes níveis interactivos incluem: nível de desenvolvimento ontogénico, microsistema, exosistema e macrosistema. O nível ontogénico diz respeito a aspectos trazidos para a situação pelo próprio sujeito que maltrata incluindo factores como a experiência dos pais enquanto crianças, a saúde mental dos pais, a história e o nível de desenvolvimento parental, os sentimentos em relação ao filho/a e a compreensão do desenvolvimento da criança. O microsistema contribui para o comportamento e envolve o meio imediato da criança-família onde se encontram factores promotores de stress, como a constituição e a natureza da família, a saúde e o temperamento da criança, a relação marital e os incidentes imediatos antecedentes. No exosistema a criança e a família são contextualizados num sistema mais alargado, como a família alargada, a comunidade, e a estrutura económica que as influenciam. Aqui estão incluídos factores sociais como o trabalho, o desemprego e o isolamento social. O quarto nível, macrosistema, inclui os determinantes culturais, as atitudes sociais em relação à violência em geral, expectativas em relação à disciplina da criança em casa e na escola, e o nível de violência no país e comunidade onde a violência física e o abuso pode ser esperado.

Note-se ainda que, neste modelo ecológico de Belsky, os efeitos de cada sistema não funcionam de forma cumulativa ou aditiva mas sim em interação e é feita uma distinção entre os factores de risco que predisõem a criança ao abuso ou negligência e factores compensatórios que protegem a família duma ligação ao mau trato. O equilíbrio entre os factores stressores e os factores de suporte (Belsky, 1980; Belsky & Vondra, 1989) ou potenciadores e compensatórios (Cicchetti & Carlson, 1989) condiciona o mau trato. Quando os factores stressores superam os de suporte, ou quando os factores potenciadores não são equilibrados com os compensatórios, a probabilidade de mau trato da criança aumenta (Belsky, 1993). No modelo sobre os determinantes da parentalidade de Belsky (1984), a parentalidade é abordada segundo as leis e costumes culturais, os hábitos, as normas e os papéis específicos da família ou grupo em que se insere e aspectos específicos dos meios como as interacções pais-criança, as relações maritais, o suporte social e a família.

O Modelo Transaccional de Cicchetti e Rizley (1981), pretende deslindar as causas do mau trato a menores e perceber se esta problemática se propaga ao longo das gerações da criança maltratada, conduzindo a uma visão do mau trato como expressão de um desequilíbrio subjacente ao sistema pais – criança – meio. Atendendo à diversidade e complexidade do problema do mau trato e negligência perpetrados a crianças e jovens, os autores assumem os factores de risco em duas vertentes: potencializadora, sendo os que aumentam a probabilidade de mau trato; e compensatória, os que diminuem o risco de mau trato. Cada uma destas vertentes encontra-se ainda dividida em dois sub-grupos: constantes e flutuantes. Os factores de vulnerabilidade constante incluem factores a longo termo e potenciam o mau trato, podendo ser de ordem biológica, histórica, psicológica ou ecológica. Os factores flutuantes, considerados passageiros, dizem respeito a condições indutoras de stress na família podendo levar os pais ao mau trato ou negligência (Calheiros, 2006; Azevedo & Maia, 2006).

5. Factores de risco e factores protectores

Considerando a perspectiva transaccional (Cicchetti e Rizley, 1981) anteriormente apresentada, torna-se importante perceber quais os factores de risco na problemática da negligência parental, ou seja, com capacidade potencializadora, e os factores protectores que diminuem o risco de negligência, ou seja, os que detêm capacidade compensatória.

Factores de risco da negligência

De acordo com Bondarenko (2008), as famílias pobres caracterizam-se por terem poucos recursos materiais acumulados e por um nível de consumo corrente muito baixo, tendo dificuldades em suprir as suas necessidades básicas; os seus membros, frequentemente, estão em situação de vulnerabilidade psicossocial ou de exclusão social. Segundo Evans e English (2002), as famílias pobres estão expostas a múltiplos factores de stress, nomeadamente interações negativas pessoa-meio, falta de recursos, isolamento social, baixa inserção social e cultural e pressão económica, ao contrário das famílias da classe média. Por sua vez, as crianças em situação de pobreza têm no seu ambiente imediato factores de stress, físicos e psicológicos, que as colocam numa situação de vulnerabilidade, apresentando mais problemas de comportamento e dificuldades de auto-regulação (Evans & English, 2002). A pobreza também está relacionada com problemas na habitação, ao nível da estrutura, condições de habitabilidade e organização (Evans & English, 2002). De acordo com Flores (2004), as crianças que vivem em ambientes organizados e com rotinas padronizadas desenvolvem positivamente competências cognitivas, nomeadamente ao nível da compreensão e representação dos eventos de vida diários, ao contrário das crianças que crescem em ambientes caóticos.

De acordo com vários estudos (McLoyd, 1998; Magnuson & Duncan, 2002) a desvantagem económica das famílias está relacionada com práticas parentais abusivas, nomeadamente a negligência (Calheiros, 2006; Almeida, André, & Almeida, 1999). Dearing (2008) refere também que a situação de pobreza provoca stress aos pais, extravasando para a relação pais-filhos, que se torna mais negativa, aumentando as práticas parentais abusivas.

Note-se no entanto que a pobreza não tem uma relação directa com a negligência, e que a negligência surge associada a outros factores de risco derivados da situação de pobreza (e.g., Tang, 2008). Crittenden (1999) sistematiza estes factores stressores agrupando-os por tipos de negligência que promovem, referindo então (i) a *negligência desorganizada*, caracterizada por práticas parentais inconsistentes, observadas em famílias em constante crises cíclicas, que vivem em ambientes totalmente desorganizados, desenvolvendo respostas emocionais imprevisíveis à criança; (ii) a *negligência emocional*, que se caracteriza pela desconexão emocional entre pais e filhos, cujas relações são pautadas por regras limitadas e demasiado ponderadas, nas quais não há lugar a afectos; (iii) a *negligência depressiva*, que reflecte, segundo a autora, a clássica imagem da criança

negligenciada, sendo asseguradas as suas principais necessidades físicas, mas à qual são ignorados pelos pais todos os seus pedidos de atenção, acabando por desenvolver apatia e sintomas depressivos.

Factores protectores da negligência

Tal como demonstram Hanson, McLanahan e Thomson (1997), o adequado desempenho parental funciona como factor de protecção para as crianças que enfrentam os riscos associados à pobreza. De facto, as práticas parentais negligentes associadas à carência socio-económica das famílias são prevenidas ou diminuídas por vários factores que compensam o risco de negligência e que potenciam os pontos fortes (*strengths*) das famílias.

É o caso do suporte social, que de acordo com vários autores (e.g., Matos & Sousa, 2004; Horwath, 2007) funciona como um “buffer” (barreira) a sentimentos de stress experienciados pelos pais, na medida em que promove apoio e suporte às necessidades imediatas das famílias, sejam estas redes de suporte formais ou informais. Neste sentido, Horwath (2007) refere a importância que as “avós” maternas têm no apoio à sua filha, então mãe, na educação dos netos, pela experiência de vida que acaba por tranquilizar os que são pais pela primeira vez, promovendo assim um suporte emocional essencial ao bem-estar da família.

Outro dos factores protectores do risco de negligência são as rotinas familiares. Vários estudos empíricos, referenciados por Fiese e Marjinsky (1999), evidenciam a importância das rotinas familiares na organização da vida familiar e nas práticas parentais do cuidar. Resnick e colaboradores (1997) e Heston e Paavola (2005), evidenciaram a relação existente entre a ligação familiar (*family connectedness*), medida através da presença e participação dos pais nas rotinas familiares dos seus filhos, nomeadamente o acordar de manhã, fazer refeições regulares e a hora de deitar, e a protecção dos comportamentos de risco dos adolescentes. Além disso, a investigação tem ainda mostrado que a realização conjunta das refeições influencia positivamente o desenvolvimento dos adolescentes, nomeadamente ao nível dos problemas de comportamento e consumo de substâncias (Valladares & Moore, 2009) e o próprio funcionamento da família (Fiese & Marjinsky, 1999). No estudo efectuado por Kiser e colaboradores (2005), as rotinas familiares revelaram-se ainda como importantes vectores na resolução de problemas entre pais e filhos e entre o casal. Segundo o estudo de Calheiros (2006), também a percepção

materna sobre a sua competência doméstica se encontra positivamente relacionada com práticas de negligência.

6. Programas de intervenção com famílias maltratantes

Considerando a importância de conhecer o estado da arte ao nível da formação parental com famílias negligentes, apresentamos seguidamente um conjunto de programas desenvolvidos com famílias em situação de risco, dando conta das suas principais características e resultados

Healthy Families Alaska (Gessner, 2008; Caldera, Burrell, Rodriguez, Crowne, Rohde, Duggan, 2007).

Objectivo: Diminuir a ocorrência de abuso de crianças e a negligência parental em famílias em risco, através de visitas domiciliárias, promovendo a saúde e o desenvolvimento da criança, bem como o conhecimento, atitudes e comportamentos das mães acerca da parentalidade.

Dinamizadores das visitas: Voluntários, não-profissionais

Metodologia: No estudo realizado pelo autor Gessner (2008), foi aplicado o instrumento “Kempe Family Stress Checklist” (Kempe, 1976) para selecção das famílias, comparou as taxas de abuso ao longo do tempo, entre grupo experimental e grupo de controlo e avaliou se, ao aumentarem as visitas domiciliárias, diminuem as taxas de abuso de crianças. Já o estudo de Caldera e colaboradores (2007), do tipo quasi-experimental, procurou avaliar os resultados da intervenção nas crianças ao nível de cuidados de saúde, desenvolvimento e comportamento das crianças. Os resultados do programa para as mães foram avaliados ao nível dos seus conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, atitudes parentais e a qualidade do ambiente da habitação familiar.

Estratégias: Compromisso da família, desenvolvimento do plano individual de suporte da família e dos conteúdos das visitas; estado de desenvolvimento da criança; apoio à família em dúvidas relativas ao desenvolvimento da criança; adequação dos serviços – a duração e intensidade das visitas domiciliárias dependem das características e necessidades de cada família (Gessner, 2008; Caldera et al., 2007).

Resultados: Ambos os estudos concluíram que o programa não provocou alterações evidentes nas taxas de abuso e negligência. O autor Gessner (2008) evidenciou apenas que

o abuso físico às crianças envolvidas no programa diminuiu ao longo do tempo; Caldera e colaboradores (2007) evidenciaram que as crianças que participaram no programa apresentaram um nível de desenvolvimento e comportamento mais favorável do que as outras.

Hawaii Healthy Start Program (Duggan et al., 2004):

Objectivo: Prevenir o abuso e negligência parental às crianças oriundas de família em risco, nos seus primeiros três anos de vida;

Dinamizadores: Voluntários, não-profissionais;

Metodologia: Entrevistas semi-estruturadas anuais realizadas às mães; observação do ambiente da habitação das famílias através do instrumento “The Home Observation for Measurement of the Environment” – HOME (Bradley, 1993); e monitorização dos registos dos serviços de protecção de menores, das visitas domiciliárias efectuadas no programa e dos serviços de saúde infantil.

Estratégias: Estabelecer com a família uma relação de confiança; treinar estratégias de resolução de problemas; ajudar a família a aceder aos serviços da comunidade e encaminhar qualquer membro da família com necessidades específicas para serviços específicos. As visitas domiciliárias deverão providenciar educação parental, promover a interacção pais-filhos e assegurar a prestação de cuidados de saúde à criança.

Resultados: Os resultados da intervenção não foram significativos, em comparação com o grupo de controlo. No entanto, foi demonstrado que as mães que participaram no programa começaram a utilizar cada vez menos estratégias de punição verbal/corporal para com os seus filhos, bem como demonstraram menos comportamentos negligentes.

Programa Apoyo Personal y Familiar (Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín, & Rodríguez, 2006):

Objectivo: Diminuir as crenças maternas sobre desenvolvimento da criança baseadas nas correntes “nurturist” e “nativist”, aumentando as crenças do tipo “environmentalist” e “constructivist”; promover a utilização de estratégias de controlo restritivas ou indutivas, diminuindo práticas negligentes, permissivas ou coercivas.

Dinamizadores: Psicólogos e Assistentes Sociais

Metodologia: Desenho quasi-experimental; utilização dos instrumentos (i) “Parental Questionnaire on Child Development and Education” (Triana, 1986) para

avaliação das crenças maternas, (ii) “Parental Questionnaire on Parental Agency” (Máiquez, Rodrigo, Capote, & Vermaes, 2000) para avaliação da competência pessoal das mães e (iii) “Situational Questionnaire on Child-rearing practices” (Ceballos & Rodrigo, 1992) para avaliar as práticas da mãe como cuidadora;

Estratégias: Utilização de figuras durante as sessões, para reflexão e debate de variadas situações na interação pais-filhos, e experimentação das situações, tentando avaliar as consequências que determinada decisão pode ter para a criança ou para a família; apoio às famílias para que estas possam frequentar as sessões sem que haja nenhum impedimento (por exemplo, providenciar serviços que cuidem das crianças com menos de três anos durante as sessões; providenciar transporte para as sessões)

Resultados: As mães diminuíram significativamente as suas crenças “nurturist” ou “nativist” acerca das suas práticas parentais para o desenvolvimento favorável da criança. Aumentaram significativamente o seu sentimento de auto-eficácia, controlo interno, entendimento marital e dificuldade nos seus diferentes papéis sociais, demonstrando também com maior frequência práticas parentais indutivas e com menor frequência, estilos coercivos ou permissivos.

Análise comparativa dos programas

Os efeitos dos programas de intervenção nas famílias em risco através de visitas domiciliárias têm sido ambíguos, sendo que vários programas apresentaram resultados positivos significativos (Rodrigo et al., 2006; Gray, Cutler, Dean, & Kempe, 1979; Olds, Henderson, Tatelbaum, & Chamberlin, 1986), e outros não têm demonstrado qualquer impacto nos estilos parentais das famílias e na prevenção do mau trato e negligência às crianças (Caldera et al., 2007; Duggan et al., 2004; Chaffin, Bonner, & Hill, 2001).

Estudos realizados por vários autores concluíram que as visitas domiciliárias podem efectivamente mostrar-se eficazes na promoção de estilos parentais favoráveis ao desenvolvimento da criança (Centers for Disease Control & Prevention, 2003; Sweet & Appelbaum, 2004). Todavia, muitos têm sido os autores que defendem que a eficácia destes programas está dependente de uma série de variáveis características da própria implementação dos programas, nomeadamente o tipo de formação dos dinamizadores dos programas (Centers for Disease Control & Prevention, 2003; Sweet & Appelbaum, 2004), as percepções que os profissionais têm acerca de como “transportar” para o contexto das

visitas domiciliárias os princípios e objectivos dos programas (Hebbeler & Gerlach-Downie, 2002) e a duração e intensidade das visitas domiciliárias (Guterman, 2001).

O sucesso dos programas de visitas domiciliárias cujas intervenções não são especializadas têm sido alvo de várias críticas, pois intervêm de uma forma generalizada com várias famílias em risco com diferentes características e diferentes necessidades (Caldera et al., 2007; Duggan et al., 2004; Gomby, 2007). Outra das questões que tem colocado restrições ao sucesso das intervenções é a dificuldade em activar a rede social das famílias, nomeadamente a rede social institucional; um dos grandes objectivos destes programas é estabelecer ligações efectivas entre as famílias e os serviços da comunidade, facilitando o seu acesso aos mesmos. Todavia, de acordo com Duggan e colaboradores (2004), esta tem sido uma tarefa difícil para os profissionais destes programas.

A fraca participação dos pais nos programas de intervenção, ao contrário das mães, limita também o sucesso, dos programas, como é o caso do “Hawaii Healthy Start Program”, no qual os pais representavam um nível de risco bastante elevado para a criança (Duggan et al., 2004).

De acordo com Gomby (2007), o sucesso dos programas pode ser limitado por vários factores: as famílias não terem objectivos semelhantes àqueles que o programa prevê alcançar; o tipo de intervenção não deve depender do nível de risco da família (alto ou baixo), mas antes das suas necessidades psicossociais específicas; as comunidades podem não ser dotadas de serviços adequados às necessidades das famílias, logo as visitas domiciliárias não têm os resultados esperados porque não são acompanhadas de outras intervenções necessárias; e as políticas sociais são diferentes entre estados ou entre países e portanto os programas deverão ser reformulados de acordo com as mesmas.

De acordo com LeCroy e Whitaker (2005), é urgente melhorar a qualidade dos programas de visitas domiciliárias, o que pode ser conseguido através da formação cada vez mais específica e contínua dos profissionais que realizam a intervenção com as famílias. Os autores identificaram então as principais dificuldades dos profissionais do Programa “Healthy Families America” e desenvolveram um instrumento – “Difficult Situations Inventory” – para avaliar quais as áreas com maior necessidade de formação para os profissionais envolvidos, tendo como objectivo traçar programas de treino de competências específicas para os mesmos aprenderem a agir em situações mais complexas e não apenas providenciar informação. As situações identificadas como as mais difíceis

foram: trabalhar com recursos limitados no apoio às famílias; facilitar às famílias o acesso a serviços para necessidades específicas, nomeadamente serviços de saúde mental; lidar com o abuso de substâncias por parte dos pais (drogas e álcool); trabalhar com famílias desmotivadas; mudar estilos parentais e contactar com os pais. As situações de maior dificuldade evidenciadas pelos profissionais são as de intervenção mais clínica, como o uso de substâncias, o suicídio, a violência doméstica e as situações de crise na família (LeCroy & Whitaker, 2005). Situações mais frequentes, mas não menos difíceis, foram também evidenciadas neste estudo, em particular intervir com mães adolescentes, manter a intervenção confidencial, seleccionar actividades para realizar com a família durante as visitas domiciliárias, trabalhar com famílias cujas decisões o profissional não concorda e trabalhar com pais emocionalmente mais afectados.

Gomby (2007) dá ainda sugestões para o desenho e implementação dos programas de visitas domiciliárias: os conteúdos dos programas influenciam os resultados do mesmo, logo devem estar de acordo com os seus objectivos; os contextos familiar e comunitário influenciam os resultados do programa e devem limitar a sua generalização, logo a qualidade dos serviços e a adequação às necessidades de cada contexto familiar e comunitário deverão ser prioridades dos programas; os programas deverão ser avaliados continuamente, pois a investigação permite validar as intervenções e disseminar boas práticas, assumindo relevância os protocolos com universidades e instituições científicas; os profissionais que intervêm directamente com as famílias deverão ter formação contínua através do treino de competências específicas.

De acordo com vários estudos, há evidência empírica de que programas de intervenção com famílias que ocorrem fora do domicílio, ou seja, nos serviços da comunidade, têm efeitos mais positivos para as famílias, como é o caso do Programa “Apoyo Personal y Familiar” (Chaffin, Bonner, & Hill, 2001; MacLeod & Nelson, 2000). No entanto, os dois tipos de programas – visitas domiciliárias (*home-based*) e actividades nos serviços da comunidade (*center-based*) deverão ser, de acordo com Chaffin e colaboradores (2001), realizados em conjunto, ou seja, uma intervenção deverá ser complementada com a outra. Dizem os autores que a prevenção do mau trato infantil e da negligência parental deverá iniciar-se nas comunidades, com intervenções a vários níveis que permitam promover as competências parentais, a utilização dos vários serviços ao dispor das famílias na comunidade e as várias redes de suporte social, formais e informais. Para além de grupos de formação parental e programas de visitas domiciliárias para

necessidades específicas, os autores propõem ainda as seguintes actividades de intervenção comunitária: assistência contínua às famílias no suprimento das suas necessidades básicas; programas de formação com outros membros da comunidade; ou grupos de suporte parental (Chaffin, Bonner, & Hill, 2001). Os autores referem no entanto que é necessário avaliar quais as situações específicas para programas de visitas domiciliárias, na medida em que têm custos muito elevados, e não têm demonstrado resultados que justifiquem o investimento, ao contrário de programas como o “Apoyo Personal y Familiar”, que apresentam custos mais baixos, funcionam nos serviços da comunidade e activam ainda a rede de suporte social informal das famílias, pois funcionam em grupo (Chaffin et al., 2001).

Em relação às famílias em elevado risco psicossocial, este mesmo estudo revelou que os serviços de assistência ao nível das necessidades básicas e os serviços de orientação são os que apresentam resultados mais efectivos com esta população, ao contrário até de serviços com maior intensidade ou nacionalmente estandardizados, como é o caso do Programa “Healthy Families America” (Chaffin et al., 2001). Esta evidência poderá demonstrar que é necessário, primeiramente, desenvolver intervenções com estas famílias que vão ao encontro das suas prioridades imediatas (e.g. necessidades económicas) e, só depois, intervir ao nível do treino de competências parentais.

II. Construção do Programa

Partindo do racional teórico anteriormente desenvolvido, propusemo-nos a construir um programa de formação parental que reunisse os seguintes critérios: intervenção em meio natural de vida, nomeadamente através de visitas domiciliárias, permitindo adequar a intervenção a cada família, respeitando os seus ritmos e dinâmicas próprias; articulação com os técnicos de acompanhamento, sendo que a intervenção seria efectuada em colaboração com um acompanhamento específico dos serviços locais (equipas locais de Acção Social e Rendimento Social de Inserção); intensidade, na medida em que se pretendia que a formação fosse limitada no tempo, concentrada em oito sessões por família; adaptação às dinâmicas quotidianas, prevendo-se que as sessões fossem marcadas com a família consoante os seus horários e disponibilidades; treino, através da utilização de metodologias activas de resolução de problemas e tarefas conjuntas durante o intervalo entre as sessões; envolvimento da família, construindo espaços de auto-avaliação durante a aplicação do programa; trabalhar “com” as famílias e não “para” as famílias, desenvolvendo as potencialidades de cada uma, adequando a intervenção às suas necessidades quotidianas específicas e partindo do seu contexto diário; e, por último, partilhar sem “invadir”, prevendo-se uma sessão final com todas as famílias, na qual, informalmente, pudessem partilhar experiências vivenciadas no âmbito do programa, sem sentirem a sua intimidade familiar exposta.

1. Objectivos do Programa

Com a finalidade de diminuir as práticas parentais negligentes nas famílias em situação de pobreza, através do treino de competências parentais específicas, definiram-se os seguintes objectivos: diminuir o nível de negligência física relativa às crianças/adolescentes, desenvolvendo competências domésticas, educativas e relacionais dos pais, motivando-os para (i) a organização e limpeza da habitação com vista a melhorar as condições de habitabilidade das crianças/adolescentes e para (ii) a gestão consciente do orçamento familiar, por forma a suprir as necessidades básicas dos filhos ao nível da alimentação, saúde, vestuário e higiene; e diminuir o nível de negligência educacional e falta de supervisão das crianças/adolescentes, (i) implicando os pais nas rotinas diárias dos filhos, nomeadamente na vida escolar, (ii) apoiando-os na resolução de problemas de comportamento das crianças/adolescentes por forma a que estes adoptem estilos parentais

adequados, e (iii) promovendo espaços diários de comunicação e convívio familiar, com vista à interacção positiva pais-filhos.

Para dar respostas a estes objectivos, construímos um programa com vista ao desenvolvimento de competências parentais, nomeadamente competências domésticas, educativas e relacionais, aplicado através de visitas domiciliárias a cada família, individualmente, que de seguida passamos a descrever

2. Estrutura do Programa

O Programa *pRó.paRental* foi construído para ser aplicado em oito sessões, para as quais foram definidas actividades de experimentação, lúdicas e reflexivas, sobre temáticas associadas à problemática da negligência parental, seguidas de uma tarefa que denominámos “tarefa semanal”, a ser desenvolvida pela família durante o intervalo entre as sessões. De seguida, descrevem-se os temas e objectivos de cada uma das sessões do programa (ver Anexo A – Manual do programa).

A *1ª sessão* tem como temática principal a “percepção parental sobre os filhos e a família”, na qual se pretende que os pais sejam capazes de identificar as características físicas e de personalidade dos filhos, reconhecer e reflectir sobre as perspectivas que outras pessoas têm dos seus filhos, identificar possíveis reacções da criança/ adolescente face a situações ou contextos diversos e identificar as rotinas familiares. Na *2ª sessão*, é desenvolvida a temática da “gestão doméstica”, tendo como principais objectivos delinear com os pais as principais rotinas de higiene, arrumação e organização do lar, tornando-os capazes de operacionalizarem as rotinas identificadas, compreendendo a sua importância e adequando ao quotidiano da família, e promover a divisão de tarefas domésticas (individuais e conjuntas). A *3ª e 4ª sessões* incidem na “gestão orçamental”, intervindo no sentido de tornar a família capaz de delinear prioridades de aplicação do rendimento familiar mensal, identificar necessidades a curto, médio e longo prazo definindo objectivos de poupança, identificar estratégias de ensino do valor do dinheiro aos filhos e planear a gestão da alimentação da família, numa lógica de relação qualidade/preço. Na *5ª sessão* a temática das “regras” assume especial relevância, tendo como principais objectivos capacitar os pais para a definição de regras diárias que devem fazer parte da rotina da criança/ adolescente, reconhecer diferentes estilos de comunicação e formas de relacionamento e delinear estratégias eficazes de aplicação dessas mesmas regras. A *6ª*

sessão envolve as rotinas de “higiene, alimentação e vestuário da criança/ adolescente”, através da realização de actividades que permitam aos cuidadores identificar as rotinas de higiene, alimentação e vestuário dos seus filhos, compreender a importância da higiene e alimentação para o seu bem-estar e delinear estratégias de supervisão e apoio as estas rotinas dos filhos menores. A 7ª *sessão* compreende duas temáticas: o “acompanhamento da saúde”, cujas dinâmicas pretendem que os pais compreendam a importância da vigilância da saúde física e mental dos seus filhos, conheçam correctamente as instituições de saúde e como as utilizar e identifiquem práticas preventivas e de supervisão dos consumos (álcool, tabaco, drogas); e o “acompanhamento escolar” que tem como principais objectivos compreender a importância das rotinas escolares para a criança/ adolescente e da relação escola-família, delinear estratégias de apoio às rotinas escolares e definir e rotinizar o tempo de estudo dos filhos. A 8ª *sessão* é uma sessão de grupo, na qual são partilhadas entre as várias famílias as experiências, sucessos, dificuldades sentidas e mudanças concretizadas ao longo do processo.

3. Metodologia do Programa

O programa de formação parental é aplicado através de visitas domiciliárias, realizadas semanalmente às famílias, com cerca de uma hora e meia cada visita. Os conteúdos da formação foram organizados por temática e compilados num “Manual” (ver Anexo A). No início e no final do programa as famílias são avaliadas recorrendo a um conjunto de instrumentos quantitativos e no final do programa é realizada uma avaliação de processo através de grupos focais com famílias e técnicos. Na aplicação do programa são privilegiados métodos de resolução de tarefas conjuntas (pai e mãe ou em conjunto com os filhos) através de exercícios com carácter reflexivo ou lúdico, partindo das próprias dinâmicas familiares. Cada sessão é iniciada com um momento de reflexão com a família sobre as dificuldades inerentes à execução da “tarefa semanal”, tentando discutir a aplicação das aprendizagens da anterior sessão ao contexto diário. A aprendizagem desenvolve-se pelo treino no quotidiano de cada família. Pretende-se que as famílias, ao longo das visitas domiciliárias, tomem consciência e analisem as suas práticas menos positivas e, partindo do seu contexto diário, construam novos conhecimentos e competências pessoais e familiares. As sessões foram realizadas em conjunto com o técnico que acompanha a família no âmbito dos serviços locais de R.S.I./ Acção Social.

III. Método

1. Selecção e caracterização da amostra

A proposta inicial do presente estudo previa uma amostra constituída por 20 famílias, nucleares, monoparentais ou reconstituídas, a residir no Concelho de Almada, aleatoriamente distribuídas pelo grupo experimental (10) e grupo de controlo (10). Como critérios de inclusão na amostra definimos, numa primeira fase, que todos os agregados familiares deveriam (i) ser beneficiários de Rendimento Social de Inserção (Lei 13/2003, de 21 de Maio) ou acompanhados em Acção Social na instituição e cujo técnico testemunhasse situação de pobreza e (ii) ter filhos pré-adolescentes ou adolescentes a seu cargo, com idades compreendidas entre 11 e os 16 anos, (iii) sinalizados aos serviços de protecção de menores por negligência.

Numa segunda fase, definimos que seriam admitidas as famílias que revelassem práticas negligentes em relação aos seus filhos, avaliadas com o Questionário de Avaliação de Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2002). Neste sentido os Técnicos preencheram 50 questionários de Avaliação de Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2002), relativos a 50 menores, dos quais foram então seleccionados os 20 casos com pontuações mais altas e que preenchessem os restantes critérios. O Quadro 2 apresenta as características das famílias e respectivos elementos participantes no estudo.

Quadro 2. Caracterização socio-demográfica dos cuidadores/ respondentes dos grupos experimental e de controlo.

Grupo Experimental														
<i>Sujeito adulto</i>			<i>Idade</i>			<i>Escolaridade</i>			<i>N.º menores a cargo</i>					
Mãe	Pai	Outro	31-40	41-50	>50	Não sabe ler/escrever	Sabe ler/escrever	1º	2º	3º	1	2	3	4
4	-	-	1	3	-	1	-	2	1	-	1	2	1	-
Grupo de Controlo														
<i>Sujeito adulto</i>			<i>Idade</i>			<i>Escolaridade</i>			<i>N.º menores a cargo</i>					
Mãe	Pai	Outro	31-40	41-50	>50	Não sabe ler/escrever	Sabe ler/escrever	1º	2º	3º	1	2	3	4
5	1	1	3	3	1	1	2	1	2	1	1	3	2	1

O Quadro 3 apresenta as características dos menores sobre os quais foram avaliados os níveis de negligência, obtidos através de dados recolhidos no momento da pré-avaliação.

Quadro 3. *Caracterização socio-demográfica dos menores a cargo, sobre os quais foram avaliados os níveis de negligência e mau trato, dos grupos experimental e de controlo.*

Grupo Experimental							
<i>Sexo</i>		<i>Idade</i>		<i>Escolaridade</i>			
F	M	10-13	14-16	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino secundário
1	3	2	2	2	2	-	-
Grupo de Controlo							
<i>Sexo</i>		<i>Idade</i>		<i>Escolaridade</i>			
F	M	10-13	14-16	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino secundário
2	5	1	6	-	3	3	1

Grupo experimental

Por motivos que apresentaremos mais à frente, o grupo experimental ficou reduzido a quatro famílias, das quais duas são famílias monoparentais femininas, uma é família nuclear e a outra é nuclear reconstituída. Todas as famílias habitam em bairros de construção antiga do concelho de Almada, sendo que três delas vivem em habitações em bom estado de conservação e uma delas numa habitação em mau estado de conservação, com escassa ventilação e condições exíguas. Três das famílias são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (Lei 13/2003, de 21 de Maio) e uma é acompanhada em Acção Social. Das quatro famílias envolvidas três são de etnia lusa e uma é de origem cabo-verdiana. Os agregados familiares são constituídos por 3 elementos (2 famílias) e por 5 elementos (2 famílias), sendo que duas das famílias têm dois filhos menores a cargo cada, uma tem um menor a cargo e outra tem três menores a cargo (ver Quadro 2).

Os filhos menores sobre os quais foram avaliados os níveis de negligência e mau trato, através do Questionário de Avaliação do Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2002), ou seja, um menor por cada família participante, têm idades entre os 10 e os 13 anos (2 menores) e entre os 14 e os 16 anos (2 menores), e metade frequenta o 1º ciclo e a outra metade o 2º ciclo. Os menores são três do sexo masculino e uma do sexo

feminino. Todos se encontram sinalizados aos serviços de protecção de crianças e jovens (ver Quadro 3).

Nos quatro casos, foi a mãe o sujeito adulto alvo da avaliação e do programa de Formação Parental por opção das famílias, na sua maioria com idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos, excepto uma das mães, que tem 36 anos de idade. Duas das mães têm o 1º ciclo de escolaridade, uma têm o 2º ciclo concluída e uma não sabe ler nem escrever; encontram-se as quatro em situação de desemprego. Quanto ao estado civil, uma das mães é casada, uma vive em união de facto, uma é separada e outra é viúva (ver Quadro 2).

Grupo de controlo

O grupo de controlo foi constituído por sete famílias, das quais cinco são famílias monoparentais femininas, uma é família nuclear e a outra é nuclear reconstituída. As famílias habitam no concelho de Almada, três delas em bairros residenciais, em zonas de valor moderado, duas em bairros de construção antiga e outras duas em bairros operários. As suas habitações encontram-se em bom estado de conservação, excepto duas delas, cujas casas se encontram em más condições de habitabilidade. Seis das famílias são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (Lei 13/2003, de 21 de Maio) e uma é acompanhada em Acção Social, e são todas de etnia lusa. Os agregados familiares são constituídos por três elementos (2 famílias), cinco elementos (2 famílias) e dois, quatro e seis elementos cada uma das restantes famílias. As famílias têm, na sua maioria, três ou dois filhos menores a cargo (ver Quadro 2).

As mães foram, na sua maioria (5 famílias), o sujeito adulto alvo da avaliação, excepto em duas das famílias, nas quais foram o pai e a avó. Os sujeitos adultos têm idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos (3 sujeitos) e entre os 41 e os 50 anos (3 sujeitos), excepto um deles, com mais de 50 anos de idade. Dois dos sujeitos adultos sabem ler e escrever, dois têm o 2º ciclo concluído, um não sabe ler nem escrever, um têm o 1º ciclo de escolaridade e outro têm o 3º ciclo do ensino básico. Na sua maioria, os sujeitos adultos encontram-se em situação de desemprego. Quanto ao estado civil, a maioria é solteiro (5 sujeitos), e dois dos sujeitos são casados (ver Quadro 2)

Os filhos menores sobre os quais foram avaliados os níveis de negligência e mau trato, através do Questionário de Avaliação do Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2006), têm idades entre os 10 e os 13 anos (1 menor) e entre os 14 e os 16 anos (6 menores), e são, na sua maioria, do sexo masculino (5 menores). Três deles frequentam

o 2º ciclo do ensino básico, três frequentam o 3º ciclo e um dos menores frequenta o ensino secundário. Todos se encontram sinalizados aos serviços de protecção de crianças e jovens (ver Quadro 3).

2. Desenho de avaliação

O desenho de avaliação do projecto previa, inicialmente, um formato *quasi-experimental*, sendo que as famílias de ambos os grupos seriam avaliadas antes (pré-teste) e após (pós-teste) a intervenção, e apenas o grupo experimental seria alvo da intervenção. Atendendo às dificuldades encontradas para a aplicação da avaliação ao grupo de controlo, por motivos constrangimentos temporais dos técnicos que acompanhavam estas famílias, e devido ao número de casos a que ficou reduzida a nossa amostra, avaliámos ambos os grupos antes da intervenção mas optámos por realizar a avaliação pós-intervenção apenas junto do grupo experimental (ver Quadro 4).

Quadro 4. *Desenho de avaliação.*

Grupo	Pré	Intervenção	Pós
Grupo Experimental	X	X	X
Grupo de Controlo	X		

Numa abordagem mais qualitativa, com vista à avaliação das percepções sobre o programa e sobre os seu processo de implementação, realizámos dois grupos focais, um com as famílias do grupo experimental e outro com os técnicos que acompanharam as sessões, de forma a obter informação complementar sobre a avaliação do programa, quer no diz respeito à sua construção e operacionalização, ao modo como foi experienciado e às eventuais mudanças que possa ter provocado na vida das famílias alvo.

3. Instrumentos de avaliação

Para o presente estudo, foram utilizados quatro instrumentos de avaliação: o Questionário de Avaliação de Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2002), a Escala de Satisfação Familiar (*Family Satisfaction Scale*, Olson & Wilson, 1982, tradução de Calheiros, s.d.), o Perfil de Auto-percepção para Adultos (*Adult Self-Perception Profile*,

Messer & Harter, 1986, tradução de Calheiros, Garrido, & Martins, 2005) e o Questionário de Avaliação das Crenças Parentais (Calheiros, 2002). Estes instrumentos foram escolhidos com a intenção de avaliar as várias esferas de competência trabalhadas durante o programa de formação. Todavia, a escolha foi condicionada pelos instrumentos disponíveis na literatura que se encontram adaptados para a população portuguesa, constringendo, à partida, a possibilidade de avaliação específica de todas as áreas nas quais o programa intervém.

Seguidamente passaremos a descrever cada um dos instrumentos, definindo brevemente as áreas que cada um pretende avaliar, a sua composição em termos de dimensões e número de itens, as formas de aplicação e escalas de resposta e, ainda, os níveis de consistência interna apresentados por cada um deles.

Negligência. O Questionário de Avaliação de Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2002) é um instrumento constituído por 21 itens para ser preenchido por técnicos. Este instrumento inclui duas partes: a primeira refere-se ao levantamento de informações socio-demográficas das famílias; a segunda parte dedica-se à recolha dos dados relativos às cinco dimensões do questionário: mau trato, negligência física, falta de supervisão, negligência educacional e abuso sexual, avaliando a frequência e a gravidade destas dimensões (cotadas entre 0, que corresponde a desconhecido ou não verificado e 4,5, que corresponde a muito grave e muito frequente). Informações como a cronicidade do abuso, a relação entre o perpetrador e a vítima e a frequência de contacto entre ambos são também tidas em conta. Para avaliar a cronicidade do abuso e relação do perpetrador com a vítima é assinalado o tempo de referência da criança às instituições de protecção de menores e à instituição em que estão a ser obtidos os dados, (de menos de 1 ano até mais de 4 anos). Identificam-se, ainda, quais os elementos da família que perpetraram o abuso ou negligenciam as crianças (pai, mãe, padrasto/madrasta, avós, outros familiares e outras pessoas), o tipo de contacto que mantêm com a criança (coabitam e não coabitam) e sua frequência - diariamente (1) a raramente (5). Quanto à estrutura e conteúdo das dimensões que compõem o questionário, a dimensão “negligência física” é avaliada através de um conjunto de 5 itens (e.g., vestuário, higiene e bem estar físico), e apresenta, na sua versão original, uma boa consistência interna ($\alpha=.86$). Esta dimensão é definida por falta de provisão em relação às necessidades básicas da criança através de omissões parentais relacionadas com as áreas de acompanhamento do bem-estar físico dos filhos. A dimensão “mau trato” é igualmente constituída por 5 itens (e.g., métodos de violência física,

interacção física agressiva) e mostra também uma boa consistência interna ($\alpha=.86$). Esta dimensão refere-se à violência física e psicológica tendo como alvo a criança. A “falta de supervisão” inclui 5 itens relativos à negligência (e.g., segurança no meio, relação com as figuras de vinculação), manifestando-se em omissões parentais em relação aos cuidados com a segurança, acompanhamento na ausência dos pais, socialização e estimulação. O nível de consistência encontrado para esta dimensão é também adequado ($\alpha=.73$). A dimensão “negligência educacional” inclui 3 itens relacionados com as omissões dos pais relativamente às áreas de frequência e acompanhamento escolar, supervisão em relação às necessidades de desenvolvimento e negligência nos problemas de comportamento da criança (e.g., acompanhamento escolar, necessidades de desenvolvimento). O nível de consistência interna desta dimensão é também aceitável ($\alpha=.76$). Relativamente ao “abuso sexual”, este é composto por apenas um item que integra os níveis de abuso sexual do perpetrador para com a criança (Calheiros, 2006).

Satisfação Familiar. A Escala de Satisfação Familiar (Olson & Wilson, 1982, tradução de Calheiros, s.d.) tem por objectivo avaliar a coesão e adaptabilidade das famílias, medindo a satisfação da família em relação a estes dois níveis, tendo por base a ideia de que famílias “equilibradas” têm um funcionamento mais eficaz do que famílias “extremas”, situando-se estas últimas nos extremos (baixa – elevada) da coesão e da adaptabilidade (Olson & Wilson, 1982). É um instrumento para ser preenchido pelos membros da família, individualmente, o pai, a mãe e o(s) filho(s) adolescente(s). O instrumento é composto por 14 itens, cotados entre 1 (insatisfeito) a 5 (extremamente satisfeito) e apresenta um nível de consistência elevado ($\alpha=.92$). A dimensão “coesão” é constituída por 8 itens que avaliam os vínculos emocionais, limites da família, alianças, tempo, espaço, amigos e tomada de decisão e interesses e recreação ($\alpha=.85$). A dimensão “adaptabilidade”, constituída por 6 itens, mede a assertividade, controlo, disciplina, negociação, papéis e regras ($\alpha=.84$).

Crenças parentais. O Questionário de Avaliação das Crenças Parentais (Calheiros, 2002) pretende avaliar um conjunto de crenças sobre a natureza da infância, o processo de desenvolvimento da criança, a contribuição de factores internos e externos, a educação, crenças relativas à disciplina e ideias sobre a família. O instrumento, a ser preenchido individualmente pelos pais, é composto por 32 questões, construídas na forma afirmativa, cotadas numa escala de 1 (discordo muito) a 5 (concordo muito). As sub-escalas de avaliação das crenças parentais são: crenças de “controlo e exigência” ($\alpha=.88$),

que diz respeito a concepções de afirmação de poder por parte dos pais e, conseqüentemente, a práticas disciplinares punitivas, ignorando as necessidades e motivos dos filhos; crenças “permissivas/ indulgentes” ($\alpha=.77$), refere-se a ideias de não envolvimento e indiferença por parte dos pais em relação aos filhos, não lhes impondo regras, defendendo a sua independência; crenças “tradicionais ($\alpha=.69$), relacionadas com uma visão tradicional da educação, segundo a qual as crianças são igualmente comparadas aos adultos, ignorando os diferentes períodos de desenvolvimento e privilegiando o património biológico dos indivíduos; e as crenças sobre “família” ($\alpha=.72$), que avalia a importância dos laços familiares na educação durante a infância e a sua influência na fase adulta (Calheiros, 2006).

Auto-Percepção dos Pais. O instrumento Perfil de Auto-Percepção para Adultos (Messer & Harter, 1986, tradução de Calheiros, Garrido, & Martins, 2005), intitulado “Como é que eu sou”, tem por objectivo avaliar a percepção dos indivíduos adultos sobre as suas competências em diferentes domínios, reflectindo a ideia de que os indivíduos não se vêem a si próprios como competentes em todos os domínios do quotidiano. As sub-escalas que compõem o instrumento são a sociabilidade, competência no trabalho, “*nurturance*” (orientação para cuidar das crianças e promover o seu crescimento), competência atlética, aparência física, “*adequate provider*” (capacidade de fornecer meios de subsistência a si e aos outros importantes para si), moralidade, gestão da vida doméstica, relações íntimas, inteligência, sentido de humor e auto-estima global, constituídas no total por 50 itens. No presente trabalho apenas serão utilizadas seis das doze dimensões, na medida em que se pretendem avaliar as competências dos indivíduos enquanto pais em diferentes domínios e não todas as áreas do quotidiano dos indivíduos adultos. O instrumento é de aplicação individual aos pais e mães. As sub-escalas a serem utilizadas são: “sociabilidade” ($\alpha=.81$) que diz respeito ao comportamento do indivíduo na presença de outros; “*nurturance*”, que se refere ao processo de cuidar das crianças como um contributo para o futuro ($\alpha=.65$); “*adequate provider*”, que envolve os meios de subsistência que o indivíduo utiliza para si e para os outros indivíduos significantes ($\alpha=.80$); “gestão da vida doméstica”, que diz respeito às formas de organizar as actividades domésticas ($\alpha=.87$); “relações íntimas”, refere-se às relações significantes para um indivíduo com um companheiro(a) ou melhor amigo(a) ($\alpha=.82$); e “auto-estima global”, que avalia a percepção global que o indivíduo tem de si mesmo, independentemente dos domínios em que apresenta maior ou menor competência ($\alpha=.87$). Cada dimensão é

composta por 4 itens, excepto a sub-escala “auto-estima global”, constituída por 6 itens. As várias sub-escalas são cotadas entre 1 a 4, sendo cada item composto por duas afirmações que descrevem dois tipos diferentes de pessoas; os respondentes deverão, em primeiro lugar, decidir qual das duas frases se refere a pessoas parecidas consigo e, de seguida, se essa afirmação é mais ou menos verdade para si ou se é realmente verdade para si (e.g., “Há pessoas que sentem que os outros gostam de estar com elas” mas “Outras não têm a certeza se os outros gostam de estar com elas”). Metade dos itens inicia a frase com uma afirmação positiva, que evidencia uma alta competência percebida e é cotada em 4 (o sujeito revê-se no máximo de competência) e 3 (a competência é “mais ou menos” percebida pelo sujeito), e a outra metade inicia com uma afirmação negativa, que indica baixa competência percebida e é cotada em 1 (sujeito sente-se nada competente) e 2 (o sujeito considera-se “mais ou menos” não-competente).

4. Procedimento

Para a realização do presente estudo foi contactada inicialmente a instituição local que acompanha as famílias beneficiárias de R.S.I., à qual foi apresentado o projecto e solicitado autorização para a realização do mesmo no âmbito da sua equipa de Rendimento Social de Inserção.

Após a autorização por parte da entidade, os técnicos deste serviço preencheram o Questionário de Avaliação do Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2006), para uma amostra de 50 famílias, cujas pontuações foram depois calculadas por forma a definir quais as famílias que, cumprindo os critérios de inclusão, participariam no estudo.

A avaliação e intervenção com as famílias foram realizadas após a obtenção do seu consentimento informado. Especificamente e com as famílias do grupo experimental, foram realizadas sessões iniciais durante as quais foi apresentado o Programa e solicitada a sua participação. As famílias do grupo de controlo foram solicitadas pelos Técnicos a participar no estudo durante uma visita domiciliária/ atendimento de rotina.

Os instrumentos de avaliação inicial foram aplicados individualmente às famílias, mãe e/ou pai ou tutor legal, durante atendimentos ou visitas domiciliárias. Ao grupo de controlo, os instrumentos foram aplicados pelos técnicos que acompanham as famílias, sendo que os técnicos liam os itens e anotavam as respostas. Ao grupo experimental, a aplicação foi feita por mim numa primeira visita domiciliária, utilizando o mesmo

procedimento dos restantes técnicos. Para a avaliação após a intervenção voltei a aplicar os instrumentos às famílias do grupo experimental, individualmente a cada cuidador, num momento que antecedeu o grupo focal das famílias.

Para a aplicação do *pRó.paRental* ao grupo experimental (ainda com 10 famílias), foram inicialmente realizados atendimentos individuais com o cuidador identificado previamente pelos técnicos, em conjunto com os mesmos e com a formadora. Estes atendimentos tiveram como principais objectivos (i) apresentar o programa de formação e os seus objectivos, (ii) apresentar às famílias a formadora e (iii) obter o consentimento das famílias. Com as 10 famílias do grupo de controlo não foi realizado este atendimento, na medida em que a aplicação da pré-avaliação foi efectuada pelas equipas locais de R.S.I. Todas as famílias de ambos os grupos deram o seu consentimento e mostraram-se interessadas em participar. No entanto, por motivos vários, explicitados mais à frente, nem todas as famílias terminaram o programa de formação.

IV. Resultados e Discussão

Atendendo ao número de casos a que ficou reduzida a amostra deste projecto, a realização de testes estatísticos, nomeadamente que permitam a comparação entre os grupos, das pontuações médias obtidas nas várias dimensões avaliadas, não se mostrou adequada. Por este motivo, optámos por apenas reportar as médias e desvios-padrão das várias dimensões que compõem as escalas utilizadas, por forma a (i) caracterizar os grupos em cada dimensão avaliada; (ii) comparar, ainda que de forma superficial, as pontuações do grupo experimental e do grupo de controlo obtidas no pré-teste para as várias dimensões; (iii) comparar os valores médios obtidos no pós-teste pelo grupo experimental com os valores do pré-teste do grupo de controlo e, ainda, (iv) comparar o grupo experimental nestas mesmas dimensões, antes e após a sua participação no projecto de formação parental. Note-se, no entanto, que devido aos constrangimentos amostrais mencionados, a leitura destes resultados deve ser feita de forma cautelosa, adoptando uma abordagem de natureza mais qualitativa, na medida em que as diferenças encontradas entre os grupos não possuem verdadeiro significado estatístico. As médias e desvios-padrão obtidos para cada dimensão das escalas utilizadas podem ser consultadas no Quadro 5.

Quadro 5. Médias e desvios-padrão no pré-teste (grupo experimental e de controlo)

Factores		Grupo experimental			Grupo controlo		
		N	M	DP	N	M	DP
Mau Trato e Negligência	Negligência Física	4	0,35	0,70	7	0,54	0,39
	Mau Trato	4	0,42	0,26	7	0,76	0,59
	Falta de Supervisão	4	0,87	0,55	7	1,03	0,84
	Negligência Educacional	4	2,33	1,58	7	1,74	0,80
Satisfação familiar	Coesão	4	4,25	0,71	7	4,17	0,19
	Adaptabilidade	4	3,96	0,16	7	3,47	1,12
Crenças parentais	Controlo/ exigência	4	3,34	0,99	7	2,86	0,61
	Permissivas/ indulgentes	4	2,58	0,22	7	2,86	0,68
	Tradicional	4	3,65	0,41	7	3,46	0,61
	Família	4	3,92	1,13	7	3,57	0,94
Auto-percepção de competência	Sociabilidade	4	3,38	0,48	7	2,75	0,79
	<i>Nurturance</i>	4	3,94	0,13	7	3,75	0,56
	<i>Adequate provider</i>	4	3,44	0,55	7	3,46	0,53
	Gestão doméstica	4	3,50	0,61	7	3,36	1,11
	Relações íntimas	4	3,31	0,72	7	2,21	1,25
	Auto-estima global	4	3,29	0,91	7	3,19	1,03

1. Caracterização e análise comparativa dos grupos antes da intervenção

Mau trato e negligência

Em primeiro lugar, reportamos os resultados relativos a um dos critérios de inclusão, designadamente, a presença de indicadores de mau trato e negligência relativamente aos menores a cargo das famílias que integram os grupos experimental e de controlo. As médias e desvios padrão obtidos para cada um dos indicadores da escala de mau trato e negligência (Calheiros, 2006), podem ser consultados no Quadro 5. Importa ainda referir que a escala de mau trato e negligência adoptada varia entre 0 (zero), que pressupõe a inexistência da prática maltratante ou negligente, ou é desconhecido por parte de quem preenche o questionário, e 4,5 que indica elevada gravidade e frequência.

Quando comparamos as médias obtidas na nossa amostra com as médias da escala original verificamos, quer para o grupo experimental quer para o de controlo, que as médias nas dimensões *negligência física* ($M_{exp}=0,35$; $M_{cont}=0,54$), *mau trato* ($M_{exp}=0,42$; $M_{cont}=0,76$) e *falta de supervisão* ($M_{exp}=0,87$; $M_{cont}=1,03$) apresentam valores inferiores aos da escala original ($M=1,88$, $M=1,44$, e $M=2,25$, respectivamente).

Ao contrário, o factor *negligência educacional* apresenta para o grupo de controlo ($M_{cont}=1,74$) um valor aproximado e para o grupo experimental ($M_{exp}=2,33$) um valor mais elevado do que o valor obtido na escala original ($M=1,91$). No geral, estes resultados indicam o cumprimento do critério de inclusão definido para a participação no projecto. As pontuações médias obtidas nesta escala, situadas acima de zero (0), revelam a existência de mau trato e negligência, ainda que com pouca frequência e gravidade. Note-se ainda que as médias reportadas reflectem o padrão de resultados de todas as famílias, não havendo desvios expressivos para nenhuma delas nestes factores (apenas no factor negligência educacional, para o grupo experimental, se nota um maior desvio que será seguidamente analisado).

Comparando agora o grupo experimental e de controlo em relação às dimensões de negligência e mau trato, os resultados indicam a presença de pequenas diferenças nos factores *negligência física*, *mau trato* e *falta de supervisão*, sendo as médias para o grupo experimental relativamente mais baixas do que as apresentadas para o grupo de controlo. Relativamente à *negligência educacional*, o grupo experimental apresenta uma média mais elevada (e um desvio padrão também mais elevado), indicando que uma das famílias apresenta uma média neste factor superior à das restantes. Apesar disso, é este o factor que,

em todas as famílias do grupo de controlo, apresenta uma média mais elevada, indicando que é ao nível educativo que a prevalência da negligência é mais evidente.

Satisfação Familiar

No que diz respeito à escala de satisfação familiar (Olson & Wilson, 1982), que varia entre 1 (insatisfeito) e 5 (extremamente satisfeito), as médias e desvios-padrão obtidos para cada dimensão (ver Quadro 5) indicam que tanto para a *coesão* ($M_{exp}=4,25$; $M_{cont}=4,17$) como para a *adaptabilidade* ($M_{exp}=3,96$; $M_{cont}=3,47$), os valores observados se situam próximos do extremo superior da escala. Estes resultados parecem indicar um funcionamento pouco eficaz da maioria das famílias participantes no estudo, se atendermos ao facto desta escala ter por base a ideia de que famílias “equilibradas” têm um funcionamento mais eficaz do que famílias “extremas”, isto é, que se situam nos extremos (baixa – elevada) da coesão e da adaptabilidade. Efectivamente, os valores médios observados, nos valores da escala referentes a “globalmente satisfeito” (3) e “muito satisfeito” (4), situam-se acima dos obtidos na escala original, que embora aferida para a população normativa norte-americana ($M_{coesão}=3,31$; $M_{adaptabilidade}=3,25$), poderá ser usada como termo de comparação ainda que meramente indicativo. Comparando o grupo experimental com o de controlo verifica-se que o grupo experimental ($M_{coesão}=4,25$; $M_{adaptabilidade}=3,96$) apresenta valores ligeiramente mais elevados do que o grupo de controlo ($M_{coesão}=4,17$; $M_{adaptabilidade}=3,47$).

Neste sentido, as famílias integradas em ambos os grupos parecem caracterizar-se por percepções algo irrealistas da sua dinâmica familiar, sugerindo os valores observados nesta escala que existe uma “falsa satisfação” em relação à coesão nas suas famílias, avaliada através da satisfação com os vínculos emocionais, limites na família, alianças, tempo, espaço, amigos, tomada de decisão e interesses e recreação, e ainda uma exagerada percepção de adaptabilidade, nomeadamente, a questões relativas à assertividade, controlo, disciplina, negociação, papéis e regras.

Crenças Parentais

No que diz respeito às crenças parentais (Calheiros, 2002), cuja escala varia entre 1 (discordo muito) e 5 (concordo muito), os valores médios de ambos os grupos (ver quadro 5) encontram-se relativamente próximos das médias da escala original ($M_{controlo/exigência}=3,05$; $M_{permissivas/indulgentes}=2,69$; $M_{tradicional}=3,48$; $M_{família}=3,56$). Na visão de *controlo e exigência*, tanto o grupo experimental ($M=3,34$) como o grupo de controlo

($M=2,86$) manifestam uma posição intermédia face a ideias de afirmação de poder perante os filhos e de adesão a práticas disciplinares punitivas. No entanto, a maioria das famílias do grupo experimental revelam concordar com estas crenças, sendo que apenas uma das famílias refere não concordar (neste sentido a média não representa o padrão de todas as famílias do grupo experimental). Também ao nível das *crenças permissivas/indulgentes*, as médias dos dois grupos – grupo experimental ($M=2,58$) e grupo de controlo ($M=2,86$) – revelam que a maioria das famílias discorda / não concorda nem discorda de ideias de não envolvimento e indiferença em relação aos filhos e de não imposição de regras. No factor *visão tradicional*, os valores obtidos para os grupos experimental ($M=3,65$) e de controlo ($M=3,46$) revelam uma tendência das famílias em concordar com ideias tradicionais da educação, segundo as quais as crianças são igualmente comparadas aos adultos. Igualmente na visão *família*, as pontuações médias de ambos os grupos dão conta da tendência da maioria das famílias para concordar com a importância dos laços familiares na educação durante a infância e a sua influência na fase adulta; todavia, é possível perceber que o grupo experimental ($M=3,92$) se encontra mais próximo desta visão do que o grupo de controlo ($M=3,57$). No entanto, e no que diz respeito à visão de *família*, parece não existir um padrão homogéneo nas famílias participantes no programa, pois uma das famílias demonstra concordar muito com crenças de família, ao contrário de uma outra, que revela tendência para discordar desta visão.

Auto-percepção de competência

Quanto à avaliação da auto-percepção de competência (Messer & Harter, 1986, tradução de Calheiros, Garrido, & Martins, 2005) verifica-se que, para a maioria dos factores, os participantes se sentem competentes nas esferas de competência avaliadas (ver Quadro 5). Efectivamente, e numa escala que varia entre 1 (baixa competência) e 4 (alta competência), as respostas médias situam-se próximas de uma percepção de competência satisfatória. Todavia, o grupo experimental apresenta valores médios mais elevados do que o grupo de controlo, ou seja, os participantes do grupo experimental auto-percepcionam-se como mais competentes nas acções/ tarefas das várias esferas de competência, nomeadamente, ao nível das relações sociais (factores *sociabilidade*, $M_{exp}=3,38$ e $M_{cont}=2,75$, e *relações íntimas*, $M_{exp}=3,31$ e $M_{cont}=2,21$), do cuidar (factor *nurturance*, $M_{exp}=3,94$ e $M_{cont}=3,75$), da gestão doméstica ($M_{exp}=3,50$ e $M_{cont}=3,36$) e na sua auto-estima global ($M_{exp}=3,29$ e $M_{cont}=3,19$). A esfera das *relações íntimas* é aquela na qual o grupo de controlo ($M=2,21$) se auto-percepciona como menos competente, sendo que, na

escala, os valores menores que dois (2) objectivam que os indivíduos se auto-percebem como pouco ou nada competentes. Todavia, mais uma vez, a média não demonstra o padrão do grupo de controlo neste factor, na medida em que duas das famílias deste grupo revelam auto-percepções de competência mais elevadas na área das relações íntimas. Os dois grupos não se diferenciam no que diz respeito ao factor *adequate provider* ($M_{exp}=3,46$, $M_{cont}=3,44$), e as suas respostas indicam que ambos os grupos se consideram competentes na esfera do cuidar.

2. Caracterização e análise comparativa dos grupos após a intervenção

Apesar de o grupo de controlo não ter sido avaliado no pós-teste, e mesmo os grupos não sendo homogéneos no pré-teste, optámos por comparar os dois grupos, experimental e de controlo, após a intervenção, utilizando os valores do grupo de controlo relativos ao pré-teste. Pretendemos assim perceber se existem diferenças mais acentuadas após a realização da intervenção junto do grupo experimental (ver Quadro 6).

Quadro 6. Médias e desvios-padrão do grupo experimental no pós-teste e do grupo de controlo no pré-teste.

Factores	Grupo experimental			Grupo controlo			
	N	M	DP	N	M	DP	
Mau Trato e Negligência	Negligência Física	4	0,10	0,20	7	0,54	0,39
	Mau Trato	4	0,68	0,41	7	0,76	0,59
	Falta de Supervisão	4	0,78	0,71	7	1,03	0,84
	Negligência Educacional	4	2,21	1,30	7	1,74	0,80
Satisfação familiar	Coesão	4	4,04	0,91	7	4,17	0,19
	Adaptabilidade	4	4,21	0,57	7	3,47	1,12
Crenças parentais	Controlo/ exigência	4	3,28	0,64	7	2,86	0,61
	Permissivas/ indulgentes	4	2,67	0,45	7	2,86	0,68
	Tradicional	4	3,90	0,50	7	3,46	0,61
	Família	4	4,08	0,74	7	3,57	0,94
Auto-percepção de competência	Sociabilidade	4	3,56	0,43	7	2,75	0,79
	<i>Nurturance</i>	4	3,94	0,13	7	3,75	0,56
	<i>Adequate provider</i>	4	3,31	0,43	7	3,46	0,53
	Gestão doméstica	4	3,63	0,48	7	3,36	1,11
	Relações íntimas	4	2,75	1,02	7	2,21	1,25
	Auto-estima global	4	3,33	0,72	7	3,19	1,03

Mau trato e negligência

Quando comparadas as médias obtidas para ambos os grupos na pré-avaliação, percebemos que existiam pequenas diferenças nos factores *negligência física*, *mau trato* e *falta de supervisão*, sendo que as médias observadas para o grupo experimental foram ligeiramente mais baixas do que as do grupo de controlo, ao contrário da *negligência educacional*, cuja média se revelou mais alta para o grupo experimental. Comparando, agora, os valores obtidos no pós-teste pelo grupo experimental percebemos que as diferenças entre médias são agora mais acentuadas, nomeadamente, nas dimensões *negligência física* ($M_{exp}=0,10$; $M_{cont}=0,54$) e *falta de supervisão* ($M_{exp}=0,78$; $M_{cont}=1,03$). O factor *negligência educacional* continua a apresentar para o grupo experimental uma média mais elevada (ainda que ligeiramente mais baixa que no pré-teste).

Satisfação Familiar

No que diz respeito à satisfação familiar, a comparação das médias e desvios-padrão após a intervenção no grupo experimental (ver Quadro 6) indica que o grupo experimental, ao apresentar no pós-teste uma média inferior, apresenta valores ligeiramente mais baixos do que o grupo de controlo no factor *coesão* ($M_{exp}=4,04$; $M_{cont}=4,17$), sugerindo que o programa desenvolveu nas famílias do grupo experimental uma percepção mais realista da sua coesão familiar. Ao nível da *adaptabilidade*, o grupo experimental ($M=4,21$) apresenta agora uma visível diferença em relação ao grupo de controlo ($M=3,47$), evidenciando que o trabalho nas sessões relativo aos domínios da assertividade, controlo, disciplina, negociação, papéis e regras aumentou as percepções das famílias nesta dimensão. No entanto, isto não é necessariamente positivo porque, ao terem sido mais trabalhadas estas áreas, os cuidadores podem sentir-se mais expostos a uma avaliação das aprendizagens após o programa, o que os pode levar a responder de acordo com os conteúdos da temática e não as suas ideias reais.

Crenças Parentais

No que diz respeito às crenças parentais, a visão de *controlo e exigência* assume, agora, para o grupo experimental ($M=3,28$) uma média que, ao diminuir após a intervenção, aproxima mais este grupo ao de controlo ($M=2,86$). Também nas *crenças permissivas/indulgentes*, a média obtida pelo grupo experimental ($M=2,67$) no pós-teste aumentou e aproxima-se agora mais da média do grupo de controlo ($M=2,86$). Nos outros dois factores, *tradicional* e *família*, os valores obtidos para o grupos experimental após a

intervenção ($M_{tradicional}=3,90$; $M_{família}=4,08$) revelam uma diferença mais acentuada em relação ao grupo de controlo ($M_{tradicional}=3,46$; $M_{família}=3,57$), sugerindo que as temáticas abordadas no âmbito do programa de formação promoveram nos pais do grupo experimental ideias mais tradicionais da educação e a importância dos laços familiares na educação durante a infância e a sua influência na fase adulta.

Auto-percepção de competência

Quanto à avaliação da auto-percepção de competência, verifica-se que, para a maioria dos factores ($M_{sociabilidade}=3,56$; $M_{nurturance}=3,94$; $M_{gestão\ doméstica}=3,63$; $M_{relações\ íntimas}=2,75$; $M_{auto-estima\ global}=3,33$), os participantes no programa de formação se sentem mais competentes do que o grupo de controlo ($M_{sociabilidade}=2,75$; $M_{nurturance}=3,75$; $M_{gestão\ doméstica}=3,36$; $M_{relações\ íntimas}=2,21$; $M_{auto-estima\ global}=3,19$). Somente na dimensão *adequate provider*, o grupo de controlo ($M=3,46$) revela sentir-se mais competente do que o grupo experimental ($M=3,31$), o que pode sugerir, sendo esta dimensão relativa à capacidade do indivíduo fornecer meios de subsistência a si e aos outros importantes para si, que a formação por si só não desenvolveu esta competência, muito dependente do rendimento económico efectivo de cada família.

3. Análise comparativa do grupo experimental antes e depois da intervenção

Seguidamente, apresentamos os valores médios e desvios-padrão das pontuações obtidas pelo grupo experimental em cada uma das dimensões avaliada, antes e após a participação no *pRó.paRental*. Mais uma vez, e tal como referido anteriormente, o número de famílias que constituíram este grupo não permite um adequado tratamento estatístico pelo que optámos por apresentar os valores observados em cada uma das quatro famílias num formato que se aproxima ao de um estudo de caso. O Quadro 7, apresentado no final desta secção, sistematiza os valores registados por cada família nestes dois momentos.

Família 1

A Família 1 é uma família nuclear, constituída por 5 elementos, de origem cabo-verdiana, com três filhos menores a cargo. A mãe foi o cuidador que frequentou as sessões de formação, tem 44 anos de idade e encontra-se desempregada. São beneficiários de Rendimento Social de Inserção há cerca de um ano.

Ao nível dos factores de mau trato e negligência avaliados pelo Técnico, não se verificaram quaisquer alterações do pré-teste para o pós-teste, sendo que os valores médios

revelam que o mau trato e negligência perpetrados ao filho menor sobre o qual foi efectuada a avaliação têm baixa frequência e gravidade. O factor *negligência física* ($M=0,00$) não se observou em nenhum dos momentos, e o *mau trato* ($M=0,80$), a *falta de supervisão* ($M=0,80$), e a *negligência educacional* ($M=1,00$) estão patentes apesar de que com baixa frequência e gravidade, de forma idêntica antes e após o projecto.

Relativamente à avaliação da satisfação familiar na Família 1, quer a *coesão* quer a *adaptabilidade* tenderam a aumentar após a intervenção (*coesão*: de $M=3,75$ para $M=4,63$; e *adaptabilidade*: de $M=3,83$ para $M=4,67$). Estes valores sugerem que a participação nas sessões do programa pRó.paRental potenciou sentimentos de satisfação do sujeito cuidador em relação à sua família, quer por ter tomado consciência das potencialidades da família, quer pelo facto dos aspectos trabalhados durante a formação terem permitido à família provocar mudanças no seu quotidiano, que satisfizeram positivamente os seus elementos. No entanto, e segundo os autores da escala, a satisfação extrema-elevada poderá ser um indicador de desequilíbrio da família ao nível da sua coesão e adaptabilidade (Olson & Wilson, 1982), na medida em que a família, ao sentir-se exposta/avaliada, acaba por querer demonstrar-se eficaz perante elementos exteriores ao sistema.

Na avaliação das crenças parentais, verificou-se uma maior variabilidade nos quatro factores, apesar de as diferenças serem pouco expressivas. A visão *controlo e exigência* subiu (de $M=3,50$ para $M=3,88$), sugerindo que o sujeito cuidador identifica, após as sessões, uma maior necessidade afirmação de poder perante os filhos, de definição de limites mais rígidos no cumprimento de regras, ainda que de uma forma um pouco autoritária. Também o aumento dos valores médios na dimensão visão *tradicional* (de $M=3,60$ para $M=3,80$), poderá indicar, ainda que de forma pouco expressiva, que a mãe, levada a reflectir durante as sessões sobre a necessidade de ter regras e impor limites, passou a valorizar concepções mais tradicionais de educação. Na visão *permissiva e indulgente*, verificou-se uma pequena diminuição (de $M=2,67$ para $M=2,33$), convergindo estes valores com o aumento das crenças tradicionais e de controlo. A visão *família* manteve exactamente o mesmo valor ($M=5,00$) em ambas as avaliações, revelando que, para esta mãe, os laços familiares apresentam uma elevada importância e têm um papel crucial na educação dos filhos.

Os valores de todos os factores da auto-percepção de competência não revelaram oscilações e apresentaram-se positivos, ou seja, objectivam que o cuidador se percepçiona como sendo competente nas várias esferas do seu quotidiano. Os factores *nurturance* e

gestão doméstica mantiveram-se no valor máximo da escala ($M=4,00$), sugerindo que o cuidador se sente altamente competente no “cuidar” e na gestão do lar. Todavia, apesar de que com uma oscilação pouco acentuada, o factor *auto-estima global* foi aquele que revelou um valor mais baixo na pré e pós-avaliação ($M=3,33$), significando isto que é a área na qual a mãe se sente menos competente.

De uma forma geral, os resultados sugerem que o programa de formação parental permitiu alguns “ganhos” a esta família, nomeadamente, ao nível da satisfação dos seus elementos com a coesão e a adaptabilidade da família e com a necessidade de adoptar estilos parentais mais adequados. Todavia, não foram visíveis quaisquer alterações ao nível da frequência e gravidade do mau trato e negligência, podendo isto significar que, de facto, ou não houve mudanças nas práticas parentais, ou, sendo que acontecem com pouca frequência, não se permitiu o tempo suficiente ao Técnico para as observar.

Família 2

A Família 2 é uma família nuclear reconstituída, constituída por 5 elementos, de etnia lusa, com dois filhos menores a cargo. A mãe foi o cuidador que frequentou as sessões de formação, tem 36 anos de idade, o 4º ano de escolaridade e encontra-se desempregada. São beneficiários de Rendimento Social de Inserção.

Na avaliação do mau trato e negligência, três dos quatro factores revelaram valores mais elevados no pós-teste, nomeadamente o *mau trato* (de $M=0,40$ para $M=1,20$), *falta de supervisão* (de $M=1,40$ para $M=1,60$) e *negligência educacional* (de $M=1,33$ para $M=2,67$). Ou seja, os valores da avaliação após o programa podem então indicar-nos que, ou a frequência e gravidade do mau trato e negligência aumentaram de facto, ou que esta subida se deve ao facto do próprio Técnico que realizou a avaliação se ter tornado mais sensível aos aspectos familiares indicadores de mau trato. Quanto ao factor *negligência física*, não se verificou qualquer ocorrência ($M=0,00$) antes ou após a aplicação do programa.

Ao nível da satisfação familiar, verificou-se uma pequena descida da *coesão* (de $M=4,75$ para $M=4,63$), e um ligeiro aumento da *adaptabilidade* (de $M=4,17$ para $M=4,67$), sugerindo que esta mãe se encontra satisfeita com a coesão e adaptabilidade da sua família. No entanto, como referido anteriormente, esta satisfação extrema pode constituir um indicador de desequilíbrio da família (Olson & Wilson, 1982).

Quanto às crenças parentais, verificaram-se pequenas subidas em vários factores. Na visão *permissiva e indulgente*, a aquiescência do cuidador a ideias de não imposição de regras e limites aumentou (de $M=2,83$ para $M=3,33$). Também na *visão tradicional*, a mãe demonstrou ter, após o programa de intervenção ($M=4,60$), mais ideias tradicionais de educação, dando menos valor às características de “ser criança” em cada período de desenvolvimento, do que no pré-teste ($M=4,20$). A visão *família* apresentou uma subida mais significativa (de $M=2,33$ para $M=3,67$), sugerindo que o cuidador atribui agora mais importância aos laços familiares na educação durante a infância, e compreende a sua influência na fase adulta. Nas crenças de *controlo e exigência*, o valor diminuiu ($M=4,38$ para $M=3,38$), sugerindo que após as sessões de formação parental, existe menos concordância com concepções de afirmação de poder por parte dos pais. Estas diferenças poderão assim reflectir maior adesão por parte dos cuidadores a processos de negociação de regras e reforços, na medida em que estas concepções e os vários estilos parentais foram discutidos durante as sessões, sendo consistente a maior adesão a crenças *permissivas* e menor a crenças de *controlo*.

No que diz respeito à auto-percepção de competência, a Família 2 não registou quaisquer alterações após a aplicação do programa nos factores *sociabilidade, gestão doméstica, relações íntimas e auto-estima global*, demonstrando que o cuidador manteve os seus sentimentos de competência nestas esferas. Quanto aos factores *nurturance e adequate provider*, verificou-se uma ligeira diminuição (de $M=4,00$ e $M=4,00$ respectivamente, na pré-avaliação, para $M=3,75$ e $M=3,50$ na pós-avaliação), sugerindo que o cuidador se sente menos competente após participar no programa de formação. Note-se, no entanto, que estes resultados podem ser reflexo de processos de reflexão decorrentes do programa de formação, ao longo do qual se abordaram conteúdos promotores de percepções mais realistas acerca das reais competências em determinada esfera, nomeadamente, nas do “cuidar”.

De uma forma geral os resultados sugerem que a participação desta família no programa de formação parental permitiu, essencialmente, uma tomada de consciência por parte do cuidador para melhor desempenhar as suas tarefas nesse papel. No entanto, os indicadores de mau trato e negligência não reflectem quaisquer efeitos positivos da intervenção realizada junto desta família.

Família 3

A Família 3 é uma família monoparental feminina, constituída por 3 elementos, de etnia lusa, com dois filhos menores a cargo. A mãe frequentou as sessões de formação, tem 41 anos de idade, o 6º ano de escolaridade e encontra-se desempregada. São beneficiários de Rendimento Social de Inserção.

A avaliação do mau trato e negligência antes e depois da intervenção revelou, em três dos quatro factores, uma diminuição dos valores, nomeadamente na *negligência física* (de $M=1,40$ para $M=0,00$), *falta de supervisão* (de $M=0,40$ para $M=0,00$) e *negligência educacional* (de $M=2,50$ para $M=1,33$). No entanto, foi no factor *negligência física* onde se verificou uma diminuição mais acentuada (de $M=1,40$ para $M=0,00$) após a aplicação do programa. Ao nível do *mau trato*, verificou-se um aumento, ainda que diminuto (de $M=0,20$ para $M=0,40$).

A satisfação familiar, para esta família, diminuiu em ambos os factores, tendo sido o factor *coesão* que revelou uma descida maior (de $M=3,57$ para $M=2,50$), sugerindo que o cuidador, ainda que satisfeito com a coesão e adaptabilidade da sua família, poderá ter tomado consciência de algumas fragilidades familiares durante o programa.

Quanto à avaliação das crenças parentais, o factor *controlo e exigência* registou um aumento (de $M=2,00$ para $M=2,38$), sugerindo que o cuidador, após o programa de formação, assume uma posição mais intermédia relativamente a concepções de afirmação de poder por parte dos pais e uma maior concordância com práticas disciplinares punitivas. A adesão a *crenças permissivas e indulgentes* também registou uma pequena subida (de $M=2,33$ para $M=2,50$), revelando estes valores que a mãe discorda, de uma forma geral, com as ideias exageradas de independência e autonomia dos filhos sem necessidade de imposição de regras. Já a visão *tradicional* diminuiu o seu valor médio (de $M=3,60$ para $M=3,40$), sugerindo que o cuidador, após a intervenção, concorda menos com a visão tradicional da educação, segundo a qual as crianças são igualmente comparadas aos adultos, minimizando a importância da infância enquanto fase de desenvolvimento. Na visão *família* os valores também diminuíram (de $M=4,33$ para $M=3,33$), revelando que a mãe valoriza um pouco menos os laços familiares na educação durante a infância e a sua influência na fase adulta. Esta diminuição pode ser explicada pelas várias experiências de vida menos positivas desta mãe em relação a duas filhas já adultas, que foram partilhadas e

discutidas durante as sessões, o que, eventualmente, se reflectem agora na visão da mãe sobre estas questões.

Relativamente à auto-percepção de competência, a maioria dos factores – *sociabilidade* (de $M=3,00$ para $M=3,75$), *nurturance* (de $M=3,75$ para $M=4,00$), *gestão doméstica* (de $M=2,75$ para $M=3,00$) e *auto-estima global* (de $M=2,00$ para $M=2,33$) – apresentam valores mais altos no pós-teste, ao contrário dos factores *adequate provider* (que se manteve igual, $M=2,75$) e *relações íntimas* (cujo valor diminuiu de $M=2,25$ para $M=2,00$). No global, metade dos factores revelaram, nesta família, valores em torno do ponto médio da escala, sugerindo que o cuidador se sente apenas moderadamente competente nas várias esferas do quotidiano, nomeadamente, nas esferas das relações sociais e auto-estima, apesar de a sua participação no programa ter permitido à mãe sentir-se mais competente.

De uma forma geral, os resultados sugerem que o programa de formação parental permitiu alguns “ganhos” a esta família, nomeadamente, ao nível da percepção de competência da mãe. Ao nível do mau trato e negligência os valores registam menor frequência e gravidade, podendo isto significar que, de facto, houve mudanças nas práticas parentais e que estas foram percebidas pelos Técnicos.

Família 4

A Família 4 é uma família monoparental feminina, constituída por 3 elementos, de etnia lusa, com 1 filho menor a cargo. A mãe frequentou as sessões de formação, tem 45 anos de idade, não sabe ler nem escrever e encontra-se desempregada. São acompanhados pelos serviços de Acção Social local.

Ao nível dos factores de mau trato e negligência avaliados pelo Técnico, os valores apresentam-se, na sua maioria baixos, ao contrário da *negligência educacional*, que apresenta um valor inicial elevado ($M=4,50$). Na pós-avaliação, o factor *mau trato* manteve-se igual ($M=0,30$) e a *negligência física* apresentou valores relativamente mais altos (de $M=0,00$ para $M=0,40$), indicando a ocorrência de práticas de negligência física, ainda que com pouca gravidade e frequência. O factor *falta de supervisão* diminuiu (de $M=1,30$ para $M=1,10$), sugerindo que a gravidez da menor está a aproximar a mãe do quotidiano da sua filha e a promover a aliança mãe/filha. A *negligência educacional*, também registou uma diminuição (de $M=4,50$ para $M=3,38$), o que poderá reflectir a importância que foi atribuída ao percurso escolar da menor durante as sessões.

Relativamente à avaliação da satisfação familiar, verificou-se um aumento no factor *coesão* (de $M=3,57$ para $M=4,14$) enquanto que o factor *adaptabilidade* se manteve. Estes valores revelam que o cuidador está, de uma forma geral, satisfeito com as dinâmicas familiares e que esta satisfação ou melhorou ou reflecte uma percepção irrealista destas dimensões após a participação da família no pRó.paRental.

Na avaliação das crenças parentais a visão de *controlo e exigência* manteve-se moderada nos dois momentos de avaliação ($M=3,50$), revelando que a mãe tem uma posição ambígua relativamente a práticas disciplinares punitivas e imposição de poder perante os filhos. Os valores relativos às crenças *permissivas e indulgentes* registram também um valor idêntico na pré e pós-avaliação ($M=2,50$), revelando novamente posições ambíguas do cuidador em relação a ideias de não envolvimento e indiferença por parte dos pais em relação aos filhos. A visão *tradicional* registou um aumento (de $M=3,20$ para $M=3,80$), sugerindo que a mãe tende a aderir mais a ideias tradicionais de educação após o programa; todavia, este valor poderá ter sido influenciado pela visão da mãe em relação às futuras competências da filha, que entretanto vai iniciar a sua função como mãe. A visão *família* (que aumentou de $M=4,00$ para $M=4,33$ no pós-teste) demonstra que o cuidador, após as sessões, dá mais importância aos laços familiares na educação dos seus filhos.

Ao nível da auto-percepção de competência a Família 4 não registou quaisquer alterações após a aplicação do programa nos factores *sociabilidade, nurturance e adequate provider*, sugerindo que a mãe se sente competente nestas esferas da vida. O valor médio do factor *relações íntimas* diminuiu (de $M=3,75$ no pré-teste para $M=1,75$ no pós-teste), sugerindo que, ao ter sido trabalhada a importância dos laços afectivos entre os elementos da família, a mãe pode ter ganho uma maior percepção de como funcionam as suas relações com os outros. O factor *auto-estima global* também registou uma pequena descida (de $M=3,83$ para $M=3,67$), embora não muito expressiva. A *gestão doméstica* apresentou uma pequena subida (de $M=3,25$ no pré-teste para $M=3,50$ no pós-teste), revelando que a mãe, após a conclusão do programa de formação, se sente mais competente nesta área.

De uma forma geral os resultados sugerem que a participação desta família no programa de formação parental foi positiva. Ao nível do mau trato e negligência, a falta de supervisão e a negligência educacional apresentaram-se como as “áreas” onde esta família conseguiu mais “ganhos”; todavia, a mudança nas práticas parentais pode ter sido influenciada pela situação de gravidez da menor, o que não deixa de ser positivo. Também ao nível da auto-percepção de competência, a gestão doméstica mostra ter sido uma esfera

na qual a mãe, após o programa, se sente competente, sugerindo que todos os exercícios realizados e aplicados ao cotidiano, referentes a este domínio de competências, foram importantes para esta família.

O Quadro 7 que seguidamente se apresenta, mostra as pontuações obtidas por cada família nas diversas escalas antes e após a intervenção.

Quadro 7. Médias e desvios-padrão no pós-teste (grupo experimental)

			Família 1	Família 2	Família 3	Família 4
Mau Trato e negligência	Negligência Física	Pré-teste	0,00	0,00	1,40	0,00
		Pós-teste	0,00	0,00	0,00	0,40
	Mau Trato	Pré-teste	0,80	0,40	0,20	0,30
		Pós-teste	0,80	1,20	0,40	0,30
	Falta de Supervisão	Pré-teste	0,40	1,40	0,40	1,30
		Pós-teste	0,40	1,60	0,00	1,10
	Negligência Educacional	Pré-teste	1,00	1,33	2,50	4,50
		Pós-teste	1,00	2,67	1,33	3,83
Satisfação familiar	Coesão	Pré-teste	3,75	4,75	3,57	3,57
		Pós-teste	4,63	4,63	2,50	4,14
	Adaptabilidade	Pré-teste	3,83	4,17	3,83	4,00
		Pós-teste	4,67	4,67	3,50	4,00
Crenças parentais	Controlo/ exigência	Pré-teste	3,50	4,38	2,00	3,50
		Pós-teste	3,88	3,38	2,38	3,50
	Permissivas/ indulgentes	Pré-teste	2,67	2,83	2,33	2,50
		Pós-teste	2,33	3,33	2,50	2,50
	Tradicional	Pré-teste	3,60	4,20	3,60	3,20
		Pós-teste	3,80	4,60	3,40	3,80
Família	Pré-teste	5,00	2,33	4,33	4,00	
	Pós-teste	5,00	3,67	3,33	4,33	
Auto-percepção de competência	Sociabilidade	Pré-teste	3,50	4,00	3,00	3,00
		Pós-teste	3,50	4,00	3,75	3,00
	<i>Nurturance</i>	Pré-teste	4,00	4,00	3,75	4,00
		Pós-teste	4,00	3,75	4,00	4,00
	<i>Adequate provider</i>	Pré-teste	3,25	4,00	2,75	3,75
		Pós-teste	3,25	3,50	2,75	3,75
	Gestão doméstica	Pré-teste	4,00	4,00	2,75	3,25
		Pós-teste	4,00	4,00	3,00	3,50
	Relações íntimas	Pré-teste	3,50	3,75	2,25	3,75
		Pós-teste	3,50	3,75	2,00	1,75
	Auto-estima global	Pré-teste	3,33	4,00	2,00	3,83
		Pós-teste	3,33	4,00	2,33	3,67

A partir da análise do Quadro 7 e da análise de cada família apresentada anteriormente, é possível perceber que as mudanças nas famílias ocorreram em áreas diferentes e através de processos diferentes. Por um lado, os indicadores que se tornaram mais positivos podem traduzir uma vontade e predisposição dos cuidadores para a mudança, pois perceberam que a mesma é possível. Por outro lado, os indicadores que se tornaram mais negativos podem dever-se a uma tomada de consciência de que as suas percepções sobre a família e sobre as suas competências eram, anteriormente ao programa, irrealistas. Outra questão importante passa pela percepção que as famílias ganharam acerca da importância de adoptarem estilos parentais ajustados, com dinâmicas de comunicação mais eficazes.

Seguidamente, e para complementar o processo de avaliação do programa, procurámos obter alguns indicadores que fundamentem uma avaliação do processo e permitam, de forma sistematizada, recolher informação acerca das percepções das famílias e dos técnicos acerca do *pRó.paRental* e identificar pontos fortes, lacunas e sugestões para eventuais reformulações a introduzir em aplicações subsequentes.

4. Avaliação qualitativa: A percepção das Famílias e dos Técnicos envolvidos no pRó.paRental

De forma a obter informação complementar acerca do programa e do modo como foi experienciado, realizámos, após o término do programa, dois grupos focais com as famílias que participaram nas sessões e com os técnicos que acompanharam a aplicação do programa junto das várias famílias.

No grupo focal com as famílias, participaram três das quatro mães do grupo experimental, sendo que uma delas não pode estar presente por motivos de saúde. No grupo focal dos técnicos, participaram um Gestor de Caso e três Ajudantes de Acção Directa das equipas locais de R.S.I. que acompanharam as sessões.

Os temas definidos para a construção dos guiões (ver Anexo B - Guião dos grupos focais) dos grupos focais pretenderam avaliar a percepção das famílias e dos técnicos sobre os objectivos, expectativas, aprendizagens realizadas durante as sessões e ainda sobre algumas questões metodológicas do programa.

Em termos de procedimento, os grupos focais foram introduzidos a famílias e técnicos com o objectivo de recolher “a sua opinião sobre o Programa de Formação Parental no qual

participaram”. Foi ainda referido que não existiam respostas certas ou erradas e se deveriam sentir à vontade para partilhar as suas ideias, uma vez que estaríamos interessados em ouvir comentários tanto positivos como negativos. Os participantes dos grupos focais foram ainda informados que a sessão seria gravada para não se perder o risco de perder informação mas que os seus nomes nunca iriam ser incluídos em nenhum relatório, pelo que toda a informação pessoal se manteria confidencial. Os participantes concordaram com este procedimento.

Para as famílias, as perguntas foram construídas com base em cada tema trabalhado, por forma a permitir uma melhor organização e estruturação do pensamento aos participantes, na medida em que já teria passado algum tempo desde os primeiros temas nas primeiras sessões. Numa fase inicial do grupo focal, discutiu-se a motivação e expectativas das famílias em relação ao programa. Seguidamente, colocaram-se as perguntas relativas a cada tema (e.g., “quanto às sessões sobre gestão doméstica, o que consideram importante terem aprendido?”), solicitando referência a: principais aprendizagens, exemplos de aplicação concreta, exercícios que mais gostaram, aspectos que não gostaram, sugestões para melhorar o programa. No final, foram discutidas algumas questões metodológicas, de funcionamento do programa (e.g., duração das sessões) e por último, um balanço final.

No grupo focal dos técnicos, a discussão foi inicialmente orientada em torno da adequação do programa (e.g., adequação das temáticas às necessidades das famílias participantes), solicitando-se a cada técnico que atribuísse uma cotação entre 1 (nada adequado) e cinco (muito adequado) relativamente a cada questão, solicitando ainda comentários, sugestões e exemplos concretos. Os técnicos demonstraram ter alguma dificuldade e/ou resistência em cotar numericamente cada opção metodológica revelando, eventualmente, alguma falta de treino em objectivar de forma quantitativa as intervenções realizadas. Na segunda parte do grupo focal, as questões de debate foram questões mais abertas, que permitiram a discussão de sugestões e ainda um balanço final da adequação e aplicação do programa.

Após a transcrição dos grupos focais (ver Anexo C – Transcrição dos grupos focais) as verbalizações de famílias e técnicos foram sistematizadas numa grelha de análise de conteúdo (ver Anexo D – Grelha de Análise de Conteúdo) através de um procedimento *bottom-up* de análise de conteúdo, objectivado na criação de categorias e subcategorias resultantes da leitura exploratória das entrevistas (Vala, Lima, & Caetano, 1996; Guerra,

2006). Esta análise permitiu codificar as respostas em três categorias (aprendizagens, metodologia, propostas) e respectivas subcategorias (ver Quadro 8)

Quadro 8. *Categorias, subcategorias e sua descrição.*

Categorias	Subcategorias	Descrição
<i>Aprendizagens</i>	a) Conhecimentos adquiridos	Conhecimentos teórico-práticos adquiridos nas sessões de formação
	b) Sentimentos/emoções experienciados	Sentimentos e/ou emoções que as famílias referem ter vivido, ou que os técnicos perceberam antes do programa iniciar e durante as sessões e o programa
	c) Aplicação ao quotidiano	Exercícios preparados e/ou realizados no âmbito das sessões que as famílias conseguiram aplicar ao seu dia-a-dia
	d) Temas destacados	Temas que famílias e técnicos consideram como terem sido os mais importantes, tanto pelas aprendizagens conseguidas, como pelas suas necessidades
<i>Metodologia</i>	a) Adequação dos objectivos	Os objectivos são adaptados às características das famílias e às suas necessidades, nomeadamente ao nível de áreas de competência a desenvolver
	b) Integração nas intervenções com a família	O programa articula-se e integra-se na intervenção que está a ser levada a cabo com cada família por outros serviços, nomeadamente pelo R.S.I.
	c) Duração das sessões e do programa	Adequação do número e duração das sessões às necessidades das famílias
	d) Recursos envolvidos	Número de técnicos e respectiva formação (1 Técnico Superior de Serviço Social – formador e Ajudante de Acção Directa) adequados às necessidades da família e à realização das sessões
<i>Propostas</i>	a) Aspectos positivos	Aspectos do programa destacados como positivos para as famílias participantes
	b) Aspectos negativos	Aspectos do programa destacados como negativos para as famílias participantes
	c) Alterações sugeridas	Sugestões para melhorar o programa

Aprendizagens

a) Conhecimentos adquiridos

De um modo geral, as famílias consideram que o programa promoveu a reflexão e a integração de novas estratégias em determinadas situações com que se deparam no quotidiano, nomeadamente, as que envolvem directamente estratégias disciplinares, referindo que, anteriormente ao programa, não tinham práticas correctas a este nível.

“Castigos eu já dava, só que da forma incorrecta, não é? (...) eu exigia deles, porque eu era a mãe, portanto tinha que exigir deles, eles tinham que fazer o que

eu queria, não era? Mas era uma forma incorrecta que eu tinha, até começar a perceber (...) que não podia só exigir deles, tinha que dar em troca também então as coisas melhoraram bastante...” (C., Família 3)

As famílias referiram ainda a importância da aprendizagem de estratégias ao nível da gestão orçamental, nomeadamente a implementação do mealheiro com os seus filhos e a lista de compras.

“Olha o meu foi muito bom, tenho lá dois mealheiros, já têm assim guita!” (S., Família 2)

“(...) mas agora já encontrei um líquido mais barato, olha tem dois litros e é noventa e nove cêntimos...” (S., Família 2)

A opinião do técnicos é consistente com a das famílias no que diz respeito à aquisição de conhecimentos, nomeadamente ao nível da gestão doméstica, regras e comunicação verbal e não-verbal pais-filhos. No entanto, têm a percepção de que esses conhecimentos não ficaram consolidados.

“A questão do mealheiro, a questão das regras, até mesmo a dificuldade do pai do D. e do R. em relação aos afectos, isso é uma questão obviamente que foi trabalhada, mesmo que ele não tenha modificado, ele ficou a pensar nisso (...)” (C., Técnico/Gestor de Caso)

b) Sentimentos / emoções experienciados

Justificando a importância do programa as famílias referem que as sessões constituíram um “apoio” importante para lidar com sentimentos de frustração, descrédito na mudança e cansaço emocional.

“Também é importante, a gente também leva com tantos anos os filhos e sempre desobedientes e não sei quê, é importante a gente ouvir por vezes as pessoas de fora...” (L., Família 4)

As famílias demonstraram um sentimento de confiança nos técnicos, que as impulsionou e motivou para participarem no programa.

“Eu foi o Dr. C., disse que era bom para mim, então pronto, se é bom para mim vamos lá embora! Tenta-se né? A gente temos que tentar tudo, né? (...)” (S., Família 2)

Os técnicos consideram que as famílias, inicialmente, não acreditavam na possibilidade de mudança, mas que esses sentimentos se foram atenuando à medida que foram alcançando os primeiros objectivos propostos.

“Eu sou sincera, no início com a S. (...) achei que ela estava a ser politicamente correcta, a dizer exactamente aquilo que a [formadora] queria ouvir. Pelo menos

foi o que eu senti...depois do mealheiro (...), depois do mealheiro houve algumas alterações, mas é interessante...” (S., Ajudante de Acção Directa)

c) Aplicação ao quotidiano

As famílias revelaram ter conseguido aplicar algumas das estratégias trabalhadas às suas dinâmicas familiares, nomeadamente ao nível da gestão orçamental (implementação do mealheiro, com sucesso até ao momento; alterações das práticas de consumo - procura da melhor relação qualidade/preço) e da gestão doméstica (grelha de divisão das tarefas domésticas, apenas nos primeiros dias da sua implementação).

“Olha eu já fazia as minhas coisas em casa, mas as miúdas, a princípio, foi muito bom, mas elas agora já estão a começar a fugir, aos primeiros dia é muito bom...” (L., Família 4)

Também ao nível das regras, as famílias mostraram-se capazes de aplicar alguns dos exercícios realizados com o técnico aplicador, nomeadamente estratégias de negociação de regras e respectivos reforços, com a realização de um “contrato familiar”, com sucesso até ao momento.

“(…) O contrato está lá pendurado na parede, às vezes o P. pergunta “ó mãe não tiras isto daqui?”. “Não, isto é um contrato assinado pelos três, vamos ter que seguir as regras”, já se põe o G. para ele: “escusas de fazer birras, ah, vês o que tá ali escrito?” (…)” (C., Família 3)

Para os técnicos, as famílias alcançaram mudanças visíveis em algumas esferas da sua vida quotidiana.

“(…) porque foi visível e é visível que há alterações nestas famílias, não é? (...) se em tão curto espaço de tempo, há alterações visíveis e práticas (...)” (C., Técnico/Gestor de Caso)

d) Temas destacados

O tema mais destacado por famílias e técnicos e ao qual atribuíram maior importância foi, o tema das regras, tendo as famílias expressado que era nesta área da sua vida que se sentiam mais inseguros e foi aquela que sentiram maiores mudanças.

“As regras, sem dúvida!” (C., Família 3)

“Mais importante talvez fosse as regras mesmo, que acabou por ser pouco desenvolvido, né? Penso que seria bom desenvolver mais o tema das regras (...)” (S., Ajudante de Acção Directa)

Adequação das metodologias

a) Adequação dos objectivos

As famílias revelaram que alguns dos temas não necessitavam de trabalhar. No entanto, têm a percepção de que todas as famílias têm necessidades diferentes e que o programa está estandardizado.

“É assim, alguns temas não, mas isto é feito para todos, né?” (S., Família 2)

Já os Técnicos consideram que os temas são adequados às famílias, mas seria importante serem mais direccionados, trabalhados com cada família consoante as suas necessidades, avaliadas inicialmente por família.

“Deveria ser mais direccionada sim...penso que também teria sido importante mais sessões.” (S., Ajudante de Acção Directa)

b) Integração nas intervenções com a família

Tal como referido anteriormente, a relação de confiança já estabelecida com os Técnicos das equipas locais de R.S.I. permitiu às famílias confiar neste programa e no Técnico aplicador, revelando-se importante a presença dos mesmos nas sessões.

“O nosso papel, por assim dizer, é um pouco passivo, nós estávamos lá mas (...) numa atitude completamente diferente da da [formadora], para que a família não se sentisse sozinha...” (S., Ajudante de Acção Directa)

Os técnicos consideram também que os temas e estratégias trabalhados nas sessões se enquadram nos objectivos da sua própria intervenção, que já vem sendo feita com as famílias.

“Sem dúvida [que se adequou à intervenção já realizada com as famílias]!” (S., Ajudante de Acção Directa)

c) Duração das sessões e do Programa

Para as famílias, a duração das sessões não é cansativa e, portanto, é adequada, bem como a duração do programa. Todavia, uma das famílias considerou que necessitava de mais sessões, demonstrando-se uma necessidade da mãe em sentir o apoio constante dos serviços para a sua estabilidade emocional.

“Este mês podíamos entrar de férias nas sessões, mas depois podíamos continuar para eu dar mais à língua...” (C., Família 3)

Já os técnicos consideram que a duração das sessões é adequada, ou pode ainda ser mais curta (45 minutos), mas que o programa deverá ter maior intensidade, ou seja, com sessões menos espaçadas e maior número de sessões.

“Por exemplo, a gente trabalhava num assunto naquele dia, não é? Acho que trabalhar num assunto, vá lá mais três sessões desse assunto...” (A., Ajudante de Acção Directa)

d) Recursos envolvidos

Os técnicos consideram que o número de técnicos envolvidos (dois) é adequado, e ressaltaram a importância de uma relação já existente com a equipa do RSI para o conforto e confiança das famílias nas primeiras sessões.

“Para mim duas pessoas... [é adequado]” (A., Ajudante de Acção Directa)

Propostas

a) Aspectos positivos

Para as famílias, o conforto e apoio no desempenho das suas funções parentais que sentiram com a presença dos técnicos, constituiu um aspecto importante do programa de formação. Também consideram que a relação estabelecida com o técnico aplicador foi bastante positiva e contribuiu para a sua motivação nas sessões. As mudanças que as famílias concretizaram ao nível das regras com os seus filhos foi um dos aspectos mais destacados.

“Pois, há pessoas que não sabem falar como deve ser... (...) E tu não, tu entraste lá como uma brincadeira para a gente, falaste, brincaste com a gente, totalmente diferente, até os miúdos gostaram!” (S., Família 2)

Para os técnicos, a realização dos atendimentos iniciais de apresentação do técnico aplicador e dos objectivos e funcionamento do programa foi bastante importante para enquadrar as famílias. Consideram também que as pequenas mudanças concretizadas, ainda que pouco consolidadas, foram muito importantes para as famílias e que a relação estabelecida com Técnico aplicador foi uma mais-valia para o envolvimento das famílias.

“(…) nós temos a percepção de que foram dados passos iniciais (...)” (C., Técnico/Gestor de Caso)

b) Aspectos a melhorar

As famílias não identificaram nenhum aspecto negativo relativo ao programa de formação, ao contrário dos técnicos que sugeriram que o programa teve uma escassa duração para as necessidades das famílias e que as sessões eram muito espaçadas (sessões com uma semana de intervalo).

“(…) Não alongar a hora, mas sim alongar os dias, as sessões, e menos espaçado. Porque a gente ia lá à 3ªfeira e depois só na outra 3ª feira é que íamos lá!” (A., Ajudante de Acção Directa)

c) Alterações sugeridas

Quanto às alterações que futuramente poderão ser feitas ao *pRó.paRental*, os técnicos sugerem que o número de sessões sobre cada tema deveria ser adequado às necessidades de cada família e que estas necessidades deveriam ser avaliadas inicialmente. Reforçaram, também, a necessidade de desenvolver mais o tema das regras e realizar mais exercícios neste âmbito devido às dificuldades da maioria das famílias no desempenho das suas funções educativas com filhos adolescentes a cargo, bem como aumentar o número de sessões e diminuir o tempo de cada sessão (45 minutos ideal). Um dos técnicos considerou ser importante desenvolver sessões com os pais e sessões com os filhos, individualmente.

“Era interessante também ter aqui momentos específicos para os pais e ter momentos específicos para os filhos” (C., Técnico/Gestor de Caso)

A análise dos contributos de cada uma das famílias e técnicos, que de forma activa e cooperante participaram nos grupos focais permite-nos, antes de mais, dizer que famílias e técnicos aderiram de forma positiva ao programa e que a intervenção no âmbito do programa foi articulada, sempre que possível, com outras intervenções realizadas junto das famílias. Podemos perceber também que o programa *pRó.paRental* permitiu às famílias algumas alterações nas suas dinâmicas familiares, nomeadamente ao nível da capacidade dos cuidadores de negociarem e implementarem regras junto dos seus filhos, ainda que as estratégias tenham ficado pouco consolidadas. Para as famílias, este programa de formação permitiu o acesso a novas estratégias, diferentes formas de “fazer” que lhes deram alento para acreditarem que é possível serem activos na sua própria mudança. Para os técnicos, as aprendizagens e mudanças conseguidas concretizaram o ponto de partida para um maior “investimento” por parte dos cuidadores na educação dos seus filhos e no acompanhamento do seu quotidiano.

Relativamente às questões metodológicas do programa, técnicos e famílias consideram, essencialmente, que a duração do programa deverá ser maior, na medida em que não permitiu consolidar aprendizagens e aplicar concretamente novas dinâmicas de funcionamento nas famílias. Todavia, o balanço que ambos os grupos fizeram revelou-se positivo e como que um ponto de partida para um novo *rumo* nas famílias.

5. Discussão dos resultados

A análise dos resultados apresentada anteriormente sugere que o programa de formação *pRó.paRental* poderá ser um marco de mudança na vida de cada uma das famílias que nele participaram, no que diz respeito à sua organização diária enquanto família e, essencialmente, à competência educativa dos pais.

Relativamente ao mau trato e negligência, constata-se, que o pouco tempo ocorrido entre o término das sessões com as famílias e a pós-avaliação, não permitiu aos técnicos uma avaliação fundamentada com base na sua observação das situações quotidianas das famílias. Todavia, a negligência demonstrou em algumas das suas dimensões valores mais baixos após a aplicação do programa de formação em duas das quatro famílias, sugerindo que a intervenção realizada no âmbito do programa *pRó.paRental* pode ter ido ao encontro de algumas das suas necessidades. De acordo com a perspectiva de Garbarino e Collins (1999), a diminuição de práticas parentais negligentes pode sugerir que os cuidadores, no âmbito do programa de formação, incorporaram os padrões mínimos de cuidados básicos às crianças, considerados pela comunidade de referência.

Quanto à satisfação familiar, a participação dos cuidadores no programa potenciou sentimentos de satisfação relativamente à família, que eventualmente derivam de uma tomada de consciência das potencialidades da sua família no que diz respeito a vínculos emocionais, limites da família, alianças, tempo, espaço, amigos e tomada de decisão, avaliados pela coesão, e, ao nível da adaptabilidade, interesses, recreação, assertividade, controlo, disciplina, negociação, papéis e regras. No entanto, a satisfação extrema-elevada demonstrada pelos participantes poderá ser um indicador de desequilíbrio das famílias ao nível da sua coesão e adaptabilidade (Olson & Wilson, 1982), na medida em que o elemento participante, ao sentir-se exposto/avaliado, acaba por querer valorizar-se e à sua família perante elementos exteriores ao sistema.

No que diz respeito às crenças parentais foi visível a maior aderência a crenças de valorização do papel da família na educação das crianças após o programa *pRó.paRental*. Foi também notória a congruência entre ideias de educação mais permissivas e crenças mais autoritárias, na medida em que, na maioria das situações, sempre que umas aumentavam, as outras diminuam e vice-versa. Este padrão de resultados sugere que os cuidadores interiorizaram e reflectiram sobre as aprendizagens realizadas nas sessões, manifestando após o programa crenças algo diferentes das iniciais. Este facto poderá ser

tomado como indicador de uma tentativa de mudança no sentido de procurarem seguir estilos parentais mais adequados. De acordo com Baumrind (1966), que se dedicou à caracterização dos vários estilos parentais, os pais autoritativos são os que, de forma mais positiva, apresentam crenças e práticas parentais mais adequadas e eficazes para o bem-estar da criança, supervisionando e acompanhando as actividades dos seus filhos, agindo de forma racional e orientada, incentivando o diálogo e a afectividade, mas demonstrando, acima de tudo, um comportamento assertivo.

Relativamente à auto-percepção de competência, os cuidadores revelaram, de uma forma geral, sentirem-se igualmente competentes, antes e após o programa de formação parental. De acordo com estes resultados está a referência de Calheiros (2006, p.369) a vários estudos, que demonstram que as mães com práticas parentais abusivas, em média, auto-percepcionam as suas competências no mesmo nível que as mães “normativas”. Especificamente, quanto às competências do “cuidar”, algumas famílias revelaram sentirem-se menos competentes após o programa, o que pode sugerir uma consciencialização das reais aptidões que são esperadas dos cuidadores, trabalhadas durante as sessões do *pRó.paRental*.

A análise decorrente dos grupos focais permitiu destacar a temática referente às “regras”, quer no que diz respeito aos conhecimentos adquiridos e à sua aplicação ao quotidiano quer na sua adequação às necessidades das famílias. Até mesmo os pontos destacados referentes à gestão orçamental, com a implementação do mealheiro e à gestão doméstica, com estratégias de divisão de tarefas, tiveram, como fim último, negociar e instituir regras no quotidiano familiar, que implicavam os filhos, como elementos da família. A literatura sustenta estes resultados na medida em que, de acordo com vários estudos, as dificuldades financeiras familiares são um factor potenciador de comportamentos negativos por parte das crianças e jovens, pois desenvolvem níveis elevados de stress nos pais, levando a práticas parentais inadequadas e a conflitos familiares (Eamon & Mulder, 2005). As práticas parentais inconsistentes e desajustadas ao comportamento dos filhos podem levar a desajustamentos emocionais das crianças e jovens e, por sua vez, ao desenvolvimento de comportamentos inadequados (Eamon & Mulder, 2005; Sprinthall & Collins, 2003). Também na temática das regras foram trabalhadas estratégias de comunicação positivas, na medida em que uma relação de vinculação segura com os pais promove no adolescente uma estrutura de suporte onde este

se sente seguro e apoiado através da qual desenvolve competências sociais (Engels, Finkenauer, Meeus, & Dekovic, 2001).

A adequação das temáticas e sua intensidade às necessidades de cada família, individualmente, é apresentada pelos técnicos como um dos aspectos menos adequados do programa de formação parental. Esta observação converge com a literatura que indica que a eficácia destes programas, nomeadamente através de visitas domiciliárias, está dependente, entre outros aspectos, da duração e intensidade das visitas domiciliárias (Guterman, 2001) e da adequação às suas necessidades (Caldera et al., 2007; Duggan et al., 2004; Gomby, 2007; DePanfilis, 1999).

A integração do programa *pRó.paRental* no âmbito dos serviços locais de Acção Social e Rendimento Social de Inserção e o envolvimento no programa dos técnicos que acompanham as famílias revelou-se um ponto forte deste programa, tal como o referem famílias e técnicos envolvidos. Assim, além das famílias sentirem algum suporte nos técnicos com quem já tinham previamente uma relação de confiança estabelecida, a própria literatura refere que os programas de formação parental acompanhados de outros serviços adequados às famílias têm mais sucesso (Gomby, 2007; DePanfilis, 1999), na medida em que as visitas domiciliárias são acompanhadas de outras intervenções necessárias, nomeadamente ao nível socio-económico (Calheiros, 2006)

Finalmente, a relação empática estabelecida com o formador foi considerada, por famílias e técnicos, um dos aspectos positivos no programa, pois permitiu às famílias estabelecerem confiança e motivação para enfrentar os desafios que lhes eram lançados. Corroborando esta constatação DePanfilis (1999) defende que uma das condições mais importantes para a eficácia dos programas de formação parental é a aliança de ajuda e relação de parceria entre os técnicos/formadores e as famílias.

V. Conclusões Gerais

A opção pela temática da formação parental partiu de uma motivação pessoal desencadeada pelo contacto diário com crianças, jovens e famílias em risco e pelas múltiplas aprendizagens realizadas no âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores, que chamaram a minha atenção para a problemática da institucionalização de menores e conseqüente desintegração familiar, por motivos de negligência parental. Este projecto parte também de uma preocupação pessoal e profissional para com estas famílias, dependentes em demasia de um sistema que, face às novas tendências socio-políticas e ao corpo teórico cada mais expressivo sobre a temática, deixará cada vez mais o seu carácter assistencialista. Neste contexto, torna-se essencial dotar estas famílias de competências que lhes permitam quebrar com a cíclica situação de pobreza, diminuindo a força influente dos factores stressores associados a esta condição, e conseqüentes práticas parentais, muitas vezes desajustadas às necessidades específicas dos seus filhos.

Desta forma, a proposta inicial surge como uma tentativa de resposta à importância da preservação familiar, intentando contra a retirada dos menores da sua família de origem, promovendo as potencialidades de cada família enquanto principal instituição com competência educativa. Neste contexto, a proposta do presente estudo tem como finalidade a diminuição das práticas parentais negligentes nas famílias em situação de pobreza, através do treino de competências parentais específicas.

Para tal, concebemos um programa de formação parental dirigido a famílias em situação de carência socio-económica, com práticas parentais negligentes associadas, com o objectivo de treinar competências domésticas, educativas e relacionais, que lhes permitam, por um lado, responder às necessidades básicas dos seus filhos menores e, por outro lado, desenvolver a sua competência educativa de forma a serem capazes de, eficazmente, desempenhar as suas funções parentais, alterando a sua condição de “factor de risco” para “factor protector”.

As famílias que participaram no programa *pRó.paRental* foram avaliadas antes e depois da intervenção, tendo sido efectuadas análises comparativa no pós-teste com um grupo de controlo que não foi alvo de intervenção, e ainda uma comparação do próprio grupo que participou no programa, antes e após a realização do mesmo. Estas análises forneceram indicadores relativos às diferenças, positivas ou negativas, observadas após a

aplicação do programa e, conseqüentemente, permitiram a aferição da eficácia do mesmo. De seguida, foram também realizados dois grupos focais, com as famílias participantes e com os técnicos que acompanharam a aplicação das sessões, por forma a avaliar as suas percepções sobre o modo como experienciaram o programa, como este respondeu às suas necessidades e expectativas e ainda sobre potenciais modificações com vista à sua optimização em aplicações subseqüentes.

O programa foi aplicado em oito sessões por família, através de visitas domiciliárias, realizadas em articulação e na presença dos técnicos que acompanham as famílias no âmbito do Rendimento Social de Inserção e de Acção Social. As instituições receberam, de forma bastante positiva, a integração deste programa nas suas actividades diárias com a comunidade local, ainda que por um período de tempo limitado. Também os técnicos e famílias envolvidas acolheram bem esta iniciativa..

Os resultados da avaliação realizada sugerem que o programa *pRó.paRental* permitiu desencadear mudança em algumas dinâmicas familiares, nomeadamente ao nível das práticas educativas dos pais. Este resultado vai ao encontro dos obtidos em vários estudos que concluíram que as visitas domiciliárias podem efectivamente mostrar-se eficazes na promoção de estilos parentais favoráveis ao desenvolvimento da criança (Centers for Disease Control & Prevention, 2003; Sweet & Appelbaum, 2004), o que sugere que a formação no âmbito do considerado “meio natural de vida” pode ter feito a diferença na aplicação deste programa.

Salienta-se, ainda, a motivação e o envolvimento emocional de cada uma das famílias envolvidas neste projecto, no contexto de todas as adversidades que a sua situação actual lhes coloca e o esforço que demonstraram em envolver, em cada momento, os restantes elementos da família, nomeadamente, os seus filhos menores. Este envolvimento de todos os elementos da família é, de acordo com Daro (1998) uma condição de sucesso para os programas de intervenção com famílias negligentes.

Todavia, algumas limitações metodológicas se colocaram, nomeadamente restrições amostrais que obrigaram a uma reformulação do desenho de avaliação inicialmente proposto, e dificuldades numa análise mais quantitativa da avaliação final do projecto. No que se refere à amostra, atendendo à natureza multiproblemática destas famílias, muitas delas não terminaram o programa de formação. Tal como descrito na literatura (e.g., Gómez, Muñoz, & Haz, 2007; Matos & Sousa, 2004; Bondarenko, 2008),

estas famílias caracterizam-se por experienciarem, de forma constante e *stressante*, situações de conflito intra-familiar e com os restantes subsistemas que integram, poli-sintomatologia que se reflecte em crises individuais e familiares, e vulnerabilidades a vários níveis que implicam transformações e adaptações constantes. Durante este projecto pudemos constatar algumas destas situações, de alteração/crise que surgiram na vida de algumas destas famílias, nomeadamente, a retirada dos menores pelos serviços de protecção de crianças e jovens, situações de conflito com as equipas locais de R.S.I. (serviço através do qual estava a ser aplicado o programa), inserção em mercado de trabalho e consequente falta de disponibilidade, entre outras, que acabaram por comprometer a sua participação. A estes constrangimentos juntam-se constrangimentos temporais que não permitiram a avaliação de novas famílias e o recomeço da aplicação do programa.

Relativamente às limitações inerentes à avaliação realizada, consideramos que (i) as condições de aplicação dos instrumentos no pré-teste, através de entrevista, realizada por diferentes técnicos poderá não ter assegurado critérios e condições idênticos com repercussões subsequentes quer nas avaliações de mau-trato e negligência realizados pelos técnicos, quer nas respostas aos instrumentos dadas pelos participantes; e (ii) a escolha dos instrumentos de avaliação, condicionada pelos instrumentos disponíveis na literatura adaptados para a população portuguesa, poderá não ter sido a mais adequada sendo que é possível que algumas dimensões avaliadas não tenham sido devidamente trabalhadas e outras, alvo de intervenção não tenham sido captadas pelos instrumentos utilizados. Neste sentido o programa poderia beneficiar da introdução de outros instrumentos e de uma grelha de observação de competências específicas trabalhadas durante o programa por forma a completar a avaliação do impacto da intervenção no quotidiano das famílias.

Outra das lacunas do programa refere-se ao facto de não considerar diferenças culturais, tendo sido construídas as sessões à luz da cultura dominante. No entanto, na aplicação do programa junto da família de origem cabo-verdiana, foram aceites e respeitadas diferenças culturais, muitas vezes até discutidas com os cuidadores, cumprindo assim o requisito essencial do respeito pela multiculturalidade nas intervenções com famílias negligentes (DePanfilis, 1999).

Finalmente, identifica-se ainda como limitação, a ausência de uma avaliação mais sistemática das necessidades de cada família. Não obstante o programa ter sido concebido e aplicado de igual forma a cada uma das famílias para que os resultados da avaliação

pudessem ser interpretados como resultado da intervenção realizada, é evidente que nem todas as famílias que cumprem os critérios de inclusão nesta amostra apresentam necessidades iguais. Esta homogeneidade não se observa nem no tipo de competências a desenvolver nem no grau em que precisam de ser trabalhadas. O facto de o programa ser estandardizado, aplicado de igual forma a todas as famílias, criou alguns constrangimentos nas sessões cujas temáticas a família não necessitava de trabalhar, pois as competências estavam a esse nível aparentemente adquiridas. De acordo com alguns estudos, os programas de visitas domiciliárias cujas intervenções não são especializadas têm sido alvo de várias críticas, pois intervêm de uma forma generalizada com várias famílias em risco com diferentes características e diferentes necessidades (Caldera et al., 2007; Duggan et al., 2004; Gomby, 2007). Para contornar esta questão, o que se procurou durante o programa, foi adaptar as sessões às necessidades observadas e manifestadas por cada família. Assim, embora todos os conteúdos tenham sido abordados em todas as famílias, foi necessário trabalhar mais algumas áreas com algumas e abordar as temáticas de forma mais breve com outras. Este aspecto relaciona-se, também, com outra limitação apontada pelas famílias e pelos próprios técnicos, designadamente a duração do programa, que segundo as informações recolhidas nos grupos focais, deveria ter uma maior duração para que as aprendizagens sejam transferidas e consolidadas na prática quotidiana.

As principais dificuldades que se colocaram durante as sessões foram a presença constante dos filhos, o que nem sempre é desejável na abordagem de algumas temáticas, e as questões de organização do casal, que envolvem outros sentimentos e crenças ao nível do papel da mulher e dos filhos. Quanto à presença dos ajudantes de acção directa, considerada importante por famílias e técnicos, poderia ter sido optimizada, para que os mesmos pudessem ter um papel mais activo nas sessões. No entanto, esta presença poderá, em algumas situações, constituir uma desvantagem na medida em que depende da relação estabelecida entre família e técnicos. Outra das dificuldades sentidas na aplicação do programa foi a fraca participação dos pais, ao contrário das mães, o que poderá constranger e limitar o sucesso do programa, corroborando a literatura que refere que são as mães quem normalmente participam nos programas de formação parental (Duggan et al., 2004).

As sugestões para aplicações futuras deste programa, partilhadas pelas próprias famílias e técnicos participantes, passam essencialmente pela flexibilização do programa, desenvolvendo o número de sessões por cada temática consoante a avaliação específica de competências que necessitam ser trabalhadas e pela construção de instrumentos de

avaliação de competências parentais que correspondam de forma mais directa às competências que são, no concreto, trabalhadas durante as sessões.

A literatura (e.g., Chaffin et al., 2001) diz-nos também que o tipo de intervenção realizada junto das famílias, designadamente as visitas domiciliárias (*home-based*) e actividades de grupo nos serviços da comunidade (*center-based*), deverão ser articuladas e complementares. Esta possibilidade deverá ser considerada em futuras aplicações.

Este programa foi ainda uma fonte de aprendizagem para os técnicos envolvidos, na medida em que estes estiveram sempre presentes nas sessões, permitindo-lhes, por um lado, aprofundar o seu conhecimento das práticas que funcionam com cada uma das famílias que acompanham e, por outro lado, aumentar as suas competências profissionais, adquirindo mais conhecimentos sobre estratégias de intervenção com famílias em situação de pobreza, que geralmente demonstram muitas dificuldades no desempenho das suas funções parentais.

A literatura demonstra que, a intervenção nestas famílias, deve ser sistemática e prolongada porque a mudança é difícil e apresenta constrangimentos muito complexos.

Apesar das limitações do presente estudo, os resultados obtidos e a experiência referida por famílias e técnicos avalia-se como muito positiva e constitui um ponto de partida para novas intervenções, planificadas à medida das necessidades das famílias e adequadamente avaliadas., que permitam testar novos conhecimentos e disseminar novas práticas que acompanhem as mudanças complexas que, constantemente, se verificam.

Neste contexto, o Programa *pRó.paRental* constitui assim uma tentativa de desenvolver respostas baseadas na evidência empírica ou seja, devidamente testadas e validadas, no sentido da disseminação e generalização de novas práticas de intervenção social que, de uma forma articulada, integrada e participada, possam promover as famílias e alterar vivências de exclusão social.

VI. Referências Bibliográficas

- Almeida, A. N., André, I. M., & Almeida, H. N. (1999). Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, XXXIV, 91-121.
- Amaro, F. (1986). *Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicância, II*. Cadernos do CEJ. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, Ministério da Justiça.
- Azevedo, M. C. & Maia, M. C. (2006). *Maus Tratos à Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Ballenato, G. (2008-1ªed., 2009-2ªed.). *Educar sem Gritar. Pais e filhos: convivência ou sobrevivência* (M. J. Andrade, Trad.). Lisboa: Esfera dos Livros Editora.
- Barnett, D., Manly, J. T., & Cicchetti, D. (1993). Defining Child Maltreatment: The Interface Between Policy and Research. In D. Cicchetti & S. L. Toth (Eds), *Child Abuse, Child Development, and Social Policy* (pp. 7-74). Norwood, NJ: Ablex.
- Barudy, J. (1998). *El dolor invisible de la infancia: Una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Barcelona: Paidós.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: an ecological integration. *American Psychologist*, 35, 320-335.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, 55, 83-96.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 413-434.
- Belsky, J., & Vondra, J. (1989). Lessons from child abuse: the determinants of parenting. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp.153-202). New York: Cambridge University Press.
- Bondarenko, N. (2008). Characteristics of the adaptation of poor and well-to-do families. *Sociological Research*, 47, 64-80.

- Bradley, R. H. (1993). Children's home environments, health, behavior, and intervention efforts: A review using the HOME inventory as a marker measure. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, *119*, 439-490.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, Ma: Havard University Press.
- Caldera, D., Burrell, L., Rodriguez, K., Crowne, S. S., Rohde, C., & Duggan, A. (2007). Impact of a statewide home visiting program on parenting and on child health and development. *Child Abuse & Neglect*, *31*, 829-852.
- Calheiros, M. & Monteiro, M.B. (2000). Mau Trato e Negligência Parental. Contributos para a definição social dos conceitos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, *34*, 849-864.
- Calheiros, M. M. (2002). *Questionário de avaliação de mau trato, negligência e abuso sexual*. Lisboa: CIS, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, P. (1997). E porquê tantas sentenças? In M. B. Monteiro & P. Castro (Eds.), *Cada cabeça sua sentença: Ideias dos adultos sobre crianças*, pp.75-103. Oeiras, Lisboa: Celta.
- Ceballos, E., & Rodrigo, M. J. (1992, September). *A situational questionnaire of child-rearing practices and goals*. Paper presented at the 5th European Conference on Developmental Psychology, Seville, Spain.
- Centers for Disease Control and Prevention. (2003). First reports evaluating the effectiveness of strategies for preventing violence. Early childhood home visitation and firearms laws: Findings from the Task Force on Community Preventive Services. *Morbidity and Mortality Weekly Report*, *52*(RR-14), 1-9.
- Chaffin, M., Bonner, B. L., & Hill, R. F. (2001). Family preservation and family support programs: child maltreatment outcomes across client risk levels and program types. *Child Abuse & Neglect*, *25*, 1269-1289.
- Cicchetti, D., & Lynch, M. (1995). Failures in the expectable environment and their impact on individual development: The case of child maltreatment. In D. Cicchetti and D.J.

- Cohen (Eds.), *Developmental Psychopathology, Volume 2: Risk, Disorder, and Adaptation*, (pp. 32-71). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Cicchetti, D., & Rizley, R. (1981). Developmental perspectives on the etiology, intergenerational transmissions, and sequelae of child maltreatment. *New Directions for Child Development*, 11, 31-55.
- Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco (2009). *Relatório anual de avaliação da actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2008*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Crittenden, P. (1999). Child neglect: Causes and contributors. In H. Dubowitz (Ed.), *Neglected Children: Research, practice and policy* (pp.47-68). USA: Sage Publications, Inc.
- Daro, D. (1988). *Confronting child abuse*. New York: Free Press
- Dearing, E. (2008). Psychological costs of growing up poor. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1136, 324-332.
- Delgado, A. (1996). *Grandes síndromes en pediatría: Maltrato en el niño*. Bilbao: Imprenta Boan.
- DePanfilis, D. (1999). Intervening with families when children are neglected. In H. Dubowitz (Ed.), *Neglected Children: Research, practice and policy* (pp.211-236) USA: Sage Publications, Inc.
- Direcção-Geral de Saúde (1998). *Guia do Utente do Serviço Nacional de Saúde*. Lisboa: DGS, Ministério da Saúde.
- Duggan, A., McFarlane, E., Fuddy, L., Burrell, L., Higman, S. M., Windham, A., & Sia, C. (2004). Randomized trial of a statewide home visiting program: impact in preventing child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 28, 597-622.
- Eamon, M., & Mulder, C. (2005). Predicting Antisocial Behavior Among Latino Young Adolescents: An Ecological Systems Analysis. *American Journal of Orthopsychiatry*, 75, 117-127.
- Engels, R., Finkenauer, C, Meeus, W, & Dekovic, M. (2001). Parental Attachment and Adolescent's Emotional Adjustment: The Associations With Social Skills and Relational Competence. *Journal of Counseling Psychology*, 48, 428-439.

- Evans, G. W., & English, K. (2002). The environment of poverty: multiple stressor exposure, psychophysiological stress, and socioemotional adjustment. *Child Development, 73*, 1238-1248.
- Fernández, J., Alvarez, E., & Bravo, A. (2003). Evaluación de resultados a largo plazo en acogimiento residencial de protección a la infancia. *Infancia y Aprendizaje, 26*, 1-15.
- Fiese, B. H., & Marjinsky, K. A. (1999). Dinnertime stories: connecting family practices with relationship beliefs and child adjustment. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 6*, 52-68.
- Flores, R. L. (2004). The effect of poverty on young children's ability to organize everyday events. *Journal of Children and Poverty, 10*, 99-118.
- Garbarino, J. & Collins, C. (1999). Child Neglect: the family with a hole in the middle. In H. Dubowitz (Ed.), *Neglected Children: Research, practice and policy* (pp.1-23). USA: Sage Publications, Inc.
- Gessner, B. D. (2008). The effect of Alaska's home visiting program for high-risk families on trends in abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect, 32*, 317-333.
- Giovannoni, J. (1989). Definitional issues in child maltreatment. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp.3-37). New York: Cambridge University Press.
- Gomby, D. (2007). The promise and limitations of home visiting: Implementing effective programs. *Child Abuse & Neglect, 31*, 793-799.
- Gómez, E., Muñoz, M. M., & Haz, A.M. (2007). Familias multiproblemáticas y en riesgo social: Características e intervención. *Psykhé, 16*, 43-54
- González, N. J. (2007). Síndrome de niño maltratado: variedad negligencia. *Revista Facultad de Medicina UNAM, 50*, 128-130.
- Gordon, T. (1998). Eficácia na Educação dos Filhos. Editora Encontro.
- Gray, J. D., Cutler, C. A., Dean, J. G., & Kempe, C. H. (1979). Prediction and prevention of child abuse and neglect. *Journal of Social Issues, 35*, 127-139.

- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Principia Editores.
- Guterman, N. B. (2001). *Stopping child maltreatment before it starts: Emerging horizons in early home visitation services*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Hanson, T. L., McLanahan, S., & Thomson, E. (1997). Economic resources, parental practices, and children's well-being. In G. Duncan & J. Brooks-Gunn (Eds.), *Consequences of growing up poor* (pp.190-238). New York: Russel Sage.
- Hebbeler, K. M. & Gerlach-Downie, S. G. (2002). Inside the black box of home visiting: A qualitative analysis of why intended outcomes were not achieved. *Early Childhood Research Quarterly, 17*, 28-51.
- Horwath, J. (2007). *Child neglect: Identification and assessment*. New York: Palgrave Macmillan.
- Kempe, H. (1976). *Child abuse and neglect: The family and the community*. Cambridge, MA: Ballinger Publishing Company.
- Kiser, L. J., Bennett, L., Heston, J., & Paavola, M. (2005). Family ritual and routine: comparison of clinical and non-clinical families. *Journal of Child and Family Studies, 14*, 357-372.
- Lamas, D. & Moreira, S. (2003). *Como responder às perguntas sobre drogas. Para Pais e Educadores de jovens dos 13 aos 16 anos*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, IP.
- LeCroy, C. W., & Whitaker, K. (2005). Improving the quality of home visitation: An exploratory study of difficult situations. *Child Abuse & Neglect, 29*, 1003-1013.
- Lei 13/2003, de 21 de Maio. Diário da República n.º 117, série I, de 21 de Maio de 2003.
- Lind, W. (2004). A importância dos rituais familiares na construção da família. *Revista Cidade Solidária, 11*, 6-23.
- Loredo, A. (2004). *Maltrato en niños y adolescentes*. Ciudad de Mexico: Editores de textos Mexicanos.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In E. M. Hetherington (Ed.), *Handbook of Child Psychology* (4th

- ed.): Vol. 4. *Socialization, personality, and social development* (pp.1-101). New York: Wiley.
- MacLeod, J., & Nelson, G. (2000). Programs for the promotion of family wellness and prevention of child maltreatment: A meta-analytic review. *Child Abuse & Neglect*, 24, 1127-1149.
- Magalhães, T. (2004). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Magnuson, K. A., & Duncan, G. J. (2002). Parents in Poverty. In M. H. Borenstein (Ed.), *Handbook of parenting* (vol.4, pp.95-121). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Máiquez, M. L., Rodrigo, M.J., Capote, C., & Vermaes, I. (2000). *Aprender en la vida cotidiana: Un programa experiencial para padres*. Madrid: Visor.
- Martins, P. (2005). O acolhimento familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado. *Repositorium Universidade do Minho*.
- Matos, A. R., & Sousa, L. M. (2004). How multiproblem families try to find support in social services. *Journal of Social Work Practice*, 18, 65-80.
- McLoyd, V. C. (1998). Socioeconomic disadvantage and child development. *American Psychologist*, 5, 185-204.
- Messer, B., & Harter, S. (1986). *Manual for the Adult Self-Perception Profile* (tradução de Calheiros, Garrido, & Martins, 2005). Denver, CO: University of Denver.
- Miller-Perrin, C. L. & Perrin R. D. (1999). *Child Maltreatment: An introduction*. California: Sage Publications, Inc.
- Moreno, M. J. (2002). Estudio sobre las variables que intervienen en el abandono físico o negligencia infantil. *Anales de Psicología*, 18, 135-150.
- Olds, D. L., Henderson, C. R., Jr., Tatelbaum, R., & Chamberlin, R. (1986). Improving the delivery of prenatal care and outcomes of pregnancy: A randomized trial of nurse home visitation. *Pediatrics*, 77, 16-28.
- Olson, D. H., & Wilson, M. (1982). Family Satisfaction Scale (tradução de Calheiros, s.d.). In D. H. Olson, H. I. McCubbin, H. Barnes, A. Larsen, M. Muxen, & M. Wilson (Eds.), *Family Inventories* (pp.43-49). University of Minnesota.
- Palácios, J. (2003). Instituciones para niños: protección o riesgo? *Infancia y Aprendizaje*, 26, 353-363.

- Pontón, W., Franco, A., & Ramírez, L. (2006). Maltrato infantil. *Revista de la Facultad de Medicina, 11*, 13-22
- Resnick, M. D., Bearman, P. S., Blum, R. W., Bauman, K. E., Harris, K. M., Jones, J., Tabor, J., Beuhring, T., Sieving, R. E., Shew, M., Ireland, M., Bearinger, J. H., & Udry, J. R. (1997). Protecting adolescents from harm: findings from the national longitudinal study on adolescent health. *Journal of the American Medical Association, 278*, 823-832.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Correa, A. D., Martín, J. C., & Rodríguez, G. (2006). Outcome evaluation of a community center-based program for mothers at high psychosocial risk. *Child Abuse & Neglect, 30*, 1049-1064.
- Roig, A. M. & De Paul, J. (1993). *Maltrato y abandono en la infancia*. Barcelona: Martinez Roca.
- Sprinthall, N. A., & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do Adolescente – uma Abordagem Desenvolvimentista*. (C. Vieira, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Obra original publicada em 1988).
- Sweet, M. A. and M. I. Appelbaum (2004), "Is Home Visiting an Effective Strategy? A Meta-Analytic Review of Home Visiting Programs for Families with Young Children", *Child Development, 75*, 1435-1456.
- Tang, C. M. (2008). Working toward a conceptual definition of child neglect. *Journal of Health & Human Services Administration, 31*, 356-384.
- Triana, B. (1986) *Las teorías implícitas de los padres sobre el desarrollo y la educación*. Dissertação de doutoramento não publicada. Universidade de Laguna.
- Tribuna, F., & Relvas, A. (2002). Famílias de Acolhimento e Vinculação na Adolescência. In A. Relvas, & M. Alarcão (Coords.), *Novas Formas de Família* (pp. 53-119). Coimbra: Quarteto.
- Vala, J., Lima, M. L., & Caetano, A. (1996). Mapping European social psychology: co-word analysis of the communications at the 10th General Meeting of the EAESP. *European Journal of Social Psychology, 26*, 845-850.
- Valladares, S. B.A., & Moore, K. A. (2009). The strengths of poor families. *Child Trends: Research brief (May, 2009)*. Recuperado em 12 Maio, 2010 do <http://www.childtrends.org>.

Wolock, I., & Horowitz, B. (1984). Child maltreatment as a social problem: the neglect of neglect. *American Journal of Orthopsychiatry*, 54, 530-543.

Zigler, E., & Hall, W. N. (1989). Physical child abuse in America: past, present, and future. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp.38-75). New York: Cambridge University Press.

VII. Anexos



PROGRAMA DE FORMAÇÃO
PARENTAL EM MEIO NATURAL
DE VIDA

MANUAL

FINALIDADE DO PROGRAMA

Diminuir as práticas parentais negligentes nas famílias em situação de pobreza, através do treino de competências parentais específicas

OBJECTIVOS DO PROGRAMA

1. DIMINUIR O NÍVEL DE NEGLIGÊNCIA FÍSICA PERPETUADA ÀS CRIANÇAS/JOVENS, DESENVOLVENDO A COMPETÊNCIA DOMÉSTICA E EDUCATIVA DOS PAIS
 - 1.1. Melhorar as condições de habitabilidade das criança/adolescentes, motivando os pais para a organização e limpeza da habitação
 - 1.2. Suprir as necessidades básicas dos filhos ao nível da alimentação, saúde, vestuário e higiene, aperfeiçoando a gestão do orçamento familiar

2. DIMINUIR O NÍVEL DE NEGLIGÊNCIA EDUCACIONAL E FALTA DE SUPERVISÃO PERPETRADAS ÀS CRIANÇAS/ADOLESCENTES, PROMOVEDO AS ROTINAS FAMILIARES
 - 2.1. Promover a responsabilidade parental, implicando os pais nas rotinas diárias dos filhos, nomeadamente na vida escolar
 - 2.2. Motivar os pais para a adopção de estilos parentais positivos, apoiando-os na resolução de problemas de comportamento das crianças/adolescentes
 - 2.3. Melhorar a interacção pais-filhos, promovendo espaços diários de comunicação e convívio familiar

DESTINATÁRIOS DO PRÓ.PARENTAL

FAMÍLIAS, MONOPARENTAIS OU RECONSTITUÍDAS, QUE:

- Sejam beneficiários de Rendimento Social de Inserção (Lei 13/2003, de 21 de Maio) ou acompanhados em Acção Social e cujo situação de pobreza seja comprovada pelos Técnicos de acompanhamento
- Tenham filhos com idades compreendidas entre 11 e os 16 anos a seu cargo, sinalizados aos serviços de protecção de menores
- Revelem práticas negligentes em relação aos seus filhos, avaliadas com o Questionário de Avaliação de Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2002)

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

- Aplicação dos instrumentos de avaliação antes da intervenção (pré-teste) e após a intervenção (pós-teste)
- Instrumentos de avaliação:
 - Questionário de Avaliação de Mau Trato, Negligência e Abuso Sexual (Calheiros, 2002)
 - Escala de Satisfação Familiar (Family Satisfaction Scale, Olson & Wilson, 1982, tradução de Calheiros, s.d.)
 - Perfil de Auto-percepção para Adultos (Adult Self-Perception Profile, Messer & Harter, 1986, tradução de Calheiros, Garrido, & Martins, 2005)
 - Questionário de Avaliação das Crenças Parentais (Calheiros, 2002)

PRINCÍPIOS DO PRÓ.PARENTAL

1. INTERVENÇÃO EM MEIO NATURAL DE VIDA

A intervenção em meio natural de vida, nomeadamente através de visitas domiciliárias, permite adequar a intervenção a cada família, respeitando os seus ritmos e dinâmicas próprias.

2. ARTICULAÇÃO COM OS TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO

A intervenção é efectuada em colaboração com um acompanhamento específico dos serviços locais (Acção Social e R.S.I.).

3. INTENSIDADE

A formação é limitada no tempo, concentrada em 8 sessões.

4. ADAPTAÇÃO AS DINÂMICAS QUOTIDIANAS

As sessões são marcadas com a família consoante os seus horários e a sua disponibilidade.

5. TREINO

Utilização de metodologias activas de resolução de problemas e tarefas conjuntas durante o intervalo das sessões

6. ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA

Utilização do “Passaporte da família” como instrumento de envolvimento activo da família no seu próprio percurso

7. TRABALHAR “COM”

Desenvolver as potencialidades de cada família, adequando a intervenção às suas necessidades quotidianas específicas e partindo do seu contexto diário

8. PARTILHAR SEM “INVADIR”

Realização de uma sessão final com todas as famílias, na qual, informalmente, possam partilhar experiências vivenciadas no âmbito do Programa, sem sentirem a sua intimidade familiar “invadida”

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO

1. GUIÕES

Os Guiões são instrumentos de apoio ao Técnico Aplicador

2. GRELHAS E EXERCÍCIOS

As Grelhas e outros exercícios são para aplicação directa aos pais e pretende-se que sejam preenchidos com os mesmos.

3. ELEMENTOS PRESENTES NAS SESSÕES

As sessões são todas para os pais ou substitutos, sendo aconselhável que os menores não estejam presentes. Sempre que seja necessária a sua presença, encontra-se identificado em cada sessão neste manual essa informação.

SESSÃO 1 – PERCEÇÃO PARENTAL SOBRE OS FILHOS E A FAMÍLIA	6
SESSÃO 2 – GESTÃO DOMÉSTICA	12
SESSÃO 3/4 – GESTÃO ORÇAMENTAL	17
SESSÃO 5 – REGRAS	24
SESSÃO 6 – HIGIENE, ALIMENTAÇÃO E VESTUÁRIO	33
SESSÃO 7 – ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE	39
+SESSÃO 7 – ACOMPANHAMENTO ESCOLAR	42
SESSÃO 8 – SESSÃO FINAL DE GRUPO	46

SESSÃO 1

TEMÁTICA: PERCEPÇÃO PARENTAL SOBRE OS FILHOS E A FAMÍLIA

1. IDENTIFICAR AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DE PERSONALIDADE DOS FILHOS

- Preencher com os pais o Perfil Descritivo da Criança/Adolescente.
- Revê-lo com os pais e marcar os aspectos que podem ser particularmente problemáticos e acerca dos quais os pais consideram que é adequado intervir.
- É importante que os pais não sub ou sobre valorizem os seus filhos; o aplicador deve referir que não se trata de uma competição ou avaliação da personalidade dos filhos.

2. RECONHECER E REFLECTIR SOBRE AS PERSPECTIVAS QUE OUTRAS PESSOAS TÊM DOS SEUS FILHOS

- Colocar aos pais as seguintes questões e ajudá-los a reflectir sobre elas:
 - Como é que os restantes elementos adultos da família, se existirem, descrevem o/a seu/sua filho(a)?
 - Que descrição fariam os seus professores/educadores?
 - Que aspectos os irmãos, se existirem, destacariam dele(a)?
 - Que diriam os amigos do seu/sua filho(a) sobre ele(a)?

3. IDENTIFICAR POSSÍVEIS REACÇÕES DA CRIANÇA/ADOLESCENTE FACE A SITUAÇÕES OU CONTEXTOS DIVERSOS

- Identificar com os pais reacções da criança/adolescente a diferentes situações (por exemplo, uma discussão com um professor, a aproximação a uma pessoa de quem goste, a reacção à imposição de uma regra por parte de um adulto).
- Analisar com os pais as reacções do seu filho a estas situações.

4. IDENTIFICAR AS ROTINAS FAMILIARES

TAREFA SEMANAL

- Apresentar aos pais o Exercício de Rotinas Familiares, trabalhando-o com base no Guião de Rotinas Familiares.
- Nesta ficha, os pais identificam, na coluna esquerda as “horas” relativas à rotina que colocam na coluna direita.

- No segundo quadro, a família deverá identificar, em conjunto, quais as rotinas adquiridas que considera importante manter e quais as que gostaria de alterar.
- Será importante centrar os pais, sobretudo, nas rotinas conjuntas da família e não nas individuais, nomeadamente as da criança/adolescente, que irão posteriormente ser analisadas numa outra sessão.
- A família deverá apresentar ao aplicador na sessão seguinte

PERFIL DESCRITIVO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE*

IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA _____

	1	2	3	4	5	
Falador						Calado
Afectuoso						Frio
Calmo						Irritável
Obediente						Desobediente
Alegre						Triste
Inteligente						Incompetente
Disciplinado						Rebelde
Espontâneo						Reprimido
Responsável						Irresponsável
Maduro						Imaturo
Motivado						Desmotivado
Sincero						Mentiroso
Independente						Dependente
Activo						Passivo
Sociável						Retraído
Concentrado						Distraído
Paciente						Impaciente
Confiante						Receoso
Seguro						Inseguro
Autocontrolado						Impulsivo
Tranquilo						Nervoso
Corajoso						Receoso
Estável						Instável
Defensivo						Agressivo
Submisso						Dominador

Características Físicas

*Adaptado de Ballenato, G. (2009)

ROTINAS QUE A FAMÍLIA CONSIDERA IMPORTANTE MANTER	ROTINAS QUE A FAMÍLIA GOSTARIA DE ALTERAR

GUIÃO DE ROTINAS FAMILIARES

- O acordar e o deitar: crianças deitam-se e acordam diariamente à mesma hora, elementos da família fazem todos os dias determinadas acções ao levantar e ao deitar (lavar dentes, vestir pijama, preparar coisas para o dia seguinte, etc.)
- Rotinas de higiene diária: banho, lavagem dos dentes, vestuário apropriado às várias actividades e temperaturas, como por exemplo o pijama, a mudança de vestuário
- Refeições: jantam quase sempre juntos e à mesma hora, partilham tarefas relativas às refeições, tomam o pequeno-almoço juntos, conversam durante as refeições
- Trabalhos domésticos: arrumação e limpeza do lar, organização diária da casa, organização do vestuário dos vários elementos da família
- Actividades de tempos livres: fazem actividades individuais ou em conjunto em casa
- Saídas e regressos a casa: horários, despedem-se e cumprimentam-se
- Fim-de-semana e tempos de lazer: visitam família alargada, fazem actividades em conjunto, etc.
- Férias em família: frequência das férias, planeamento e organização da família para as férias
- Comemoração de datas específicas (aniversários, Natal, entre outros).

SESSÃO 2

TEMÁTICA: GESTÃO DOMÉSTICA

1. DELINEAR AS PRINCIPAIS ROTINAS DE HIGIENE, ARRUMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO LAR

- Identificar com os pais as principais rotinas de higiene do lar, com o apoio do Guião de Rotinas Domésticas.

- Através do preenchimento da Grelha de Rotinas de Higiene do Lar, analisar quais as práticas mais eficazes nas várias áreas de higiene doméstica e a sua frequência

2. SER CAPAZ DE OPERACIONALIZAR AS ROTINAS IDENTIFICADAS, COMPREENDENDO A SUA IMPORTÂNCIA E ADEQUANDO AO QUOTIDIANO DA FAMÍLIA

- Identificar as necessidades da família

- Através de experimentação, aplicar com a família algumas das práticas identificadas

- Preparar com a família as áreas do lar que requerem intervenção e delinear tarefas para serem desenvolvidas durante a semana seguinte

3. DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS

- Preencher com a família a coluna “elementos responsáveis” da Grelha de Rotinas de Higiene do Lar, explicando-lhes os seguintes passos:

- Escrever o plano: uma divisão clara das tarefas não dá margem para discussões.
- Planear as diferentes tarefas: fazer uma lista com todas as tarefas domésticas que têm de ser realizadas. A lista deve incluir tudo, desde a limpeza das casas de banho, lavar a loiça, levar o lixo à rua, arrumar os quartos, passar a ferro, etc. Poderá ser tido em conta o tempo que cada tarefa demora a concluir, para ser possível avaliar esforço, tempo e competências envolvidas.
- Utilizar o plano: afixar a lista num local visível para todos os elementos da família. Se a família pretende ter uma rotatividade das tarefas, estas deverão ser calendarizadas semana a semana, para que não existam dúvidas.
- Incluir toda a família: é importante deixar os filhos escolherem o que gostariam de fazer e responsabilizá-los por tarefas que não prejudiquem o tempo para as suas actividades escolares, de lazer e de descanso.

- Comunicar: caso um dos elementos da família não realize a sua tarefa, deve sempre comunicar isso aos restantes (nomeadamente entre o casal e os filhos para com os pais), explicando quais os motivos para tal facto.

TAREFA SEMANAL

- Executar as tarefas de acordo com a grelha preenchida com o Técnico na sessão e, na coluna "Feito", assinalar se foi ou não cumprida a tarefa.

GUIÃO DE ROTINAS DOMÉSTICAS

- COZINHA (DIÁRIO)
 - Loiça: arrumada limpa e seca; lavagem diária, seguida de cada refeição;
 - Limpar o lava-loiça
 - Limpar o fogão a seguir à confecção das refeições
 - Limpar chão, mesas e cadeiras
 - Organizar loiça e utensílios de cozinha, para melhor funcionalidade
 - Trocar assiduamente os panos de cozinha
- CASA DE BANHO
 - Sanita
 - Banheira (quando necessário, lavar cortina)
 - Lavatório
 - Chão
 - Organizar objectos de higiene, para melhor funcionalidade
 - Trocar toalhas de banho
- QUARTOS
 - Fazer cama (diário)
 - Arrumar roupas e objectos pessoais (diário)
 - Trocar lençóis das camas (semanal)
 - Limpar pó do mobiliário e chão (semanal)
 - Organizar o vestuário e objectos pessoais, para melhor funcionalidade
- RESTANTES ÁREAS:
 - Limpar pó do mobiliário e chão (semanal)
- ORGANIZAÇÃO DA ROUPA:
 - Lavar e engomar com regularidade
 - Não utilizar o mesmo vestuário mais de 2/3 vezes sem lavar
 - Roupa interior e outras peças de vestuário não necessitam de ser engomados
 - Roupa interior (mudar diariamente)
 - Separa roupa de inverno/verão (opcional)
 - "Reciclar" vestuário

GRELHA DE ROTINAS DE HIGIENE DO LAR

IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA _____

ÁREA	PRÁTICAS	FREQUÊNCIA	ELEMENTOS RESPONSÁVEIS	FEITO

TEMÁTICA: GESTÃO ORÇAMENTAL

1. DELINEAR PRIORIDADES DE APLICAÇÃO DO RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL

- Preencher o Orçamento Familiar:

- Discriminar os rendimentos mensais utilizados para as despesas mensais (salários, subsídios e outras receitas).
- Discriminar as despesas fixas mensais de primeira necessidade (alimentação, produtos de higiene, água, gás, electricidade, transportes, renda, telefone, prestações de empréstimos, saúde, etc.).
- Calcular a diferença entre despesas e rendimentos.

- Elaborar a Lista de Compras, utilizando folhetos de vários super/hipermercados para comparação de preços (definir compras diárias/semanais e mensais).

- Reflectir com os pais acerca dos seguintes pontos:

- Ter ideia do valor máximo que a família pode gastar nas compras, utilizar a lista do que precisa e não fugir dela; levar uma calculadora se necessário.
- Sair de casa com tempo para poder comparar preços, procurar os produtos com a melhor relação qualidade – preço.
- Se levarem as crianças, os pais deverão preparar-se para dizer “não”.
- Não fazer as compras de estômago vazio, a tendência será de encher o carrinho de alimentos e outros produtos desnecessários.

- Se possível, o Técnico aplicador deverá acompanhar a família num momento de compras.

2. IDENTIFICAR NECESSIDADES A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO, DEFININDO OBJECTIVOS DE POUPANÇA DA FAMÍLIA

- Discriminar as despesas sazonais (primeiro as necessidades da família, como arranjos na habitação, compra de equipamentos ou despesas referentes à escola e depois, férias, festas, etc.) no orçamento familiar, tendo em conta, as razões pelas quais a poupança é importante:

- Poupar para emergências: não ter a ideia de que coisas más só acontecem ao vizinho do lado
- Poupar para educação (dos filhos e dos pais)
- Poupar para simplesmente comprar algo que necessite ou que dê satisfação à família ou a algum dos seus elementos

- Poupar para férias
- Questionar e reflectir com os pais sobre gastos diários que poderão ser transformados em poupança, utilizando o Guião de Poupança Diária.

3. IDENTIFICAR ESTRATÉGIAS DE ENSINO DO VALOR DO DINHEIRO AOS FILHOS

- Identificar com os pais as práticas dos filhos em relação ao dinheiro
- Definir com os pais estratégias para ensinarem aos filhos o valor do dinheiro, utilizando e fornecendo à família o Guião de educação financeira infantil.

4. PLANEAR A GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA, NUMA LÓGICA DE RELAÇÃO QUALIDADE/PREÇO

- Apresentar aos pais a Pirâmide Alimentar.
- Discutir com a família receitas económicas/saudáveis e fornecer-lhes algumas dessas receitas
- Construir com a família o seu caderno de receitas económicas (oferecer à família o caderno de receitas), no qual constam as receitas fornecidas pelo técnico.

TAREFA SEMANAL

- Desafiar os pais a convidarem os filhos para cozinhar, em conjunto, uma receita económica/saudável.

ORÇAMENTO FAMILIAR

IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA _____

RENDIMENTOS	
	€
	€
	€
TOTAL	€

DESPESAS FIXAS	
ALIMENTAÇÃO	€
ÁGUA	€
ELECTRICIDADE	€
GÁS	€
RENDA OU EMPRÉSTIMOS	€
TRANSPORTES	€
TELEFONE	€
TELEMÓVEIS	€
SAÚDE	€
TELEVISÃO/INTERNET	€
	€
TOTAL	€

DESPESAS SAZONAIS	
INÍCIO AULAS (MÊS: _____)	€
ROUPA E CALÇADO	€
FÉRIAS (MÊS: _____)	€
	€
	€
	€
TOTAL	€

VALOR POUPANÇA MENSAL: _____ €

GUIÃO DE POUPANÇA DIÁRIA

Todos os dias, muitas pessoas vão pagando pequenas coisas e nem sequer fazem contas a esses pequenos gastos. A soma desses gastos tem um enorme peso no orçamento.

- QUANTOS CAFÉS TOMAM POR DIA?

Se poupar 1 café por dia ao preço de 0.50€ irá poupar 182.50€ ao fim de 1 ano.

- ALMOÇAM EM CASA OU NUM RESTAURANTE?

Mesmo consumindo o prato económico (5€) irá gastar num ano mais ou menos 1320€. Como chegámos a este valor?

(preço refeição x 22 dias úteis por mês x 12 meses = gasto anual)

- FUMAM?

Um maço de 3.20€ por dia equivale a 1168€ ano.

- GOSTAM DE LANCHAR NUMA PASTELARIA?

Uma meia de Leite e uma torrada que custem 1.80€ três vezes por semana dão 280.80€ num ano.

- GOSTA DE BEBER A CERVEJINHA DIÁRIA COM OS COLEGAS?

Se a sua cerveja custar 1€ isso dá 365€ ano.

- Todos estes gastos num ano = 3316.30€

- Se a família reduzir os gastos para metade irá no final do ano ter 1658.15€ para acrescentar à sua poupança.

- Não se pretende que a família deixe de se divertir ou de fazer algo que realmente gosta, mas existem sempre gastos desnecessários todos os dias.

GUIÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL

- Quando sai para o trabalho, deverá indicar que essa actividade é necessária para obter dinheiro;
- Diga não. Muitos pais mimam os filhos dando-lhes tudo o que eles pedem, aprenda a dizer não e a colocar limites aos pedidos que não pode e que pode atender, mostre que o dinheiro se esgota;
- Ensine-o a poupar, arranje-lhe um mealheiro e incentive-o a colocar lá uma percentagem do dinheiro que você ou algum familiar lhe dá. Coloque-lhe objectivos, como por exemplo uma quantia a partir da qual poderá comprar uns ténis novos, isto irá criar nele a ideia dos benefícios de poupar e de obter as coisas com o seu próprio dinheiro;
- Incute no seu filho um espírito de solidariedade, ensine-o a dar alguns dos bens que já não utiliza para ajudar o próximo, verá como ele irá dar mais valor ao que tem em casa, além de torná-lo um adulto mais consciente.

SESSÃO 5

TEMÁTICA: REGRAS

1. DEFINIR AS REGRAS DIÁRIAS QUE DEVEM FAZER PARTE DA ROTINA DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

TAREFA SEMANAL

- Realizar com os pais o exercício Diagramas de comportamentos aceitáveis e não-aceitáveis:

- Na primeira área rectangular, identificar todos os comportamentos (verbais e não verbais) possíveis por parte do seu filho.
- Dividir esses comportamentos em duas áreas (preencher separadamente os dois rectângulos seguintes): a área de aceitação na qual os pais consideram os comportamentos que são aceitáveis; e a área de não-aceitação na qual os pais identificam quais os comportamentos que não aceitam por parte dos filhos.
- A aceitação ou não aceitação do comportamento de um filho por parte dos pais das suas personalidades, dos seus estados emocionais, do contexto em que ocorre o comportamento.
- A aceitação ou não aceitação por parte dos pais de determinado comportamento deverá ser visível para os filhos, i.e., se os pais reprovam o comportamento, mas mostram aceitação, os filhos ficam confusos pois as mensagens verbais e não verbais não são consistentes.

(Adaptado de Gordon, T. (1998).
Eficácia na Educação dos Filhos. Editora Encontro)

- Apresentar aos pais as prioridades em relação à instauração de regras, sendo que é importante ensinar os filhos a:

- Compreenderem o sentido das regras
- Respeitarem as normas
- Reflectirem sobre as consequências dos seus comportamentos
- Aceitarem as frustrações
- Aprenderem com os erros
- Exercitarem o auto-controlo dos seus impulsos
- Compreenderem a ideia de que “comportamento gera comportamento”

(Adaptado de Ballenato, G. (2009, 3ªed.).
Eficácia na Educação dos Filhos. Tradução de Maria João Andrade. Editora Encontro)

- Construir o contrato familiar com a família (escrever numa cartolina que seja afixada em local visível no interior da casa), preferencialmente na presença do filho para que os “direitos” e “deveres” possam ser negociados, dentro de regras previamente estabelecidas com os pais utilizando como base de reflexão os cartões-pensamento:

- Confiar
- Regras claras e objectivas
- Comunicar
- Saber dizer não
- Mostrar afecto
- Respeitar
- Elogiar

2. RECONHECER DIFERENTES ESTILOS DE COMUNICAÇÃO E FORMAS DE RELACIONAMENTO

- Realizar com os pais um exercício de role-playing, experimentando diferentes estilos de comunicação verbal e não verbal que evidenciam a aceitação e não aceitação dos comportamentos dos filhos.

- Analisar as diferentes situações de role-playing através do Guião de Role-Playing, treinando formas positivas de comunicar com o outro.

3. DELINEAR ESTRATÉGIAS EFICAZES DE APLICAÇÃO DAS REGRAS

- Através dos Cartões-Situação, reflectir sobre respostas parentais adequadas a comportamentos positivos e menos positivos dos filhos:

- O Técnico deverá colocar uma pergunta de cada vez aos pais
- A reflexão sobre cada resposta dada deve ser aprofundada
- Identificar acções-chave dos pais na aplicação de regras aos filhos
- Explicar que não ganham pontos com o certo ou errado, sendo que o importante é encontrar estratégias que funcionem com a sua família

- Apresentar anteriormente aos pais acções-chave que se mostram eficazes com os filhos:

- Depositar a sua confiança neles
- Motivá-los e apoiá-los
- Definir claramente as suas responsabilidades
- Clarificar como se efectuam comportamentos adequados

- Determinar os resultados que esperam deles
- Permitir uma certa margem de erro
- Supervisioná-los sem demasiado controlo
- Reconhecer os seus progressos e felicitá-los pelos mesmos

Cartões-Situação:

1. Professor retirou o telemóvel porque mexeu durante a aula
2. Chamou nomes à vizinha
3. Faltou às aulas
4. Deixou-o ir à rua à noite, disse-lhe para estar em casa às 23h30, mas chegou à 1h da manhã
5. Teve uma nota elevada num teste
6. Cumpru as tarefas domésticas que lhe foram atribuídas
7. Bateu num colega da escola
8. Roubou chupas no supermercado
9. Gastou os 5€ que lhe deu para a semana num só dia
10. Dormiu fora de casa sem pedir autorização
11. Foram informados que o comportamento na escola melhorou
12. Apareceu em casa com uns ténis novos, sem ninguém lhos ter comprado
13. Tem um teste para a semana, numa disciplina na qual teve nota negativa anteriormente
14. Gritou com os pais

DIAGRAMAS DE ACEITAÇÃO E NÃO-ACEITAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA _____

TODOS OS COMPORTAMENTOS POSSÍVEIS DO SEU FILHO:

COMPORTAMENTOS ACEITÁVEIS	COMPORTAMENTOS NÃO-ACEITÁVEIS

GUIÃO DO ROLE-PLAYING

COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL

- Não intervir

Os pais podem mostrar aceitação por um filho não intervindo numa actividade que este esteja a realizar, permitindo aos filhos cometer 'erros' ou projectar o seu próprio ponto de vista.

- Escuta passiva

Não dizer nada pode ser uma mensagem não verbal utilizada eficazmente para fazer o outro sentir-se aceite, criando espaço para a outra pessoa comunicar.

COMUNICAÇÃO VERBAL

Apresentar a seguinte situação, identificando reacções positivas e negativas, e desafiando-os a experimentarem a forma como reagiriam:

"Num sábado de manhã, a mãe leva as mãos à cabeça quando vê a filha Alice (que em breve fará treze anos) preparada para ir para a escola com as amigas, para assistir a uma competição desportiva:

- Alice, mas o que é isso? Onde vais disfarçada dessa maneira? Já viste o teu ar? – repreende-a, espantada.

- Mas qual é o mal, mãe? – pergunta a filha, embora imagine o motivo do comentário da mãe.

- Qual é o mal? Pois olha, filha – responde a mãe irritada, a levantar o tom de voz -, o mal é que com essa minissaia, a mostrares a roupa interior, o umbigo à mostra, o top justo, e os lábios e cara cheios de maquilhagem, pareces tudo menos uma menina.

- Mas, mãe, as minhas amigas vestem-se todas assim – responde Alice, prestes a desatar a chorar.

– Esta é a roupa que se usa agora. Não podes escolher por mim a roupa que tenho de vestir. Já tenho idade para decidir como me devo vestir.

- Sim, filha, mas o problema é que não estás vestida. Está meio nua, e ainda por cima com este frio. Não tens idade para andar vestida dessa maneira. As outras meninas podem andar como lhes apetecer, mas hoje não saís assim vestida! – grita-lhe em tom autoritário. – Vai mudar de roupa e arranjar-te de outra maneira.

- Odeio-te! Vou ficar sem amigas por tua culpa. – Alice desata a chorar num pranto desesperado, enquanto corre a fechar-se no quarto. – Quem me dera morrer agora mesmo! – grita desesperada, enquanto se enfia no quarto e fecha a porta violentamente."

Possíveis reacções positivas e construtivas que evitariam a discussão:

- “Alice, vejo que hoje para saíres com as tuas amigas e assistires à competição, vestiste-te de maneira diferente” – sem avaliação nem demonstração de desprezo
- “Talvez se trate de uma ocasião especial para ti” – demonstra respeito pela importância do acontecimento
- “Acho que a roupa que vestiste e a maneira como te arranjaste ficam-te bem, mas fazem-te parecer muito mais velha, não é adequada para a tua idade” – valoriza o gosto pessoal da filha, mas evita uma rejeição inicial, mostrando a sua opinião sem forçar
- “Podes escolher a roupa de que mais gostas e a mais adequada à tua idade. Está quase a fazer treze anos, estás a crescer muito depressa e, dentro em breve, poderás vestir roupa mais de acordo com a moda” – antecipar argumentos lógicos que são razoáveis de aceitar pela filha
- “Gostaria que te vestisses e arranjasses de uma maneira mais adequada. Escolhe outra roupa...como gostarias de te vestir hoje?” – mostrar a expectativa da mãe e dar a oportunidade à filha de escolher outra roupa
- “Compreendo que te custe voltar a mudar de roupa. Se quiseres, ajudo-te a escolhê-la” – reagir como se não houvesse motivo para discussão, desvia a atenção da filha de um possível confronto ao mostrar-se disposta a ajudá-la, mas deixa claro que a filha tem que mudar de roupa
- “Não achas que aquele vestido que compraste te ficaria bem? Ou talvez aquelas calças de que tanto gostas com esta camisola a condizer...” – propor alternativas mas deixar que seja a filha a decidir
- “ Imagino que as tuas amigas teriam adorado ver como estavas. Se concordares, talvez amanhã, domingo, as possas convidar a vir cá a casa e podem vestir-se aqui de uma forma especial. Podemos tirar fotografias...” – mostrar sensibilidade pela importância que a aceitação por parte das amigas tem para a sua filha e propor actividades em conjunto, que vão de encontro às expectativas da filha

(Adaptado de Ballenato, G. (2009, 3ªed.).
Eficácia na Educação dos Filhos. Tradução de Maria João Andrade. Editora Encontro)

SESSÃO 6

TEMÁTICA: HIGIENE, ALIMENTAÇÃO E VESTUÁRIO

1. IDENTIFICAR AS ROTINAS DE HIGIENE, ALIMENTAÇÃO E VESTUÁRIO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

- Preencher a Grelha de Rotinas Individuais, identificando com os pais as práticas diárias dos filhos nas seguintes áreas:

- Higiene - corporal, oral
- Alimentação – tipo de refeições, como e onde são feitas
- Vestuário – limpeza, adequação à temperatura ambiental

2. COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE E ALIMENTAÇÃO PARA O BEM-ESTAR FÍSICO E PSICOLÓGICO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

- Através do role playing, identificar com os pais as práticas que devem fazer parte das rotinas do criança/adolescente, utilizando como base de experimentação as situações descritas no Guião de Role-Playing e Reflexão e o Guião de rotinas de higiene, alimentação e vestuário.

- Levar os pais a reflectirem, colocando-lhes as seguintes questões:

- O que posso fazer para conservar o meu corpo limpo?
- Que cuidados devo ter com meus cabelos, unhas e dentes?
- Qual a melhor maneira de limpar as orelhas?
- Como devo conservar os meus pés sem bactérias que provocam doenças graves?
- Quais as roupas que o meu filho deve usar no dia-a-dia?
- Que roupas deve usar para dormir?
- Como devem ser as roupas nos dias de frio e calor?
- Que roupas são adequadas para diferentes contextos (escola, desporto, festa, etc.)?

3. DELINEAR ESTRATÉGIAS DE SUPERVISÃO E APOIO ÀS ROTINAS DOS FILHOS: HIGIENE, VESTUÁRIO, ALIMENTAÇÃO

- Definir com os pais estratégias de supervisão às rotinas dos filhos, discutindo opções que se adequam às dinâmicas específicas da família

- Identificá-las no Quadro de Supervisão das Rotinas

TAREFA SEMANAL

- Aplicar o Quadro de Supervisão das Rotinas e marcar a coluna "Feito" se realizadas as tarefas

GUIÃO DE ROLE-PLAYING E REFLEXÃO

HIGIENE

Dramatização das seguintes situações:

- Lavar dentes (pedir aos pais que utilizem a sua escova de dentes)
- Lavar cabelo
- Cortar as unhas
- Lavar mãos
- Rotinas do filho ao acordar?
- Rotinas do filho ao deitar?

ALIMENTAÇÃO

Dramatização e reflexão sobre as rotinas possíveis do filho no almoço e no jantar, tendo em conta os seguintes elementos:

- Ambiente/ contexto (casa, escola, casa do amigo, loja das gomas, restaurante, etc.)
- Com quem está
- O que está a comer
- Hábitos de higiene relacionados com o acto de comer

VESTUÁRIO

- Solicitar aos pais que mostrem um exemplar de roupas essenciais de vestuário dos filhos, para o calor e para o frio.
- Reflectir sobre a importância de ter o vestuário para o frio e para o calor separado, de modo a que os filhos reconheçam quais as peças mais adequadas para cada estação do ano.
- Destacar a necessidade de se usarem roupas sempre limpas, e de ter um lugar para guardar roupas sujas.

GUIÃO DE ROTINAS DE HIGIENE, ALIMENTAÇÃO E VESTUÁRIO

HIGIENE CORPORAL

- Banho: diário ou de dois em dois dias
- Unhas: cortar as unhas e mantê-las sempre limpas
- Cabelos: Devem ser cortados habitualmente, penteados todos os dias e lavados com champô diariamente ou de forma intervalada (dependente do tipo de cabelo, oleoso ou seco); cabelos grandes e sujos facilitam a proliferação de piolhos.
- Diariamente: higiene da cara, axilas (e, após lavagem, colocar desodorizante) e pés e higiene íntima
- Dentes: lavar pelo menos duas vezes ao dia, se possível, sempre após as refeições; passar fio dental diariamente; tentar ir ao dentista duas vezes por ano, no mínimo; uma boa escovagem demora, no mínimo, três minutos com movimentos verticais, horizontais e circulares.

ALIMENTAÇÃO

- Refeições feitas em casa sempre que possível
- Levar lanche de casa para a escola (é mais barato e mais saudável)
- Privilegiar refeições nas cantinas das escolas e evitar refeições de bar/rápidas (e.g., cachorro quente, hambúrguer, pizza, bolos)
- Mostrar aos filhos as regras de alimentação adequadas e valorizar a sua aquisição
- Incitá-los a experimentar novos sabores, diferentes tipos de comida, oferecendo-lhes variedade
- Ensinar-lhes como se preparam e cozinham alguns alimentos
- Evitar habituá-los a comer apenas os alimentos que gostam ou que lhes apetece
- Dar oportunidade aos filhos de escolherem os menus
- Não permitir aos filhos “petiscar” antes das refeições ou sugerir uma peça de fruta caso este tenha muita fome
- Criar um clima tranquilo, evitando pressas, discussões e manifestações de ansiedade durante as refeições

VESTUÁRIO

- O vestuário é importante na manutenção da temperatura corporal.
- A roupa e o calçado devem estar sempre limpos e serem adequados ao tempo que faz: frescos no Verão, quentes no Inverno e impermeáveis nos dias de chuva.
- Devem ser cómodos e folgados.
- Vestir, sempre que possível, roupas de algodão junto ao corpo, pois não retém o suor, evitando o aparecimento de mau cheiro.
- Mudar diariamente as roupas interiores.

QUADRO DE SUPERVISÃO DAS ROTINAS

IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA _____

ÁREA	ESTRATÉGIAS	ELEMENTOS RESPONSÁVEIS	FEITO

SESSÃO 7

TEMÁTICA: ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE

1. COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

- Discutir com os pais as principais práticas de vigilância da saúde da criança/adolescente:
 - Consultas infantil/juvenil entre os 11-13 (exame global de saúde), aos 15 e aos 18 anos
 - Cumprimento da vacinação
 - Estar atento a sinais de dor ou queixas dos filhos e, se a queixa continuar, levá-lo ao Centro de Saúde
 - Cumprir as recomendações dos profissionais de saúde
 - Tentar levar os filhos a uma consulta de dentista pelo menos duas vezes por ano (utilizar cheque dentista, as clínicas universitárias ou o centro de saúde/hospital, através do médico de família)
 - Não permitir que o filho se auto-medique, nem dar medicação sem prescrição ou aconselhamento médico

2. CONHECER AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E COMO AS UTILIZAR

- Apresentar as instituições de saúde e seu funcionamento (como utente):
 - Centros de Saúde:
 - Consultas de Vigilância da Saúde
 - Situações menos urgentes ou queixas que se prolongam no tempo
 - Planeamento Familiar (distribuição gratuita de pílula e preservativos)
 - Saúde materno-infantil
 - Cuidados de Enfermagem
 - Hospital:
 - Urgências: doença súbita ou acidente (risco de vida ou emergência)
 - Consultas externas (de especialidade): encaminhamento através do Médico de Família ou do próprio hospital
- Organizar com os pais os documentos de saúde do menor
 - Boletim de vacinas
 - Cartão de saúde

(Adaptado do Guia do Utente do Serviço Nacional de Saúde (1998), Direcção-Geral da Saúde)

3. IDENTIFICAR PRÁTICAS PREVENTIVAS E DE SUPERVISÃO DOS CONSUMOS (ÁLCOOL, TABACO, DROGAS)

- Discutir com os pais as seguintes questões:

- O que leva um jovem a consumir drogas?
 - Curiosidade
 - Desejo de viver outras experiências
 - Procura do prazer / diversão
 - Desejo de testar limites e transgredir regras
 - Pressão dos pares
 - Desafio à autoridade
 - Desejo de afirmação
 - Informação incorrecta ou ausência de informação

- Sinais – Estar atento a alterações de comportamento:
 - Instabilidade emocional, momentos de grande passividade alternados com outros de grande agressividade
 - Isolamento e secretismo
 - Desinteresse e desmotivação em relação às actividades escolares, profissionais, desportivas
 - Quebra de rendimento escolar ou profissional
 - Faltas e/ou atrasos frequentes na escola
 - Dispersão, dificuldade de concentração, de memória ou de raciocínio
 - Insistentes pedidos de dinheiro e frequentes desculpas sobre objectos "perdidos" ou "roubados"
 - Posse de objectos estranhos: filtros de cigarro, mortalhas, pratos queimadas, tubos de papel chamuscado, colherem queimadas, comprimidos.
 - Alguns destes 'sintomas' podem estar associados à vivência de situações particulares, não significando necessariamente consumo de drogas

- Como prevenir?
 - Conhecer os amigos dos filhos, sugerir aos filhos que levem os seus amigos a frequentar a sua casa para os conhecer
 - Conhecer também os pais dos amigos dos filhos
 - Ser compreensivo (diferente de ser permissivo)
 - Aceitar a necessidade de autonomia, mas apoiando e orientando as suas iniciativas

- Respeitar o espaço dos filhos
- Dialogar e esclarecer, apresentando opiniões, sem reprimir ou frustrar a curiosidade
- Procurar ouvir os filhos
- Incentivar os filhos a realizarem actividades desportivas e outros programas (ir ao cinema, teatro, concertos, etc.);
- Estar atento ao cumprimento das regras estipuladas
- Promover a participação activa dos filhos em actividades sócio-culturais;
- Reforçar positivamente comportamentos e atitudes de participação e responsabilidade;

Adaptado de Lamas, D. & Moreira, S. (2003).

+SESSÃO 7

TEMÁTICA: ACOMPANHAMENTO ESCOLAR

1. COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DAS ROTINAS ESCOLARES PARA A CRIANÇA/ADOLESCENTE E DA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

- Reflectir com os pais sobre as rotinas escolares actuais dos filhos e o envolvimento dos mesmos na actividade escolar:

- Quais os resultados académicos que os filhos obtêm?
- Correspondem ao seu esforço e dedicação?
- Os pais mostram interesse pelos seus estudos?
- Com que regularidade os pais contactam a escola e como?
- Como costumam os pais resolver um problema que aconteceu com o seu filho na escola?
- Qual a atitude e motivação dos filhos no que se refere ao estudo?
- Que tarefas costumam os filhos efectuar para aprender os conteúdos?
- Os filhos efectuam em casa as tarefas e os trabalhos escolares?
- Os filhos organizam o seu tempo e as suas actividades pessoais?
- Os filhos mostram regularidade nos seus horários?
- Os filhos assistem pontual e regularmente às aulas?
- Os filhos expressam as ideias de um modo adequado?
- Os filhos executam as tarefas com autonomia ou pedem ajuda?
- Os filhos têm um lugar específico para estudar?
- Os filhos dispõem do material adequado para as tarefas escolares?
- Os filhos são organizados com o material escolar?

- Apresentar aos pais as principais consequências do insucesso escolar:

- Abandono escolar
- Absentismo
- Desinteresse pelas matérias
- Conflitos dentro e fora da sala de aula, com colegas e professores
- Desvalorização pessoal (baixa auto-estima, frustração)
- No futuro: oportunidades de trabalho diminutas

2. DELINEAR ESTRATÉGIAS DE APOIO À CRIANÇA/ADOLESCENTE NAS ROTINAS ESCOLARES

- Discutir com os pais as seguintes estratégias:

Apoio ao estudo

- Interessarem-se pelas actividades que o filho realiza nas aulas
- Explicar aos filhos e ajudá-los a descobrir a importância das diferentes matérias
- Incentivar os filhos a estudar desde o início das aulas e a organizarem as suas tarefas e material escolar
- Incitá-lo a participar nas aulas e nos trabalhos de grupo
- Associar as novas aprendizagens com as suas áreas de interesse

Técnicas de estudo

- Ajudar os filhos a organizarem o seu tempo e as suas actividades
- Estimular os filhos a reflectir sobre questões que lhes suscitem dúvidas
- Incentivar os filhos a procurar soluções alternativas para os problemas
- Valorizar a sua criatividade

Recursos

- Possibilitar um espaço adequado ao estudo
- Organizar com os filhos o material escolar
- Incentivá-lo à leitura

- Construir com os pais a Grelha de Progressos Escolares dos filhos

3. DEFINIR E ROTINIZAR O TEMPO DE ESTUDO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

- Construir com os pais o Plano Semanal dos filhos, preenchendo com os seguintes elementos com diferentes cores (colocar na legenda a cor correspondente):

- Horário escolar
- Tempo de estudo e de realização de tarefas escolares diário
- Actividades extra-curriculares
- Tempo livre

TAREFA SEMANAL

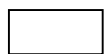
- Aplicar o Plano Semanal definido na sessão e marcar as actividades realizadas e não realizadas

PLANO SEMANAL

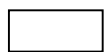
NOME _____

HORÁRIO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							

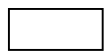
LEGENDA:



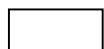
AULAS



ESTUDO



ACTIVIDADES EXTRA-CURRICULARES



TEMPO LIVRE

SESSÃO 8

SESSÃO DE GRUPO

1. PREENCHIMENTO FINAL DO PASSAPORTE

- Analisar as dificuldades sentidas durante o processo e as mudanças concretizadas pelas famílias
- Perceber se existiram alterações importantes na família ou no seu contexto que possam ter influenciado a concretização de mudanças ou o sucesso do programa

2. APLICAR OS INSTRUMENTOS DE PÓS-AVALIAÇÃO ÀS FAMÍLIAS

3. IDENTIFICAR COM AS FAMÍLIAS OS PONTOS FORTES E FRACOS DO PRÓ.PARENTAL, PROMOVENDO O DEBATE E A PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS

Anexo B. Guião dos grupos focais

Focus Group – Famílias

Esta conversa tem como principal objectivo conhecer a vossa opinião sobre o Programa de Formação Parental no qual participaram. Não existem respostas certas ou erradas e queremos que se sintam à vontade para partilhar as vossas ideias, pois estamos interessados em ouvir comentários tanto positivos como negativos. Iremos gravar esta conversa para não correremos o risco de perder informação, mas os vossos nomes não irão ser incluídos em nenhum relatório, pelo que toda a informação que nos derem será anónima. Neste sentido, pedimos-vos que ao longo da conversa tenham em consideração a vossa experiência com o programa.

1. Para começar, gostaria que nos falassem um pouco, de um forma geral, o que pensaram deste projecto quando vos foi feita inicialmente a proposta de participarem.
 - sentimentos
 - percepção das necessidades
 - motivação
 - expectativas
2. Quanto à primeira sessão, sobre a percepção que vocês têm sobre os vossos filhos e o dia-a-dia da vossa família, o que consideram importante terem aprendido?
 - exemplos de aplicação concreta
 - exercícios que mais gostaram
 - aspectos que não gostaram
 - sugestões para melhorar
3. Quanto à sessão sobre gestão doméstica, que aspectos positivos têm a evidenciar? Consideram que foi importante tratar as questões que foram abordadas?
 - principais aprendizagens
 - exemplos de aplicação concreta
 - exercícios que mais gostaram
 - aspectos que não gostaram
 - sugestões para melhorar
4. Em relação às sessões de gestão orçamental, o que para vós foi importante ser falado? De que forma os exercícios vos ajudaram a gerir melhor essa parte?

- exemplos de aplicação concreta
 - exercícios que mais gostaram
 - aspectos que não gostaram
 - sugestões para melhorar
- 5.** Em relação ao tema “Regras”, o que consideram importante terem aprendido?
- exemplos de aplicação concreta
 - exercícios que mais gostaram
 - aspectos que não gostaram
 - sugestões para melhorar
- 6.** Na sessão sobre a supervisão das rotinas dos vossos filhos, consideram importantes as questões que foram referidas?
- exemplos de aplicação concreta
 - exercícios que mais gostaram
 - aspectos que não gostaram
 - sugestões para melhorar
- 7.** Na última sessão, que falámos mais sobre a importância do acompanhamento da saúde e ao nível escolar, o que consideram importante dessa sessão?
- exemplos de aplicação concreta
 - exercícios que mais gostaram
 - aspectos que não gostaram
 - sugestões para melhorar
- 8.** Sentem que os temas trabalhados foram de encontro às vossas necessidades?
- 9.** Qual o tema que foi, na vossa opinião, mais importante?
- 10.** Quanto à duração das sessões e do programa, sentem que é adequada?
- 11.** Qual o balanço/ avaliação final que fazem do projecto?
- 12.** Para finalizar, pensando em tudo o que foi dito ao longo da conversa, quer acrescentar alguma coisa que considere importante?

Focus Group – Técnicos

Esta conversa tem como principal objectivo conhecer a vossa opinião sobre o Programa de Formação Parental no qual participaram. Não existem respostas certas ou erradas e queremos que se sintam à vontade para partilhar as vossas ideias, pois estamos interessados em ouvir comentários tanto positivos como negativos. Iremos gravar esta conversa para não correremos o risco de perder informação, mas os vossos nomes não irão ser incluídos em nenhum relatório, pelo que toda a informação que nos derem será anónima. Neste sentido, pedimos-vos que ao longo da conversa tenham em consideração a vossa experiência com o programa. Inicialmente, pedimos que respondam, primeiro, numa escala de um (nada adequado) a cinco (muito adequado), referindo depois a vossa opinião e exemplos concretos, sempre que possível.

1. O programa de formação é relevante considerando o nível de importância/gravidade do problema da negligência parental?
2. A avaliação inicial das necessidades das famílias é importante?
3. Os temas trabalhados relacionam-se adequadamente com outras intervenções que estejam a ser desenvolvidas ou planeadas para dar resposta aos problemas de cada família?
4. Os exercícios realizados em cada sessão adequam-se às necessidades das famílias?
5. Os objectivos do programa de formação relacionam-se adequadamente com os fundamentos teóricos do problema da negligência parental?
6. Os conteúdos do programa têm em consideração o que se sabe que funciona relativamente a cada problema trabalhado?
7. O programa é adequado às características das famílias?
8. Os recursos humanos propostos, ou seja, o aplicador e os Ajudantes de Acção Directa, são adequados em termos de número e qualificação?
9. A duração das sessões e do programa é adequada às necessidades das famílias?

Gostaria de saber agora a vossa opinião sobre as seguintes questões:

10. Qual o tema que foi, na vossa opinião, mais importante?
11. Existiu algum aspecto que não tenham gostado ou com o qual não concordem?
12. Que alterações sugerem ao programa?
13. Qual o balanço/ avaliação final que fazem do projecto?
14. Para finalizar, pensando em tudo o que foi dito ao longo da conversa, querem acrescentar alguma coisa que considerem importante?

Anexo C. Transcrição dos grupos focais

Focus Group – Famílias

Esta conversa tem como principal objectivo conhecer a vossa opinião sobre o Programa de Formação Parental no qual participaram. Não existem respostas certas ou erradas e queremos que se sintam à vontade para partilhar as vossas ideias, pois estamos interessados em ouvir comentários tanto positivos como negativos. Iremos gravar esta conversa para não correremos o risco de perder informação, mas os vossos nomes não irão ser incluídos em nenhum relatório, pelo que toda a informação que nos derem será anónima. Neste sentido, pedimos-vos que ao longo da conversa tenham em consideração a vossa experiência com o programa.

1. Para começar, gostaria que nos falassem um pouco, de um forma geral, o que pensaram deste projecto quando vos foi feita inicialmente a proposta de participarem, quero que me digam o que sentiram na altura, se pensaram “são mais uns”, quero que me digam o que sentiram.

S: Pois, por acaso pensei, é mais uma que me vai chatear a cabeça lá em casa... (*risos*)

C: É aquilo que se pensa logo de início...

S: É verdade, né? Mas depois quando a Cláudia entrou lá foi outra coisa totalmente diferente, né? Deu para falar, para compreender certas coisas...

2. E quais eram as vossas expectativas, o que é que esperavam deste projecto quando...

C: Eu pensei que ia lá entrar uma pessoa ranzina, que eu não podia abrir a boca que ia comentar tudo o que dizia (*risos*), pela minha saúde, eu pensei que lá ia entrar uma pessoa... eu cá para os meus botões não tens nada a esconder mas também o que é que querem de ti, foi tal e qual aquilo que eu pensei.

3. O que é que vos motivou para dizerem que sim? Porque a equipa do Rendimento Social de Inserção deixou-vos à vontade, mais ou menos, dentro daquilo que vocês têm que cumprir, para dizerem sim ou não...

C: Em primeiro lugar, foi-me dito que era uma psicóloga e eu na altura estava a sentir-me um pouco em baixo e eu assim “bom, pode ser que me faça bem”.

S: Eu fui o Dr. C., disse que era bom para mim, então pronto, se é bom para mim vamos lá embora! Tenta-se né? A gente temos que tentar tudo, né? E foi bom! Há mais?

Há, há, há muito mais... (*risos*)

C: Deu para dar a volta a algumas coisas assim na carola...

4. Agora, quanto à primeira sessão, agora vamos a cada tema, vamo-nos lembrando, está bem? Aquela primeira sessão que estivemos a ver o que vocês conheciam dos vossos filhos, o que vocês pensavam deles, lembram-se que preenchi aquele quadro com as características deles, como é que eles era fisicamente, como é que eles eram psicologicamente e emocionalmente, como era a maneira de ser deles, como eram as vossas rotinas, que vos deixei aquela grelha para vocês preencherem, para me dizerem como é que era de manhã até à noite, como é que vocês funcionavam lá em casa.... O que é que dessa primeira fase consideram ter aprendido, tomaram consciência de alguma coisa, se gostaram de algum exercício, se não gostaram, digam me lá...

S: Olha o meu foi muito bom, tenho lá dois mealheiros, já têm assim guita! (*risos*)

C: Olha filha, mas eu ainda não consegui nenhum!

L: Olha eu também não consegui...

S: É verdade! Mas os mealheiros eles não abriram!

5. Nesta parte aqui da percepção da maneira de ser das vossas crianças, vocês sentem que de alguma forma já há muito tempo que não paravam para pensar como é que são os meus filhos, porque às vezes com o dia-a-dia, esquecemo-nos de...

C: Não sou mais que ninguém, nem menos que ninguém, mas como sou mãe galinha, ando sempre em cima deles, e aliás a Cláudia viu, por isso era impossível não saber mais ou menos como eles são, apesar do G. desde que se mudou para a Escola Y ter-me pregado assim umas partidazinhas...

6. E ao nível das vossas rotinas, aquele exercício que eu vos deixei para fazerem, e que na altura até vos disse, houve alguns que conseguiram outros por várias razões não foi possível, sentem que esse exercício de vos fazer pensar como é o vosso dia em família e para ser preenchido por todos, vos ajuda de alguma forma de facto a parar para pensar? Porque nós às vezes temos que parar para ver como é que estamos organizados porque no rolar do dia-a-dia nos esquecemos de pensar nestas coisas... Sentem que vos ajudou a ter mais consciência, por exemplo, do tempo que passam com os vossos filhos...

S: Foi, foi, sim...

C: Claro que foi!

L: Foi importante, sim...

7. Quanto à sessão sobre gestão doméstica, onde trabalhámos as questões da limpeza da casa, organização da casa, distribuição, essencialmente, distribuição de tarefas domésticas, o que consideram que foi importante ser trabalhado e ser falado?

S: Olha eu em casa, sou eu que faço tudo sozinha mas mesmo assim eles ajudam, os mais pequeninos né?, que o grande já me foge, já não posso andar atrás do grande...olha eu ontem, o R. ontem, eu tava com uma dor de cabeça tão grande que nem aguentava, e o R. “ó mãe queres que te faça um chazinho?” (*risos*)

E de alguma forma sentem que aquele quadro de divisão de tarefas domésticas vos ajudou a...

C: Aquilo não sai muito da minha rotina...

L: Olha eu já fazia as minhas coisas em casa, mas as miúdas, a princípio, foi muito bom, mas elas agora já estão a começar a fugir, aos primeiros dia é muito bom...

S: É uma maravilha!

Eles cumpriram as tarefas?

L: Cumpriram mas agora estão-se a descartar, aquilo é bom ao princípio...

C: O G. é assim, por obrigação não gosta!

L: Pois, eles por obrigação não fazem...

C: Faz contrariado, mas se me vê ‘tar a fazer “mãe queres ajuda?”, na boa, até limpar a casa já limpa!

L: a I. é mais responsável nesse aspecto

Pois, é importante se vocês próprios encontrarem estratégias para manter essas alterações, eu falava-vos sempre: sentem-se a volta da mesa e conversem. É importante às vezes nós paráramos e conversarmos todos, tentem negociar isso com os vossos filhos, tal como nós falámos na altura, voltar a relembrar, voltar a conversar com aquela grelha, se alguém não está a gostar de alguma coisa, pode-se alterar, tem é que haver participação...

L: Eu fui um pouco culpada das minhas filhas, eu mandava-as lavar a loiça, elas partiam-me a loiça, (*risos*) partiam-me a loiça, lavavam mal a loiça e eu olha” sai daqui que eu lavo a loiça”, não deixava as miúdas seguirem em frente e então olha parto do principio que era eu a culpada, limpavam qualquer coisa, espalhavam-me água por todo o lado... e então eu fazia...

C: Eu com as minhas filhas fui um bocadinho mais rígida, porque fiz a mesma coisa que me fizeram a mim. Eu fui habituada com a minha avó, porque eu fui criada com a minha avó, e a minha avó levava-me aos sítios e dizia-me “eu faço, mas a partir de amanhã fazes

tu”, e ia inspeccionar e se não tivesse feito, eu fazia de novo até ficar à medida como ela queria, nem que fosse duas ou três vezes e eu com as minhas filhas fiz isso, com os rapazes já não...

L: Pois mas eu levei uma criação, fui servir muito cedo mesmo criança, era tão criança como os meninos que fui tomar conta, e então olha eu que tinha que pedir para tudo, e eu agora em casa era assim, eu é que fazia tudo, era a mesma coisa.

C: E eu falo dos rapazes não tanto, mas atenção já que eles querem fazer por eles, fazem bem feito porque eu também vou ver!

L: A minha mãe já era ao contrário com as netas, a minha mãe mandava fazer, “não ‘tá bem lavado, vai lavar outra vez”, era assim que a minha mãe fazia. Eu já era ao contrário, detestava estar a mandar fazer outra vez e ia eu fazer.

8. Houve alguma coisa que não tenham gostado, porque a parte da gestão doméstica, e mesmo durante as sessões houve várias vezes que eu não queria sentir que estava a entrar muito no vosso espaço, ou seja, vocês têm a vossa rotina de gestão da casa e às vezes há coisas que, para mim, podiam não me parecer muito organizadas mas que dentro da vossa organização estava organizado. Houve alguma coisa que não tenham gostado, que foi falada...

S: Eu não gostei, não me deixas limpar a casa com os líquidos... (*risos*)

Pois, os líquidos (*risos*), quer dizer gastar não sei quantos euros por mês em líquidos para limpar a casa...

S: Então mas eu tenho que limpar a casa, mas agora já encontrei um líquido mais barato, olha tem dois litros e é noventa e nove cêntimos...

L: Olhe eu limpo a minha casa toda com lixívia e líquido da loiça, não gasto mais líquidos nenhuns, mas eu dantes gastava, gostava de experimentar as coisas novas, então ia sempre às novidades, mas gastava muito dinheiro com isso... depois cortei, o que interessa é ‘tar limpinho...

9. E consideram que houve alguma coisa, sugestões para este projecto, por exemplo, ao nível da divisão de tarefas, ideias, se acham que foi importante trabalhar esta parte, se acham que já eram organizados antes mas para outras famílias pode ser importante...

S: É sempre importante para a gente, mesmo para as pessoas que são certinhas, a gente vai sempre aprendendo, não nasce ensinadas, né? Há sempre qualquer coisa que a gente tem que aprender, não somos os melhores...

C: Isso já a minha avó dizia, até morrermos estamos sempre a aprender, né?

10. E sentem que não houve nenhuma intrusão nossa nesse sentido?

C: Não...

S: Cláudia se fosse outra pessoa, pronto outra pessoa chegava lá e falava aquela..., prontos era totalmente diferente...

C: Se fosse uma velha ranzina, “é para fazer assim, assim, assim!”, aí éramos capazes de lhe dizer “desaparece”!

S: Pois, há pessoas que não sabem falar como deve ser...

L: Pois, chegam tipo obrigação, e não pode ser assim... bom, é uma obrigação, nós temos que fazer...

S: E tu não, tu entraste lá como uma brincadeira para a gente, falaste, brincaste com a gente, totalmente diferente, até os miúdos gostaram!

11. Agora, sobre a parte da gestão orçamental, o que para vós foi importante ser falado? (silêncio)

Se existiram exercícios que de facto vos fizeram rever a gestão das contas, em relação à questão da poupança, se vos pôs a pensar mais nisso...

L: Olha eu ainda gastei a dobrar, recebi a dobrar, gastei a dobrar! Mas não gastei tudo hã? Que eu tenho uma advogada para pagar e tenho que ter ali dinheirinho para ela, porque eu tenho consciência que tenho que pagar às pessoas, não gosto de ficar a dever nada a ninguém...

C: O meu limite é esse e eu não posso sair dele, a cabeça faz contas e contas e não consigo. É o verão, os miúdos querem ir a praia, tenho que tirar um bocadinho de um lado e compensar de outro, mas consegue-se sempre...

Então e os mealheiros? Contem-nos lá...

S: Olha os mealheiros estão lá e eles andam lá a meter, o D. é mais de meter do que o R., o R. é mais de gastar... mas o D. é mais de juntar...

Lembra-se quando eu sugeri a ideia dos mealheiros, o que é que a S. me disse?

S: Que não iam meter nada, não ia dar em nada! (*risos*)

Então e está ou não a dar?

S: Tá, tá. Olha, juntem para as malas e para os livros que eu não lhes vou comprar nada, já disse a eles!

12. Houve algum exercício que vos tenha marcado nesta parte, o que é que se lembram de fazermos nesta parte da gestão do dinheiro?

S: Ai eu lembro-me de me tares a dar na cabeça dos produtos de limpeza, dos leites com chocolate e agora comem menos que eu comprei um frigorífico mais pequenino! (*risos*)

Pois, deixámos de usar pacotinhos de leite e começámos a dar pacote de leite de litro com chocolate...

S: Quem come mais é o mais velho, os mais novos é menos. Se eu tiver lá leites com chocolate ou essas coisas para comer, chega a hora do jantar e não comem!

L: Ah pois, isso é todos os miúdos...

13. Em relação ao tema das regras, foi um tema que se tentou trabalhar mais de facto, o que é que para vocês foi importante, e se foi importante, todos os exercícios que fizemos, tudo o que falámos... De que forma é que este tema foi importante para vocês ter sido trabalhado, o que é que aprenderam, digam-me lá...

C: Castigos eu já dava, só que da forma incorrecta, não é? Eu exigia mas não, não... eu exigia deles, porque eu era a mãe, portanto tinha que exigir deles, eles tinham que fazer o que eu queria, não era? Mas era uma forma incorrecta que eu tinha, até começar a perceber...mas eu também andava um bocado cansada e continuo assim um bocado cansada... e comecei a perceber que não podia só exigir deles, tinha que dar em troca também então as coisas melhoraram bastante...

S: É assim, regras é só para o R., que o D. não...excepto a escola, o D. é uma coisa em casa e outra coisa na escola, mas o R. é melhor na escola do que...o R. é mais difícil, ele não sabe o que é um não...

C: Eles sabem!

S: Ai aquele não sabe!

14. Houve alguma coisa em relação a este tema das regras que não tenham gostado, ou que tenham sentido que vos estávamos a dizer que vocês não sabiam fazer...

C: Não senhora, por amor de Deus, isto é assim, como já referi e continuo a referir, portanto eu era a mãe e como eu era a mãe eles tinham que obedecer e não tinha que dar nada em troca. E eu compreendi que não podia ser bem assim, aliás já há uns tempos atrás que eu sabia que não era bem assim, mas de vez em quando as pessoas também se cansam um bocadinho e a vida também é um bocadinho madrasta às vezes...

L: Também é importante, a gente também leva com tantos anos os filhos e sempre desobedientes e não sei quê, é importante a gente ouvir por vezes as pessoas de fora...

C: Nem mais, é isso!

L: É muito importante, a gente 'tá tão cansada, todos os dias todos os dias, eu criei sete filhos fora os por fora que não são meus e então 'tamos tão cansadas tão cansadas que a gente ouvir alguém de fora sempre é bom...

C: E depois é assim, também por causa do P. descurei um bocadinho também do resto, a Cláudia assistiu a várias birras... Não é bem uma birra, é mesmo ele, aquilo é mesmo ele, mas aquilo cansa e satura e acho que descurei um bocadinho o G. à conta do P. Que não deixa de ser uma criança normal como outra qualquer e na escola, e continuo a tratá-lo como uma criança normal como outra qualquer, mas a gente sabe que ele tem aquele problemazito e cansa, é cansativo, é muito cansativo, mas o P. entrou naquela rotina, o P. sempre teve aquela rotina, não pode sair daquela rotina. Mesmo as regras, aliás a Cláudia viu isso, eu com o P. imponho muito mais regras do que com o G., porque se não for assim um dia passo-me, não é?

Houve algum exercício que vos tenha marcado, alguma coisa que vos tenha marcado, que se lembrem...

C: Eu achei tudo tão giro! O contrato está lá pendurado na parede, às vezes o P. pergunta “ó mãe não tiras isto daqui?”. “Não, isto é um contrato assinado pelos três, vamos ter que seguir às regras”, já se põe o G. para ele: “escusas de fazer birras, ah, vês o que tá ali escrito?” para o P., aquelas fúrias, aquelas coisas, ele põe-se para mim: “mas fúria não é birra”. Ele põe-se para mim “tiras daqui aquela...”. “Ó P.”, digo-lhe eu, “pronto mãe desculpa”...o P. se a gente combinar uma coisa com ele segue mais à risca do que o G.

15. Na sessão sobre a supervisão das rotinas dos vossos filhos, ao nível da alimentação deles, do dinheiro que lhes dão, do lanche que levam para a escola, do vestuário... Sentem que houve alguma coisa de novo ou para vocês manteve-se igual porque já o faziam?

S: Eu já fazia!

C: Pois, eu também não mudei grande coisa...

S: Eu já fazia isso tudo...

L: A minha não leva lanche porque nunca levou lanche, não quer...ela já mete a roupa dela a lavar, coisa que não fazia, já não é mau...

16. Na última sessão, que falámos mais sobre a importância do acompanhamento da saúde e da escola, essencialmente o acompanhamento escolar, da importância de acompanhar o estudo, de haver uma hora fixa para estudarem todos os dias... Aplicarem não tiveram muita oportunidade, porque eles estão de férias, mas sentem que de alguma forma vão estar mais atentos a estas questões?

S: Sim, sim, agora quando começar a escola...

L: Pois a minha vai para o curso, já vai ser diferente, né?

C: Os meus é assim, tiveram o mês de Julho todo para brincar, como quiseram como lhes apeteceu, a jogar, em frente a televisão, fomos à praia, poucas vezes, mas fomos à praia, vamos para o jardim, eles vão para o ringue, mas a partir de um de Agosto acabou, combinado é combinado!

Temos que é ter as duas partes, temos sempre e que equilibrar com espaço para brincar e para estudar...

C: Eles não cumprem, e eu eu...eles já sabem, o P. disse logo: “mãe estamos em Agosto”, “pois estamos filho” e eu estipulei os trabalhos para a semana toda, eles fazem de manhã, um na mesinha pequenina e outro na mesa da sala e eles fazem os trabalhos...

17. Sentem que os temas trabalhados respondem de alguma forma às necessidades que vocês sentiam que tinham?

S: É assim, alguns temas não, mas isto é feito para todos, né?

C: pois há pessoas que precisam, por exemplo, quando recebem o dinheiro só lhe dura a primeira semana

18. Qual o tema que foi, na vossa opinião, mais importante? Dentro dos vários temas...

C: As regras, sem dúvida!

S: As regras, sim...

L: As regras foi bom, mas para as minhas filhas não foi muito bom, foi de princípio...

C: Eles nunca aceitam bem mas...

L: Foi de princípio, “foi muito bom de princípio, mas agora já se tão a esquecer muito”, ponho-me eu assim para elas...

C: Os meus ainda olham lá para o cartaz...

19. Quanto à duração das sessões e do programa, sentem que é adequada?

C: Este mês podíamos entrar de férias nas sessões, mas depois podíamos continuar para eu dar mais à língua... (*risos*)

S: Eu acho que oito semanas está bom para as pessoas, ‘tá bem que a gente gosta de falar, mas oito semanas acho que ‘tá bom, para falar vamos ao café né?

20. Qual o balanço ou a avaliação final que fazem do projecto?

C: Valeu a pena em muita coisa, eu sei que não estou bem emocionalmente, desenferrujei a língua...

L: Foi uma companhia...

C: Mas vale a pena na questão das regras principalmente porque eu como mãe imponho-me, mas como já disse não dou nada em troca. Houve ai assim uma mudança, ai as coisas

melhoraram bastante, ao nível de dinheiros também não posso fugir muito da regra e já era assim, não é por causa da Cláudia ter lá ido que vou mudar isso, porque quem entra na minha casa come!

S: Acho que foi muito bom porque precisava por causa do R., pelos menos com o R. que me dá cabo da cabeça, né? E ele agora ‘tá melhor, agora melhorou, por causa do mealheiro, das regras, já ta muito melhor! Às vezes ainda começa “tatatatata”, mas baixinho para eu não ouvir, mas eu ainda consigo ouvir, mas ‘tá muito melhor.. O D., o D. é que é um santo em casa como se costuma dizer... e o demónio na escola, Deus me perdoe, mas é sempre bom a gente ter alguém em casa para conversar com agente, e para nos dar outras dicas e outras coisas que a gente não sabe, que a gente vai sempre aprendendo...

21. Para finalizar, pensando em tudo o que foi dito ao longo da conversa, quer acrescentar alguma coisa que considere importante?

C: Vá lá visitar-nos de vez em quando! (*risos*)

Obrigada, muito obrigada!

Focus Group – Técnicos

Esta conversa tem como principal objectivo conhecer a vossa opinião sobre o Programa de Formação Parental no qual participaram. Não existem respostas certas ou erradas e queremos que se sintam à vontade para partilhar as vossas ideias, pois estamos interessados em ouvir comentários tanto positivos como negativos. Iremos gravar esta conversa para não correremos o risco de perder informação, mas os vossos nomes não irão ser incluídos em nenhum relatório, pelo que toda a informação que nos derem será anónima. Neste sentido, pedimos-vos que ao longo da conversa tenham em consideração a vossa experiência com o programa. Inicialmente, pedimos que respondam, primeiro, numa escala de um a cinco, sendo que um é nada adequado e cinco é muito adequado, referindo depois a vossa opinião e exemplos concretos, sempre que possível.

1. O programa de formação é relevante considerando o nível de importância e gravidade do problema da negligência parental com estas famílias?

S: É adequado...

Numa escala de um a cinco, quanto é que vocês...

S: Quatro.

A: Quatro.

A avaliação inicial das necessidades das famílias, que neste caso não foi feita de uma forma aprofundada, é importante?

S: Deveria ser mais direccionada sim...penso que também teria sido importante mais sessões

A: Sim, mais sessões...

S: Não só para os pais, mas também para as crianças...

E essa avaliação, apesar de não ter sido aprofundada, sentem que foi adequada?

Numa escala de um a cinco...

S: Foi adequada, eu penso que sim, mas penso que numa continuação poderia ter sido mais desenvolvida. Um quatro.

L: Sim, quatro.

Os temas trabalhados relacionam-se adequadamente com outras intervenções que estejam a ser desenvolvidas ou planeadas para dar resposta aos problemas de cada família?

S: Sem dúvida!

A: Sim, sim...

Os exercícios realizados em cada sessão adequam-se às necessidades das famílias?

L: Penso que sim...nos meus

S: Sim adequaram-se, apesar das famílias serem diferentes umas das outras e havia adaptações, no final a Cláudia acabou por fazê-lo.

Em quanto é que se adequam de um a cinco?

A: Cinco.

S: Quatro.

L: Quatro.

Consideram que os objectivos do programa de formação se relacionam adequadamente com os fundamentos teóricos do problema da negligência parental, com aquilo que se sabe sobre este problema?

S: Estavam relacionados

L: Sim, sim...

A: Sim, para mim, estavam relacionados, mas ali tinha que haver um tempo não é? Nós fomos nesse dia mas havíamos de lá ir mais vezes, ver se realmente...bater nessa questão...

S: Sim, é um trabalho continuado.

A: Porque a gente faz aquela sessão e depois pronto, passa para outro, né? Eu acho que devia de haver uma rotina para a gente ver se realmente fizeram.

L: Através das grelhas...

A: Porque é assim, ela fez a grelha, mas a gente não viu se elas realmente fizeram, porque escrever é uma coisa e o fazer é outra, porque ela pode até escrever que fez e não fizeram!

Os conteúdos do programa têm em consideração o que se sabe que funciona, que os técnicos sabem que funciona e que até aplicam noutros contextos, relativamente a cada problema trabalhado?

A: Sim sim!

L: Acho que sim

O programa é adequado às características das famílias?

A: É, as regras, a gestão do dinheiro, isso é sim...

L: As rotinas...

Em relação à L., queria fazer uma pergunta específica porque uma das famílias é cabo-verdiana, sentiu alguma vez que o projecto não ia de encontro às questões culturais deles?

L: Sim, eu penso que sim, adequa-se o possível à cultura deles, não fomos contra nenhuma...

Os recursos humanos propostos, ou seja, o aplicador e os Ajudantes de Acção Directa, são adequados em termos de número e qualificação?

A: Para mim duas pessoas...

S: O nosso papel, por assim dizer, é um pouco passivo, nós estávamos lá mas..humm..numa atitude completamente diferente da da Cláudia, para que a família não se sentisse sozinha...

L: Não se sentisse sozinha, não é? Com a Cláudia que não conheciam...

A: No meu caso foi ao contrário, porque já conheciam a Cláudia, conheciam a Cláudia e conheciam-me a mim.

A duração das sessões e do programa é adequada às necessidades das famílias?

S: Para o objectivo do programa, penso que sim, na vida prática talvez mais, mas o objectivo do programa era outro...

Mas sentem que ganhávamos mais em fazer mais sessões?

L: Mais sessões, mas com a mesma duração. Mas mais sessões, não se perdia nada.

A: Por exemplo, a gente trabalhava num assunto naquele dia, não é? Acho que trabalhar num assunto, vá lá mais três sessões desse assunto...

S: Aplicar, por assim dizer.

A: Só um é muito vago, e nessas aplicações, vá lá umas três ou quatro, para a gente ver fruto dessa...

E adequar mais às necessidades da família? Por exemplo adequar o número de sessões por cada tema às necessidades da família?

A: Era sim.

S: Sem dúvida!

Gostaria de saber agora a vossa opinião sobre as seguintes questões:

Qual o tema que foi, na vossa opinião, mais importante?

S: Mais importante talvez fosse as regras mesmo, que acabou por ser pouco desenvolvido, né? Penso que seria bom desenvolver mais o tema das regras, das competências, da gestão familiar, das tarefas...humm, aquelas tarefas a dividir por cada um...

L: Acho que foi o das regras e também acho que foi importante também trabalhar os afectos...

Sim aquela primeira sessão em que trabalhámos a percepção dos filhos...

L: Acho que essa foi muito importante e acho que deveríamos ter trabalhado mais para colher lucros, da A. então...

Existiu algum aspecto que não tenham gostado ou com o qual não concordem?

C: Em traços gerais, independentemente do que já se falou ou a ordem que se falou até aqui, só queria dizer algumas coisas, nomeadamente, para se poder aplicar um programa, e acho que isto vem um bocadinho no sentido do objectivo do trabalho da Cláudia, independentemente das questões académicas, temos que pensar numa questão em termos de organização do nosso trabalho. Primeiro que tudo, temos que perceber o que é que nós temos que fazer, depois temos que saber o que é que o programa pretende atingir, não é? Numa questão inicial, se os temas foram ou não adequados a todas as famílias, obviamente independentemente de não terem sido, estes temas tinham que ser aplicados em termos de avaliação inicial a todas as famílias de igual modo, não é? Para quê? Para nós conseguirmos perceber quais as diferenças nas famílias em concreto, porque independentemente de nós, que trabalhamos com estas famílias com alguma regularidade, a pessoa que estava aqui a trabalhar o programa não sabia isso e, não sabendo isso, o critério deveria ter sido ou justifica-se que o critério seja igual para toda a gente. Portanto, a questão se o programa ou os temas foram adequados para todos, portanto teriam que ser adequados para todos numa fase inicial, faz sentido... Depois a aplicação do programa e as sessões em si, eu teria, não sei se foi feito ou não, mas eu teria pensado nas coisas da seguinte forma: para já um momento inicial, primeiro para integração ou interiorização dos pais do que é que era este programa, que eu sei que foi feito. Depois ainda com os pais o trabalhar a questão da família, perceber por exemplo a questão dos afectos, da organização, das regras, não é? Porque uma coisa é trabalhar isto com os pais e outra coisa é trabalhar com os filhos obviamente...e depois sim começamos a trabalhar as crianças, porque a forma de trabalhar as crianças tem de ser, claro que mais subtil e em molde de contratos, por exemplo...Claro que nós estamos a falar aqui em termos de timings muito alargados, não é? E agora avançando para a questão dos tempos, isto não teria tido duração de oito sessões, se calhar teria oitenta, era o ideal para isto, não é? Estou a dizer que era o ideal, mas nós temos que ser reais e pensar que o ideal não era possível, quer em termos de investigação, quer em termos de disponibilidade de tempo para todos nós, nem possivelmente as famílias iriam ter paciência para nos aturar durante tanto tempo, garantidamente. Mas relativamente aos tempos, o que eu poderia pensar era mais sessões num menor tempo, ou seja, tudo quanto seja mais de quarenta e cinco minutos de intervenção para com estas famílias, nomeadamente os nossos atendimentos, a partir dos

quarenta e cinco minutos eles já não tão cá, garantidamente, não é? Um exemplo disto foi a Cristina, a Cristina teve sessões muito maiores porquê? Porque acabou por falar em coisas dela. O ideal seriam os quarenta e cinco minutos por sessão, porquê? Porque os quarenta e cinco minutos consegue-se trabalhar de facto o tema com aquela família, devidamente enquadrado, mas em mais sessões, porquê? Porque há uma avaliação contínua, há uma percepção real dos passos que se está a dar com estas famílias.

A: Pois, era a isto que eu me referia. Não alongar a hora, mas sim alongar os dias, as sessões, e menos espaçado. Porque a gente ia lá à 3^afeira e depois só na outra 3^a feira é que íamos lá!

S: Mas o objectivo do programa também era outro, temos que ter em conta o objectivo...

C: Claro, mas pronto temos aqui a questão do tempo e do objectivo do programa, como a S. diz e muito bem. Em traços gerais, aquilo que foi proposto, aquilo que foi pensado, eu acho que foi cumprido, claro que sim. No entanto, eu fico aqui com uma lacuna, com uma dúvida: é esperado haver uma avaliação ou não em termos de resultados práticos do programa? Neste momento não me faz sentido, Cláudia, estou-lhe a ser muito franco e muito objectivo, não faz. Ou seja, aplicou-se o programa e agora como é que é? Se calhar em termos académicos poderá haver esta ressalva. Porque sim senhora, nós temos a percepção de que foram dados passos iniciais, mas eu acho que esses passos iniciais não são o suficiente para se dizer que é uma avaliação dos resultados...

S: Mas estes passos foram importantes, sem dúvida!

C: Porquê? Agora falamos noutra coisa, se nós estivermos a falar no questionário inicial ao nível da negligência, nós estamos a trabalhar esta problemática com um programa muito específico, nós estamos a avaliar o programa, não estamos a avaliar a negligência concretamente, faz sentido esta minha questão? Porquê? Para já temos que avaliar o programa, temos que adequar caso seja necessário, não há tempo para isso, obviamente, claro que não há tempo para isso, se calhar para o ano ainda andávamos aqui garantidamente. Isto não é de forma alguma dizer que está mal ou que está bem, é dizer que seria interessante, seria interessante e obviamente os resultados seriam muito mais palpáveis e mais traduzíveis, se, sim senhora, trabalhava-se o programa, adequava-se o programa e, garantidamente nós teríamos resultados visíveis perante a problemática da negligência...porque eu acho que o tempo, o tempo foi aqui o factor condicionante mais grave e mais difícil de trabalhar...

Sim, e nós sabemos que estas famílias têm estas dinâmicas muito enraizadas, são questões que já vêm de muitos anos, portanto é a dinâmica deles e é difícil entrar nelas e é difícil eles próprios alterarem...até nós próprios temos essa dificuldade...

S: Aliás todas as mudanças são difíceis de aceitar.

Qualquer pessoa não é? Não é por serem famílias com mais ou menos vulnerabilidade. De facto, o objectivo era pegar no programa, aplicá-lo de forma estandardizada e perceber então se provocava ou não mudanças ao nível das práticas diárias da família. A avaliação tem sido de facto uma dificuldade, porque não conseguimos avaliar de facto aquilo que foi trabalhado, não medem se eu limpava a minha casa assim e passei a limpar assim.

S: Foram introduzidos alguns hábitos, na realidade eles foram introduzidos...

C: Que esses hábitos, e eu percebo o objectivo inicial da Cláudia com este programa que é levar à diminuição ou não dos índices de negligência por parte destas famílias às suas crianças. E eu acredito, e eu tou a ter este discurso exactamente porque acredito, porque foi visível e é visível que há alterações nestas famílias, não é? Mas aqui acabo por tentar deixar o bichinho... se em tão curto espaço de tempo, há alterações visíveis e práticas, esses resultados não vão ser de forma alguma visíveis em termos de avaliação da negligência. Eu acredito que não, lamento dizer isto, mas a noção que eu tenho é que não há. Porque lá está, é uma fase muito muito precoce e aqui até por uma questão de motivação para a continuidade na investigação, seja lá em que âmbito...porque isto tem pernas para andar, porque se não tivesse, possivelmente a meio até as próprias famílias tinham dito “não quero mais” e não foi isso que disseram porque as famílias percebem que há evolução.

S: Sim, podem não pôr em prática, mas fica lá a ideia.

C: A questão do mealheiro, a questão das regras, até mesmo a dificuldade do pai do D. e do R. em relação aos afectos, isso é uma questão obviamente que foi trabalhada, mesmo que ele não tenha modificado, ele ficou a pensar nisso e algum dia pode ser que haja um click e daqui para a frente por exemplo não surja...mas para que fique aqui a noção que, independente do resultado prático que possa surgir dos questionários que vamos depois aplicar, independentemente da questão estatística, obviamente que o resultado é muito favorável., sem sombra de dúvidas que é.

A próxima pergunta já foi sendo falada durante a nossa conversa: que alterações sugerem ao programa? Não sei se querem acrescentar alguma questão, se não...

L: Não, penso que falámos de tudo.

C: Eu apostava num programa com um tempo mínimo e máximo, um ano lectivo...independentemente agora do objectivo de investigação e académico do trabalho.

S: Nós estamos aqui a falar do interesse da família, mas o objectivo do programa foi cumprido, não é?

C: Era interessante também ter aqui momentos específicos para os pais e ter momentos específicos para os filhos.

Sim por exemplo, com a S., com o D. e com o R., isso algumas vezes foi feito, de eu conversar com eles, por exemplo a questão do mealheiro, nós chamámo-los e tivemos uma conversa com eles e foi uma negociação que eu tentei fazer “tu comprometes-te com isto, a mãe compromete-se em comprar o mealheiro” e depois na semana seguinte assim que cheguei “o mealheiro está aonde?” e de facto, deu frutos, e quem conhece as histórias de gastar dinheiro do R. percebe que de facto o R. conseguir ter um mealheiro é qualquer coisa, ele até 2 cêntimos põe lá dentro e escreve no papel. Isto quer dizer que de facto alguma coisa ficou...

C: E é pena não se continuar isto porque eu acredito que até seja esse o sentimento, de continuar...

Qual o balanço final que fazem do projecto?

S: Foi bom, penso que a Cláudia chegou bem às famílias, foi bem aceite, conseguiu conquistar, houve, além do trabalho em si, houve o diálogo de outros assuntos...

L: Em algumas visitas que eu fui à D.M., ela perguntava-me sempre “então a Dra. Cláudia? Já fiz aquele quadro...”

S: Eu sou sincera, no início com a S., nas primeiras sessões onde eu fui, logo no início, achei que ela estava a ser politicamente correcta, a dizer exactamente aquilo que a Cláudia queria ouvir. Pelo menos foi o que eu senti...depois do mealheiro, eu também não fui às sessões todas porque dividi com a Cristina, depois do mealheiro houve algumas alterações, mas é interessante...

A S. estava completamente desacreditada...

S: Achava que não lhe ia ensinar nada...

Sim, que não ia conseguir alterar nada porque era mesmo assim, porque os miúdos eram mesmo assim. E ela com o mealheiro, foi quando viu que era possível provocar alterações e provocar mudanças...

C: Em termos de programa, eu acho que, e estamos a falar da avaliação do projecto em si e não de resultados, acho que foi cumprido. Tivemos aqui um problema de amostra que não

foi possível controlar, mas em termos de programa, de perspectiva, de concretização, foi cumprido...

Para finalizar, pensando em tudo o que foi dito ao longo da conversa, querem acrescentar alguma coisa que considerem importante?

A: Não, não...

Então muito obrigada a todos!

Anexo D. Grelha de Análise de Conteúdo

Grelha de Análise de Conteúdo

Categorias de análise	Famílias	Técnicos
<i>Aprendizagens</i>		
Conhecimentos adquiridos	Compreensão de "algumas" questões; consideram ter sido importante trabalhar todos os temas; referência ao desafio da poupança, nomeadamente as estratégias do mealheiro e da lista de compras; referência à importância da negociação de regras e reforços, referindo que não tinham práticas correctas a este nível	referiram que foram adquiridos alguns conhecimentos, nomeadamente ao nível da gestão doméstica, regras e comunicação verbal e não-verbal pais-filhos; consideram que esses conhecimentos não estão consolidados
Sentimentos/emoções experienciados	sentimentos de frustração e descrédito; cansaço emocional; sentimento de confiança nos Técnicos	percepção do descrédito e desmotivação dos cuidadores nas primeiras sessões, revertidos quando alcançaram primeiros objectivos propostos; percepção de sentimentos positivos experienciados pelas famílias durante as sessões, percepção de confiança por parte das famílias na possibilidade de mudança
Aplicação ao quotidiano	Gestão orçamental: implementação do mealheiro, com sucesso até ao momento; alterações das práticas de consumo - procura da melhor relação qualidade/preço. Gestão doméstica: grelha de divisão das tarefas domésticas, apenas nos primeiros dias da sua implementação. Regras: negociação de regras e respectivos reforços, com a realização de um contrato, com sucesso até ao momento.	Mudanças visíveis em "alguns" hábitos do quotidiano; gestão orçamental - mealheiro; regras.
Temas destacados	Regras	Regras, gestão doméstica, percepção dos filhos e da família
<i>Metodologia</i>		
Adequação dos objectivos às características e necessidades das famílias	Consideram que alguns dos temas não necessitavam de trabalhar, mas consideram que todas as famílias têm necessidades diferentes e têm a percepção de que o programa está estandardizado	Temas adequados, mas seria importante serem mais direccionados, trabalhados com cada família consoante as suas necessidades, avaliadas inicialmente por família
Integração nas intervenções com a Família	importância da relação de confiança com equipa do RSI para aceitarem participar	exercícios integrados na intervenção que vem sendo feita com as famílias; assuntos abordados e discutidos nas sessões adequados a outras estratégias já trabalhadas pela equipa do RSI com as famílias

Duração das sessões e do Programa	Percepção da importância de ser intensivo, mas limitado no tempo; duração das sessões não é cansativa; duração do programa é suficiente, mas algumas famílias consideram que necessitavam de mais sessões	Duração das sessões adequada, ou até mais curta (45 minutos), mas maior intensidade (menos espaçadas) e maior número de sessões;
Recursos envolvidos	Questão não colocada às famílias	Número de pessoas (duas) adequado; importância de uma já existente relação com a equipa do RSI para o conforto e confiança das famílias nas primeiras sessões
<i>Propostas</i>		
Aspectos positivos	Conforto com a presença dos Técnicos; comunicação; apoio no desempenho das suas funções parentais; mudanças concretizadas ao nível das regras	A realização dos atendimentos iniciais de apresentação do Técnico aplicador e dos objectivos e funcionamento do programa; pequenas mudanças concretizadas, ainda que pouco consolidadas; relação estabelecida entre o Técnico aplicador e as famílias
Aspectos negativos		Duração do programa; sessões muito espaçadas (uma semana de intervalo); exercícios ligados ao vínculo pais-filhos muito pouco trabalhados
Alterações sugeridas		Adequar o número de sessões sobre cada tema às necessidades de cada família, avaliadas inicialmente; desenvolver mais o tema das regras e realizar mais exercícios neste âmbito; aumentar o número de sessões e diminuir o tempo de cada sessão (45 minutos ideal); desenvolver sessões com os pais e sessões com os filhos, individualmente